

REVISTA DA  
**ACADEMIA  
BRASILEIRA  
DE FILOGIA**



N.º XVI  
NOVA FASE  
2015  
Primeiro Semestre

REVISTA DA  
**ACADEMIA BRASILEIRA  
DE FILOLOGIA**

Nova Fase  
N.º XVI - 2015  
Primeiro Semestre

**EXPEDIENTE**

**Diretor**

Antônio Martins de Araújo

**Coordenador executivo**

Claudio Cezar Henriques

**Redator-chefe**

Manoel Pinto Ribeiro

**Secretário**

Amós Coêlho da Silva

**Divulgação e publicidade**

Antônio Martins de Araújo

**CONSELHO HONORÍFICO**

Constituído por todos os sócios-correspondentes da  
Academia Brasileira de Filologia

**CONSELHO TÉCNICO**

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,  
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,  
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere  
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza  
por conceitos emitidos em artigos assinados.

**Diretoria**  
**Academia Brasileira de Filologia**

Biênio: maio de 2014 a maio de 2016

**Presidente**

Antônio Martins de Araújo

**Vice-Presidente**

Deonísio da Silva

**Primeiro Secretário**

Amós Coêlho da Silva

**Segundo Secretário**

Manoel P. Ribeiro (interino)

**Tesoureiro**

Manoel P. Ribeiro (interino)

**Bibliotecário**

Francisco Venceslau dos Santos

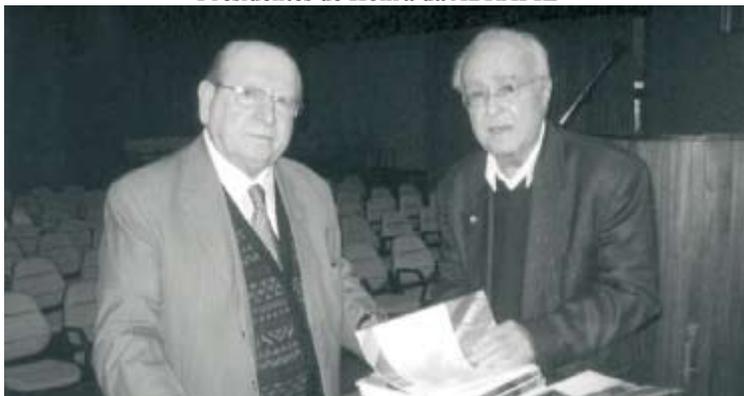
**Relações-Públicas**

Claudio Cezar Henriques

**Editor-chefe**

Manoel P. Ribeiro

**Presidentes de Honra da ABRAFIL**



**Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho**



# SUMÁRIO

EDITORIAL .....	7
SOUSA DA SILVEIRA – O HOMEM E A OBRA – Maximiano de Carvalho e Silva ... .....	8
PORQUE O LATIM É NECESSÁRIO EM NOSSAS VIDAS – Amós Coêlho da Silva .....	27
DIÁLOGOS ENTRE CRÍTICA TEXTUAL, PROGRAMAS EM ARQUIVO E HISTÓRIA DA LITERATURA – Ceila Maria Ferreira .....	33
SIMILARILIDADES ENTRE O DIALETO CEARÊS E O ACREANÊS – Luisa Lessa Karlberg / Suerda Vidal .....	48
CONSIDERAÇÕES DIACRÔNICAS SOBRE OS VERBOS “TER” E “HAVER” NA FORMAÇÃO DOS TEMPOS COMPOSTOS – Marcelo Moraes Caetano .....	63
ATIVAÇÃO DA MEMÓRIA CONTEXTUAL NA COMPREENSÃO LEITORA – Maria Angélica Freire de Carvalho .....	72
UMA VERSÃO DO AMOR NAS REDONDILHAS CAMONIANAS – Marina Machado Rodrigues .....	86
EM TORNO DO METATERMO GRAMÁTICA NA TRADIÇÃO GRAMATICAL BRASILEIRA – Ricardo Cavaliere .....	95
NOTA SOBRE O ROMANCE <i>A CIDADE DO HOMEM</i> , DE AMADEU LOPES SABINO	
Roberto Acízelo de Sousa .....	101
ARGUMENTAÇÃO, METÁFORA, TEXTUALIDADE E ENUNCIÇÃO ARGUMENTATION, METAPHORE, TEXTUALITÉ ET ENONCIATION – Soeli Maria Scheiber da Silva .....	105
ARGUMENTAÇÃO, TEXTUALIDADE E POLÍTICA DE LÍNGUAS NA LÍNGUA POLONESA DO PARANÁ: ESTUDO DE SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO - Soeli Maria Schreiber da Silva .....	113
UMA LEITURA BARTHESIANA DO CONTO RETRATOS, DE ANTONIO	

CARLOS VIANA - Yvonélio Nery Ferreira / Marília Simari Crozara ..... 124

RESENHA

RANAURO, Hilma Pereira - Para compreender uma gramática filosófica – Antonio  
Martins de Araújo ..... 134

MEMÓRIA PÓSTUMA ..... 137

MEMÓRIA ..... 143

ENTREVISTA ..... 149

NOTICIÁRIO ..... 151

# EDITORIAL

A academia Brasileira de Filologia está recuperando parte de sua história com a publicação de números em homenagem a grandes nomes de seu quadro efetivo.

Nesta edição, contamos com a ajuda de um dos discípulos de SOUSA DA SILVEIRA, o Prof. MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA, que traçou todo o perfil acadêmico de nosso homenageado.

Informa-nos Maximiano:

Deve-se pôr em destaque nessa segunda fase de sua vida de professor – a de catedrático de Língua Portuguesa da UDF e da FNF – a atividade propriamente filológica de estabelecer e comentar textos antigos ou modernos. As preleções aos estudantes de Letras da UDF tiveram tal repercussão, que logo passaram a ter como ouvintes até mesmo alunos de outros cursos ou professores da instituição; em 1938, por exemplo, Manuel Bandeira e Mário de Andrade fizeram questão de assistir às aulas de exegese do “Auto da Alma” e do “Auto da Mofina Mendes”, de Gil Vicente, sentando-se ao lado dos alunos da turma de que fez parte o professor Mário Camarinha da Silva, como este mesmo nos relatou.

Além da contribuição do Mestre Maximiano, o Prof. Amós Coelho da Silva, num excelente artigo, ressalta o valor do ensino de Latim e menciona vários pontos da obra de Sousa da Silveira.

Na seção de MEMÓRIA, relembremos o trabalho do homenageado na legalização de nossa Academia, com vários documentos registrados em cartórios de registro civil, incluindo o primeiro estatuto de nossa instituição cultural.

Completamos a revista com contribuições de vulto de acadêmicos e de professores de universidades, devendo-se ressaltar a diversidade de temas de bastante interesse para os estudos universitários.

MANOEL P. RIBEIRO  
Editor-chefe

# **SOUSA DA SILVEIRA**

## **O HOMEM E A OBRA**

**MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA**

**(UFF E ABRAFIL)**

### **SUMÁRIO**

**1.** Nascimento / Formação escolar. **2.** Aprimoramento da formação cultural. **3.** Começo da trajetória de professor e autor de várias publicações. **4.** Ingresso no magistério superior. **5.** Legado cultural. **6.** Razões especiais desta homenagem. Apêndice: - **I.** Organização das obras completas de Sousa da Silveira (com a inclusão de escritos dispersos e inéditos). **II.** Trabalhos publicados, em ordem cronológica [livros, opúsculos e separatas]

#### **1. Nascimento. / Formação escolar.**

Nascido a 11 de maio de 1883 na cidade do Rio de Janeiro, Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira era filho de Luísa Alfonsina de Oliveira Costa, de nacionalidade brasileira, e do cidadão português Pedro Sátiro de Sousa da Silveira, natural de Guimarães, na região do Minho. O pai, que tinha a profissão de fotógrafo (um dos pioneiros da daguerreotipia no Brasil), e exercia várias atividades culturais, foi seu professor de primeiras letras, e transmitiu-lhe desde cedo o amor a Portugal e o reconhecimento dos valores mais relevantes da nossa formação histórica. No ambiente do lar, também muito significaram para Sousa da Silveira os exemplos de apego à família que observou em sua mãe, sobretudo depois de 1895, quando, em decorrência da morte de Pedro da Silveira, teve ela de arcar com os problemas da educação dos nove filhos do casal: foi então que, na companhia da mãe e dos irmãos, sentiu o carinho da proteção maior que passou a dispensar-lhes um tio-avô pelo lado paterno, o abastado homem de negócios Fernando Antônio Pinto de Miranda, também português de Póvoa do Lanhoso (Minho), que em razão da projeção alcançada no Brasil fora agraciado pelo governo português, em 1891, com o título de Visconde de Taíde.

Na casa em que passou o restante do período da infância e a adolescência, na Rua Cosme Velho (Laranjeiras), vizinha do solar do Visconde de Taíde, dono do terreno em que se ergueram essas duas construções, o menino Álvaro Ferdinando teve oportunidade de expandir a visível inclinação para os

estudos e a reflexão, revelando qualidades raras de inteligência e caráter que não passaram despercebidas ao tio-avô, também seu padrinho. Numa outra casa ao lado da sua, também de propriedade do Visconde de Taíde, residia o escritor Machado de Assis, um nome consagrado das nossas letras, de cujos escritos Sousa da Silveira tomou conhecimento desde logo, o que seria uma das influências predominantes em sua formação literária.

De 1897 a 1902, Sousa da Silveira foi aluno do Ginásio Nacional (o antigo Colégio Pedro II, com o nome mudado nos anos iniciais da República), integrando uma turma privilegiada, de cujo corpo docente fizeram parte vários ilustres professores, como Ramiz Galvão (Grego), Vicente de Sousa (Latim), Silva Ramos e Fausto Barreto (Português), Said Ali (Alemão), Carlos França (Francês), João Ribeiro (História Universal e História do Brasil), José Veríssimo (Geografia), Francisco Cabrita (Matemática), Rodolfo de Paula Lopes (História Natural), Nerval de Gouveia (Física e Química), e outros. Grande singularidade foi ainda o fato de se reunirem nessa turma alguns alunos que, pelos dotes pessoais e persistência na caminhada, atingiriam como Sousa da Silveira lugares de destaque na vida cultural do país: Manuel Bandeira, Antenor Nascentes, Alfredo Lopes da Costa, José de Castro Nunes, Artur Moses, Lucilo Bueno. Como recordaria um deles, Castro Nunes, em artigo publicado em 1958, todos na turma viam o colega Sousa da Silveira como “primus inter pares”, aquele a quem alguns recorriam para melhor assimilarem a matéria das aulas do Ginásio: Manuel Bandeira, três anos mais moço, ainda aproveitava esse convívio para colher outros ensinamentos e cultivou o hábito de se valer, ao longo da vida, da boa vontade do amigo fraternal, que chamaria muitos anos passados “o mestre” de toda a sua vida.

## **2. Aprimoramento da formação cultural.**

Conquistado no Ginásio Nacional o título de bacharel em Ciências e Letras, ingressou Sousa da Silveira em 1903 na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, para fazer o curso de Engenharia Civil. Ao fim da primeira etapa do curso, de três anos, recebeu o título de engenheiro-geógrafo, de acordo com a legislação vigente. Prosseguia nos estudos, sempre como bom aluno, e em destaque entre os colegas, quando foi acometido de forte depressão nervosa, agravada pelo seu exagerado senso de responsabilidade. Forçado a interromper o curso da Politécnica, acabou aceitando com relutância em 1908 a sugestão insistente do Visconde de Taíde para que se dispusesse a acompanhá-lo numa viagem de descanso e recreio a Portugal.

A permanência de Sousa da Silveira na Europa foi de cerca de três anos - de agosto de 1908 a junho de 1911, quatro meses dos quais para excursões à Espanha, à França e à Inglaterra. Na terra de seus ancestrais e na região da Galiza (Espanha) muito enriqueceu o seu espírito com observações de usos e costumes e das peculiaridades linguísticas. Para mais aproveitar a viagem, ele, que nunca perdera ensejo de ler os bons autores, entregou-se à leitura meditada de escritores portugueses, sobretudo os que refletiam em sua obra a vida regional, e se assenhou dos mistérios da língua espanhola e da língua galega, e conheceu e leu na íntegra as obras principais de pelo menos dois autores galegos: Curros Enríquez e Rosalia Castro. Atento e meticoloso, anotou durante os agradáveis dias de Lisboa as mais notáveis diferenças entre a pronúncia da capital portuguesa e a do Rio de Janeiro, do que se valeria mais tarde para as suas preleções de aulas e escritos diversos.

Como é possível perceber claramente, foi-lhe bastante benéfica a temporada de férias na Europa – apesar mesmo do rude golpe que o atingiu na cidade de Sevilha, quando viu morrer em seus braços, a 29 de março de 1910, no hotel em que estavam hospedados, o tio-avô, padrinho e benfeitor Visconde de Taíde. De fato, lendo obras-primas da literatura e livros fundamentais de estudos históricos e linguísticos, anotando com curiosidade os fatos da língua falada e da língua escrita, e escrevendo para a família no Brasil numerosas cartas, cheias de comentários que revelam o seu invulgar interesse cultural, foi em Portugal que Sousa da Silveira descobriu a sua mais forte vocação, a de linguista e de filólogo, a que se devotaria incansavelmente daí por diante.

Um ano após o regresso ao Brasil, veio a casar-se com a sua prima Clarice de Carvalho, e então, para atender aos novos compromissos, se empregou como engenheiro geógrafo na Estrada de Ferro Central do Brasil. Aí, trabalhando com o Dr. Heitor Lira da Silva, grande engenheiro e grande educador, teve a incumbência de cuidar dos cálculos do projeto de eletrificação da ferrovia, tarefa que desempenhou com a seriedade e eficiência habituais em tudo o que fazia. Embora ao mesmo tempo tivesse retomado o curso de engenharia civil na Escola Politécnica, que chegaria a concluir, sentia cada vez mais a atração para as letras: era a vocação que nele prevalecia.

### **3. Começo da trajetória de professor e autor de várias publicações.**

Em 1917, tendo notícia da realização de concurso para preenchimento de uma vaga de professor de língua portuguesa na Escola Normal do Distrito Federal, Sousa da Silveira apresentou-se como concorrente, e tão preparado estava que obteve o almejado lugar. Esperou todavia algum tempo – até 1919

– para entrar no exercício do magistério, pelo qual optou, abandonando o cargo anterior de engenheiro. Logo nas primeiras turmas, impressionaram-se os alunos não só com o nível das aulas e com as novidades apresentadas, mas também com os recursos didáticos por ele utilizados: e ainda causava espécie a todos a atitude renovadora de grande mestre de adotar a ortografia simplificada como preconizava o sistema português de 1911.

Estendeu-se de 1919 a 1934 a atuação de Sousa da Silveira no ensino secundário, e datam desse período os três compêndios que escreveu com o propósito de proporcionar a visão da origem, formação, desenvolvimento e estado atual da língua portuguesa: *Trechos Seletos* (1919), *Lições de Português* (1921-1923) e *Algumas Fábulas de Fedro* (1927). Em 1920, iniciou ele a colaboração de artigos em revistas e jornais, principalmente na *Revista de Língua Portuguesa* dirigida por Laudelino Freire: era outra forma de exercer o magistério, “o magistério da pena”, que o tornaria conhecido em todo o território nacional e em Portugal .

#### **4. Ingresso no magistério superior.**

Foi na década de 30, no momento da criação no Brasil de verdadeiras Universidades com programas de ensino e pesquisa mais amplos e da instalação dos cursos superiores de Letras no país, que Sousa da Silveira completou a sua passagem pelo magistério, agora em nível superior. Quando se criou em 1935 no Rio de Janeiro (então capital da República) a Universidade do Distrito Federal, por decisão do Prefeito Pedro Ernesto e do seu Secretário de Educação Anísio Teixeira, Sousa da Silveira foi chamado a ocupar o cargo de catedrático de Língua Portuguesa na Escola de Filosofia e Letras, durante todo o curto espaço de tempo da existência da UDF. Em 1938, tendo sido designado para responder também pela cadeira de Linguística, coube-lhe no exercício dessas outras funções que lhe foram atribuídas assistir às aulas da matéria ministradas por um novo professor, Joaquim Matoso Câmara Júnior, recém-admitido no quadro docente da instituição. Impressionado com o nível dessas aulas, e tendo a exata noção de que Linguística Geral era uma matéria indispensável à boa orientação dos estudiosos de língua portuguesa e à boa formação dos profissionais de Letras, por lhes proporcionar, “do alto e numa síntese salutar, o mecanismo geral da linguagem articulada”, Sousa da Silveira patrocinou a publicação das lições pioneiras de Mattoso Câmara na *Revista de Cultura* dirigida pelo Pe. Tomás Fontes, nos anos de 1939-1940 .

Em 1939, no período do “Estado Novo”, tendo sido extinta a UDF e instalada sob a administração do Ministro da Educação e Saúde Gustavo

Capanema, como unidade da chamada Universidade do Brasil, a Faculdade Nacional de Filosofia, para esta se transferiu o renomado mestre das *Lições de Português*, com as mesmas incumbências anteriores de reger o ensino da língua nacional. Sousa da Silveira aí trabalhou de 1939 a 1953, até aposentar-se no serviço público por limite de idade (70 anos). Nesses dezoito anos de professor universitário, pode-se dizer que mais se acentuou o prestígio que granjeara como profundo conhecedor de Linguística e Filologia Portuguesa, como homem de rara integridade moral e probidade intelectual, e como professor que sabia cativar os alunos com a sua afabilidade e simplicidade e ao mesmo tempo impor-se ao apreço de todos pelo espírito de justiça e firmeza de atitudes. Ao seu redor foi-se reunindo desde o tempo da UDF uma elite de estudiosos da língua, que o tornaram – apesar da modéstia e despreensão que o caracterizavam – a figura central de uma verdadeira escola filológica, de que fizeram parte algumas das maiores expressões do magistério de Letras no Brasil. Um dos mais eminentes discípulos dessa escola, Serafim da Silva Neto, que não foi aluno de Sousa da Silveira em cursos regulares, mas dele se aproximou estreitamente no ambiente universitário para longas e fecundas conversas, tratando em 1945 de vários traços de tão profícua atividade magisterial, não se esqueceu de ressaltar: “o Mestre é um fascinante animador dos moços. Nunca se bateu às suas portas sem obter-se o conforto de sua palavra amiga e sem o pão da sua grande sabedoria”.

Deve-se pôr em destaque nessa segunda fase de sua vida de professor – a de catedrático de Língua Portuguesa da UDF e da FNF – a atividade propriamente filológica de estabelecer e comentar textos antigos ou modernos. As preleções aos estudantes de Letras da UDF tiveram tal repercussão, que logo passaram a ter como ouvintes até mesmo alunos de outros cursos ou professores da instituição: em 1938, por exemplo, Manuel Bandeira e Mário de Andrade fizeram questão de assistir às aulas de exegese do “Auto da Alma” e do “Auto da Mofina Mendes”, de Gil Vicente, sentando-se ao lado dos alunos da turma de que fez parte o professor Mário Camarinha da Silva, como este mesmo nos relatou. Sem estar muito familiarizado com a teoria da Crítica Textual, e apenas com pequeno apoio bibliográfico, Sousa da Silveira ainda assim aplicou ao estudo dos textos um rigor metodológico e uma soma de conhecimentos da história da língua realmente admirável, que lhe permitiram destrinçar os segredos textuais. Primeiro, tratou de textos antigos, desde a época medieval, detendo-se mais tempo na análise de textos quinhentistas, como o poema “Sôbolos rios”, de Camões, a tragédia “Castro”, de Antônio Ferreira, a écloga “Crisfal”, de Cristóvão Falcão, ou os mencionados autos

vicentinos. Mas tratou também dos textos modernos e contemporâneos, e entre eles os de autores brasileiros – do que resultaram as suas primorosas edições críticas e comentadas dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães, e das *Obras* de Casimiro de Abreu. Esta última, sobretudo, publicada em 1940, em comemoração ao centenário do poeta no ano anterior, e reeditada com muitos aprimoramentos e acréscimos em 1955, merece referências especiais: com ela, o filólogo deu exemplo de extremo cuidado na restituição dos textos casimirianos às lições originais, tão desfiguradas em sucessivas reedições, por descuido de revisão ou por indevidas correções dos editores, com base em preconceitos gramaticais ou literários; e, em numerosas notas de uma lucidez impressionante, desfez a pecha de escritor incorreto, de verzejador desleixado e de poeta medíocre que sombreava a memória de Casimiro. Muitos julgamentos críticos vieram à luz para exaltar o memorável trabalho de exegese casimiriana, mas acima de tudo a visão mais exata das questões gramaticais e estilísticas, que era a desejada resposta às concepções estreitas e distorcidas aceitas sem contestação até aquele momento até mesmo por professores, gramáticos, ensaístas, críticos e escritores brasileiros de grande nome..

Nos anos finais do magistério, Sousa da Silveira, por sugestão de alguns discípulos, fundou o Centro de Estudos de Língua Portuguesa, que funcionou de 1948 até o início da década de 60. Ainda teve a alegria de acompanhar o lançamento de oito livros, três de sua autoria (*Dois Autos de Gil Vicente*, *Sintaxe da Preposição DE* e *Fonética Sintática*), na coleção por ele dirigida como presidente do Centro. Já nos últimos anos de vida, sem o mesmo ânimo de antes, desgastado como estava por crises agudas de saúde, recolheu-se à intimidade da sua amável casa no Cosme Velho, bem próxima da chácara onde vivera boa parte da infância. Amigos, como quatro companheiros da turma de 1902 do Ginásio Nacional (Manuel Bandeira, Antenor Nascentes, Artur Moses e Lopes da Costa), e também discípulos e admiradores, nunca deixaram de visitá-lo: eram todos muito apegados à figura nobre do “Sousa”, ou “Professor Sousa” para os ex-alunos. Nessa casa, que recebera como herança do Visconde de Taíde, e pois na mesma cidade onde viu transcórrer toda a sua vida de professor e onde publicou a extensa obra que lhe dera a merecida projeção no Brasil e em Portugal, faleceu o grande filólogo e linguista no dia 5 de setembro de 1967, aos 84 anos de idade. Anos depois, discípulos fiéis, atendendo a um pedido seu, fizeram colocar na lápide do túmulo do cemitério de São João Batista uma placa com as seguintes palavras, por ele escolhidas como síntese do que fizera de mais importante: “Foi professor, passou a vida

a ensinar, e amou os seus alunos”.

## 5. Legado cultural.

Analisando o legado cultural que nos deixou – livros e publicações dispersas, e mais os inéditos – numa tentativa de organização das suas obras completas, assim classificamos a preciosa herança no estudo biobibliográfico que intitulamos *Sousa da Silveira / O Homem e a Obra / Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil* :

I – Obras destinadas a proporcionar a visão da origem, formação, desenvolvimento e estado atual da língua portuguesa (*Lições de Português, Trechos Seletos, Algumas Fábulas de Fedro*);

II – Edições de textos da língua portuguesa e estudos para a sua análise e interpretação (*Textos Quinhentistas, Dois Autos de Gil Vicente, Máximas, Pensamentos e Reflexões do Marquês de Maricá, Suspiros Poéticos e Saudades de Gonçalves de Magalhães, Obras de Casimiro de Abreu, Fonética Sintática e Sua Utilização na Explicação de Expressões Feitas e na Interpretação de Textos*);

III – Dispersos e inéditos: a) ensaios e formulações sobre o estudo e o ensino da língua portuguesa; b) artigos para a discussão dos problemas da ortografia portuguesa; c) artigos sobre temas de Linguística e Filologia Portuguesa; d) artigos de interpretação e comentário de textos; e) estudos biográficos, prefácios e discursos; f) composições poéticas; g) correspondência.

Logo em seguida a este resumo biográfico, apresentamos duas relações bibliográficas: o nosso plano de organização das obras de Sousa da Silveira, e em ordem cronológica os artigos, livros e demais escritos de sua autoria, para que os leitores possam avaliar a extensão da obra que nos legou. Diga-se de passagem que os dispersos e inéditos, já reunidos para uma futura publicação autônoma, dão matéria para dois alentados volumes pelo menos; e que a correspondência do mestre com os seus familiares, tão expressiva, também está preparada para uma publicação em dois ou três volumes, para a qual esperamos encontrar editor.

Comprova a leitura isenta e cuidadosa dos seus escritos que os ensinamentos de Sousa da Silveira são de permanente valor e atualidade para os estudiosos da língua: de fato, entre as numerosas contribuições com que nas últimas décadas tanto se desenvolveram as ciências da linguagem, nada

apareceu de mais completo ou de mais avançado que torne dispensável a consulta a livros fundamentais como *Lições de Português, Algumas Fábulas de Fedro, Fonética Sintática* e as edições comentadas de textos antigos ou modernos (*Dois Autos de Gil Vicente, Textos Quinhentistas, Obras de Casimiro de Abreu*). Alguns críticos muito exigentes em relação à obra alheia, desinformados das condições de trabalho e do estado das ciências da linguagem na primeira metade deste século, têm apontado com má vontade ou mesmo a intenção de depreciá-los, nos livros acima citados, várias deficiências ou falhas de método ou de doutrina (segundo a visão atual); uma análise crítica comparativa revela, todavia, que em edições ou estudos mais recentes sobre os mesmos temas não foi superada a contribuição de Sousa da Silveira no que diz respeito aos comentários filológicos e às questões linguísticas e estilísticas de que ele aí tratou com tanta segurança .

Já tem sido ressaltado pelos críticos mais lúcidos, depois de examinarem os diversos aspectos da vida e obra de Sousa da Silveira, o pioneirismo de muitas posições por ele assumidas, na linha dos ensinamentos dos dois mestres a que se ligou desde o Ginásio Nacional: Silva Ramos e Said Ali. Com a aguda inteligência e percepção de valores de que era dotado, e a excelente formação que tanto o beneficiara, teve possibilidade de encontrar caminhos novos, aplicando à análise dos fatos linguísticos o “rigor do método usado nas ciências exatas” como a Matemática, de que tomou conhecimento no curso de Engenharia, e a apreensão de grandes verdades que norteariam o seu labor científico invulgar. Para firmar-se, fizera leitura atenta e meditada das lições de mestres que o antecederam: as de Manuel Said Ali nas luminosas páginas de *Dificuldades da Língua Portuguesa*; de Leite de Vasconcelos, cujas *Lições de Filologia Portuguesa* leu e releu desde a primeira edição de 1911; de Epifânio Dias, principalmente nos comentários exegéticos de sua edição de *Os Lusíadas* publicada em 1910 e reeditada em 1916; de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, nas notas das suas monumentais edições críticas; de Gonçalves Viana, o relator da comissão que elaborou em 1911 as *Bases Para a Reforma da Ortografia*; e vários outros. Sentiu a necessidade de assentar as conclusões dos seus estudos próprios em exemplos colhidos nas melhores fontes, com a intuição de que essas conclusões deviam apoiar-se nas noções que a Linguística moderna e a Crítica Textual fixariam já neste século, como a distinção entre os planos sincrônico e diacrônico nos estudos, a diversidade dos usos linguísticos, a distinção entre Gramática e Estilística, a importância dos textos e das edições fidedignas, e o conhecimento dos fenômenos de Fonética Sintática como forma de entender irregularidades morfológicas

e sintáticas na língua falada e na língua escrita, registradas até mesmo nos textos dos melhores escritores. Graças a toda esta soma de conhecimentos, pôde contrariar “o dogmatismo da corrente purista” que então dominava os estudos gramaticais, como acentuou Said Ali, e desfazer preconceitos de larga divulgação na literatura didática, como se documenta em seus artigos e nas profusas notas filológicas de edições como a das *Obras de Casimiro de Abreu*.

Antes mesmo de definir-se a sua vocação de linguista, tivera a rara percepção de que não devia cingir-se à observação e ao estudo da língua escrita e da língua literária, mas também reconhecer a importância da língua falada e a da linguagem regional. Assim, pois, já em 1921 nas *Lições de Português* podia apresentar as conclusões do seu estudo comparativo das pronúncias de Lisboa e do Rio de Janeiro, e no mesmo ano consagrava numa recensão crítica o livro *O Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral .

Ligado por profundos vínculos à cultura portuguesa, soube, no entanto, dividir as atenções entre os textos dos autores portugueses e os dos autores brasileiros, inclusive os contemporâneos, e, levando em conta as particularidades da língua do Brasil e da literatura brasileira, proclamou como legítimos os nossos usos próprios, que alguns escritores e gramáticos da velha escola insistiam e ainda insistem em desconhecer ou condenar. Rejeitou, todavia, com argumentos de fato irrespondíveis, a denominação “língua brasileira” com que um falso nacionalismo tentava impor a idéia insustentável de se ter constituído no Brasil um sistema linguístico fundamentalmente diferente do de Portugal.

Atestam o exame das *Lições de Português* e a comparação das duas primeiras edições de *Trechos Seletos* que Sousa da Silveira está entre os primeiros linguistas a darem a devida importância aos autores brasileiros e de incluí-los nas antologias entre os “clássicos” (no sentido de modelos da boa linguagem). Em *Trechos Seletos* (1919) e nas *Lições de Português* (1921-1923), são numerosas as citações de autores brasileiros em abono das formas lexicais e das construções sintáticas estudadas: veja-se mais que nas *Lições* o autor mais citado é Machado de Assis (437 vezes), e não um autor português como Luís de Camões (133 vezes), o que contrariava a atitude dos gramáticos antigos, apegados à ideia de que o modelo a ser seguido pelos escritores brasileiros era o do uso lusitano. Deve-se registrar que, em atenção a críticas que lhe foram feitas em relação à edição de 1919 de *Trechos Seletos*, ao publicar a segunda edição de 1935 procurou Sousa da Silveira aumentá-la

com textos que refletissem mais notavelmente “a nossa natureza, as coisas do nosso meio e da nossa vida”; e na antologia passaram a preponderar os autores brasileiros: com efeito, se na primeira edição eram 14 portugueses e 7 brasileiros, passaram a ser na segunda edição 29 brasileiros e 17 portugueses, uma mudança altamente significativa. Além disso, nessa edição de 1935 aparece o texto “Um Mal Para a Nossa Terra” de Lima Barreto como o primeiro da antologia, escolha muito expressiva, pois o autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* ainda era injustamente apontado como escritor incorreto e medíocre, indigno portanto de figurar numa antologia escolar.

No campo didático, os pontos de vista renovadores de Sousa da Silveira começaram a ser expressos com clareza na notável conferência que proferiu em 1921 - “A Língua Nacional e o Seu Estudo” - e foram reiterados ao longo dos anos, principalmente nos planos de ensino que traçou, nos tempos da UDF (1935-1938) e da FNF (1939-1953), como autor dos programas da cadeira de Língua Portuguesa e orientador da sua execução, e em 1942, como autor dos programas e das instruções metodológicas oficiais para o ensino da língua portuguesa no curso secundário, organizados a pedido do Ministro Gustavo Capanema. São traços principais dessa renovação pedagógica: a adoção da ortografia simplificada, por que tanto se batera na campanha em favor da adoção no Brasil dos princípios básicos da reforma portuguesa de 1911; a exploração de textos selecionados, de autores portugueses e brasileiros de todas as épocas, como fontes dos mais ricos e variados ensinamentos; a preocupação maior com o estudo dos autores brasileiros – entre eles, os contemporâneos, vítima de preconceitos da época; o estudo dos múltiplos recursos de expressão da língua e da sua adequação a situações diversas; o combate à supervalorização da teoria e da nomenclatura gramatical e aos excessos da análise sintática (ou “análise lógica”); a valorização do estudo do vocabulário latino como fonte do léxico português. Sempre fez ver aos seus alunos e leitores o caráter ancilar da teoria gramatical, e, reconhecendo a importância das boas gramáticas como retratos fiéis dos fatos da língua, advertiu-os a respeito dos erros propagados por muitas gramáticas então existentes, as quais são de fato “espelhos deformantes” da realidade linguística, tanto mais perniciosos quanto mais “dogmáticos e presumidos” .

O escritor Josué Montelo, com muita razão, tratando num artigo da “herança” de ensinamentos preconceituosos deixada por Cândido de Figueiredo, cujas lições tiveram tanta influência, referiu-se aos “novos horizontes à compreensão dos fenômenos linguísticos no Brasil” abertos por Sousa da Silveira com as suas *Lições de Português*, onde em vez de impor

“regras rígidas, em nome dos solenes padrões clássicos, inclinava-se para o bom uso corrente, com os exemplos colhidos nos escritores e na fala usual”. O livro escrito entre os anos de 1921 e 1923 - assinala Josué Montelo - havia sido publicado exatamente no mesmo momento histórico das lutas em favor da renovação da nossa literatura que conduziram à realização em São Paulo da Semana de Arte Moderna em fevereiro de 1922.

## **6. Razões especiais desta homenagem.**

A análise dos diferentes aspectos da vida e obra de Sousa da Silveira, associada à visão do momento de crise aguda por que passam o ensino humanístico e em particular os cursos superiores de Letras, faz-nos entender que é sempre oportuno reler os escritos com que ele e outros grandes estudiosos da língua como expressão da cultura avultaram a bibliografia brasileira. Com efeito, é profundamente lamentável que os atuais estudantes de Letras, necessitando em sua maioria compensar as deficiências de conhecimentos que trazem do ensino secundário, não encontrem nas livrarias – a não ser por acaso em antiquários, como livros usados – muitas obras fundamentais que tanto os ajudariam no bom aprendizado da língua portuguesa.

Partindo, pois, desta realidade de nossos dias, alguns discípulos do autor de *Lições de Português* resolveram fundar uma entidade que os congregasse para a consecução de três objetivos principais: promover estudos e pesquisas filológicas e linguísticas, para valorizar o texto como fonte de ensinamentos seguros e abundantes a todos quantos desejam aprofundar os conhecimentos relativos à língua, à literatura e à cultura de um povo; promover o reexame da vida e obra de Sousa da Silveira; e promover a edição das suas obras completas. Instituída em 1981 com tais propósitos, a Sociedade Sousa da Silveira / Centro de Estudos de Língua Portuguesa e Crítica Textual, que até dezembro de 1997 teve sede provisória no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, e hoje está em fase de reativação das suas atividades, já fez cumprir extenso programa cultural, e poderá ir mais adiante se tiver o merecido apoio, com uma “alta missão a cumprir” em defesa da língua portuguesa e da cultura luso-brasileira, no dizer do poeta Carlos Drummond de Andrade ao registrar em sua coluna semanal do *Jornal do Brasil* o surgimento da Sociedade, de que tivera notícia pela leitura do seu primeiro boletim informativo.

Três dos discípulos diretos do nosso homenageado são hoje (entenda-se: à época em que foi escrito este artigo) integrantes da diretoria do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português que edita a revista

*Confluência*: o autor do presente artigo e os professores Sílvio Elia e Gládstone Chaves de Melo; os outros dois diretores do ILP - Evanildo Bechara e Antônio Basílio Gomes Rodrigues - têm idêntico apreço à figura do mestre das *Lições de Português*. Assim sendo, associaram-se à iniciativa de lhe dedicar o número 15 da nossa revista, num preito de homenagem que lhe é prestado em sinal de profunda reverência à sua memória.

É oportuno acrescentar, como dado que vincula a figura de Sousa da Silveira a um grande momento na vida do Liceu Literário Português, que o nosso homenageado, a convite de Afrânio Peixoto, então Diretor do Instituto de Estudos Portugueses da instituição, aqui esteve em 1943 para fazer várias conferências num ciclo de que participaram outras grandes figuras do magistério de História e de Letras (Pedro Calmon, Hélio Viana, Afonso Arinos de Melo Franco, José Oiticica, Cecília Meireles, Jaime Cortesão, Thiers Martins Moreira, Padre Serafim Leite, Visconde de Carnaxide, Mário Monteiro e Américo Jacobina Lacombe): foi no salão nobre do Liceu que proferiu as lições magistrais de exegese dos textos do “Auto da Alma” e do “Auto da Mofina Mendes” mais tarde incluídas e publicadas no volume que se intitulou *Dois Autos de Gil Vicente*.

## APÊNDICE

### I. Organização das Obras Completas de Sousa da Silveira (\*1883/†1967)

Na relação abaixo, aparecem em itálico os títulos de livros, opúsculos e separatas, em tipo normal os títulos de artigos e dos inéditos, e entre colchetes a indicação dos anos da primeira e das mais importantes edições de cada item relacionado.

#### I. Origem, formação, desenvolvimento e estado atual da língua portuguesa:

*Trechos Seletos* [1919 / 1935].

*Lições de Português* [1923 / 1983].

*Algumas Fábulas de Fedro* [1927 / 1948].

## II. Edição de textos da língua portuguesa e estudos para a sua análise e interpretação:

*D. J. Gonçalves de Magalhães – “Suspiros Poéticos e Saudades”* [1939].

*Obras de Casimiro de Abreu* [1940 / 1955].

*Textos Quinhentistas – Camões, “Sôbolos Rios”; Cristóvão Falcão, “Crisfal”; Antônio Ferreira, “Castro”; Gil Vicente,*

*Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)* [1949 / 1973].

Nossos Clássicos .... 23 – Casimiro de Abreu – *Poesia*, por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, AGIR, 1958. 112 p.

*Fonética Sintática e Sua Utilização na Explicação de Expressões Feitas e na Interpretação de Textos* [1952].

*Máximas, Pensamentos e Reflexões do Marquês de Maricá* [1958].

## III. Dispersos e inéditos:

### Estudo e Ensino da Língua Portuguesa:

*A Língua Nacional e o Seu Estudo* [1921].

Curso Jacobina {Uma Experiência de Ensino de Português} [1927].

Programa de Português da Portaria Ministerial n.º 170, de 11 de Julho de 1942, e Instruções Metodológicas Para a Sua Execução [1942].

Programa de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil [1944].

### O Problema Ortográfico:

A Ortografia da Língua Portuguesa [1920].

A Respeito de Ortografia [1924].

“*Ânsia*”, “*Tecer*” e a Ortografia Portuguesa [1928].

Ainda a Ortografia Portuguesa [1928].

Ortografia Portuguesa [1929].

Simplificação Ortográfica [1930].

Formulário Ortográfico da Academia [1930].

O Verbo “Criar” [1930].

Ainda o Verbo “Criar” [1930].

Formulário Acadêmico do Acordo [1931].

Formulário Acadêmico (Réplica à Resposta do Sr. Laudelino Freire) [1931].

A Reforma Ortográfica (Parecer Assinado por Augusto Magne, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes e Fernando Magalhães) [1936].

Reforma Ortográfica [1939].

### **Estudos de Linguística e Filologia Portuguesa:**

Excelência das Formas Vernáculas [1921].

O Dialeto Caipira [de Amadeu Amaral] [1921].

Nota Sobre os Pronomes “Se” e “Ele” [1924].

Formas Populares e Hipotéticas [1924].

Palavras Afins [1928].

Um Novo Livro do Professor Nascentes [*O Idioma Nacional* 4º volume] [1929].

“Mobilar” e “Mobilier” [1930].

“Macho” e “Fêmea” [1930]

Notas Soltas de Linguagem [1932-1937].

Étimo de “Ser” [1932].

Sintaxe da Proposição “De” [1933 / 1951].

Dicionário Etimológico do Professor Antenor Nascentes [1933].

Ismael de Lima Coutinho, *Pontos de Gramática Histórica* [1938].

“Ter” Usado Impessoalmente [1938].

Resposta a um Crítico [Artur de Almeida Torres] [1940].

Pronome Pessoal Átono no Começo de um Verso de Gonçalves Dias [1942].

*O Problema da Língua Brasileira* [1945 / 1953].

### **Interpretação e Comentário de Textos:**

Uma Poesia Trovadoresca [1925].

Uma Explicação [1930].

“Os Lusíadas”, Edição Escolar do Professor Nascentes [1931].

“Os Lusíadas (Edição do Sr. Dr. Cláudio Basto) [1931].

Páginas Clássicas: “À Cruz” (de Frei Tomé de Jesus) [1932].

Sá de Miranda e a Fábula dos Dois Ratos [1933].

Páginas Clássicas: “Contemplanção das Perfeições de Deus no Espelho das Criaturas” (do Padre Manuel Bernardes) [1933].

Um Verso Obscuro dos *Lusíadas* [1934].

Páginas Clássicas: “Cantar à Maneira de Solau” (de Bernardim Ribeiro) [1935].

Entre Colaboradores Nossos {Resposta a Agostinho de Campos} [1937].

Reparos a Uma Nova Edição de Gonzaga [a do filólogo português Rodrigues Lapa] [1938].

As Antologias de Poetas Brasileiros de Manuel Bandeira [1940].

Modificações da Forma Literária [1941].

Notas à Linguagem e Versificação de Casimiro [1942].

Uma Edição Valiosa do “Cancioneiro da Ajuda” [a do filólogo norteamericano Henry H. Carter] [1942].

Obras-Primas da Lírica Brasileira [edição de Manuel Bandeira] [1944].

Indicação ao Congresso Brasileiro de Língua Vernácula [1956].

Proposta ao Congresso Brasileiro de Língua Vernácula [1956].

### **Diversos (Estudos Biográficos, Prefácios, Discursos):**

Mário Barreto [1931].

Animae Dimidium Meae [na Homenagem a Manuel Bandeira em 1936].

Prefácio aos “Princípios de Linguística Geral” de J. Matoso Câmara Júnior [1942].

Na Faculdade Nacional de Filosofia: Oração de Paraninfo [1942].

Duas Palavras [Sobre o Opúsculo “A Atual Decadência da Língua Literária”, de Glástone Chaves de Melo] [1946].

Discurso na Sessão de Encerramento do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula [1949].

Prefácio ao Livro “Conceito e Método da Filologia”, de Glástone Chaves de Melo e Serafim da Silva Neto [1951].

**Poesia:**

*Ecos (1899-1908).*

A Machado de Assis.

Inéditos.

**Correspondência Ativa e Passiva**

Correspondência geral.

Correspondência com a família, de Lisboa ao Rio de Janeiro (de 1908-1911).

**II. TRABALHOS PUBLICADOS, EM ORDEM CRONOLÓGICA [LIVROS, OPÚSCULOS E SEPARATAS]**

1908 - *Ecos* [poesia]. Rio de Janeiro, Tipografia Leuzinger, 1908. 70 p.

1919 - *Trechos Seletos* – Com uma introdução histórico-gramatical e anotações por Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, bacharel em Ciências e Letras, engenheiro-civil, docente da cadeira de Português da Escola Normal. Rio de Janeiro, Tip. Besnard Frères, 1919. XX + 338 p. // *Trechos Seletos* – Complemento Prático às “Lições de Português” do mesmo autor com uma introdução histórico-gramatical e anotações. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1935. 444 p. // *Trechos Seletos* .... 3.<sup>a</sup> edição melhorada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 457 + [2] p. // *Trechos Seletos* .... 4.<sup>a</sup> edição, melhorada. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938. 469 + [3] p. // *Trechos Seletos* .... 5.<sup>a</sup> edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942. 469 + [3] p. // *Trechos Seletos* .... 6.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1961. 4 + 483 p. // *Trechos Seletos* .... 7.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1963. 4 + 483 p. // *Trechos Seletos* .... 8.<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro, F. Briguiet, 1966. 4 + 483 p.

1921 - *A Língua Nacional e o Seu Estudo* – 6.<sup>a</sup> conferência da série promovida e organizada pelo Curso Jacobina – realizada a 12 de agosto de 1920 no salão do “Jornal do Comércio”, por Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, docente da Escola Normal, professor do Curso Jacobina. Rio de Janeiro, Tip. Lit. Rohe, 1921. [2] + 16 p.

1923 - *Lições de Português* - Dadas n.º 3º ano da Escola Normal de acordo com o programa pelo docente Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira – ano letivo de 1921. Rio de Janeiro, “Revista de Língua Portuguesa”,

- 1921 [1923]. [2] + 280 + [8] p. // *Lições de Português*. 2.<sup>a</sup> edição melhorada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1934. 379 + [7] p. // *Lições de Português*. 3.<sup>a</sup> edição melhorada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 384 + [8] p. // *Lições de Português*. 4.<sup>a</sup> edição melhorada. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, 394 p. // *Lições de Português ....* 5.<sup>a</sup> edição melhorada. Coimbra, Atlântida / Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1953 [1958]. 433 p. // *Lições de Português....* 6.<sup>a</sup> edição melhorada – Revisão crítica, em consulta com o autor, pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1960. 315 p. // *Lições de Português ....* 7.<sup>a</sup> edição melhorada – Revisão crítica, em consulta com o autor, pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1964. 315 p. // *Lições de Português ....* 8.<sup>a</sup> edição .... Reprodução fotográfica da edição anterior, acrescida de um estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1972. [2 + 312 p.] // *Lições de Português*. 9.<sup>a</sup> edição. Reprodução facsimilada do texto definitivo (de 1964) com um estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, Presença / Brasília, INL, 1983. 312 p.
- 1927 - *Algumas Fábulas de Fedro* – Com tradução literal, notas visando ao Português, e vocabulário, por Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, docente de Português da Escola Normal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927. 216 p. // *Algumas Fábulas de Fedro* – Com tradução literal, notas visando ao Português, e vocabulário, por Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira, docente de Português da Escola Normal do Rio de Janeiro. 2.<sup>a</sup> edição, melhorada. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1930. // *Algumas Fábulas de Fedro* – Acompanhadas de tradução literal, notas de entrelaçamento do Português com o Latim, e vocabulário, por Sousa da Silveira, catedrático de Língua Portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia – 3.<sup>a</sup> edição, à qual se acrescentaram 10 fábulas traduzidas e anotadas pela Prof<sup>a</sup>. Maria Amélia de Pontes Vieira, da mesma Faculdade. Rio de Janeiro, Agir, 1948. 247 p.
- 1928 - “*Ánsia*”, “*Tecer*” e a *Ortografia Portuguesa*. Petrópolis, Tipografia das “Vozes de Petrópolis”, 1928. 54 + X p.
- 1934 - *Cristóvão Falcão*, “*Crisfal*” – *Égloga Anotada por Sousa da Silveira*. Rio de Janeiro, “Revista de Cultura”, 1933. 72 p.
- 1938 - *Luis de Camões* – “*Sóbolos Rios que Vão*” – Edição organizada e

anotada por Sousa da Silveira, professor da Universidade do Distrito Federal. Rio de Janeiro, “Revista de Cultura”, 1938. 32 p.

- 1939 - *Obras Completas de D. J. G. de Magalhães – Volume II – “Suspiros Poéticos e Saudades”* – Edição anotada por Sousa da Silveira – Prefácio literário por Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1939. XXXII + 386 p.
- 1940 - *Obras de Casimiro de Abreu* – Edição comemorativa do centenário do poeta (1939) – Organização, apuração do texto, esboço biográfico e notas por Sousa da Silveira, professor catedrático de Língua Portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. XXVI + 457 p. // *Obras de Casimiro de Abreu* – Apuração e revisão do texto, esboço biográfico, notas e índices por Sousa da Silveira – 2.<sup>a</sup> edição melhorada. Rio de Janeiro, MEC – Casa de Rui Barbosa, 1955. XXXVI + 473 p. // *Obras de Casimiro de Abreu* – Apuração e revisão do texto, esboço biográfico, notas e índices por Sousa da Silveira. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1999. XXXVI + 472 p. [Fac-símile do texto da 2.<sup>a</sup> edição, com uma introdução de Maximiano de Carvalho e Silva.]
- 1944 - *Programa de Língua Portuguesa (XXXII Cadeira)*. Rio de Janeiro, Universidade do Brasil – Faculdade Nacional de Filosofia, 1944. 10 p.
- 1945 - *Textos Quinhentistas – Camões: “Sóbolos Rios”; Cristóvão Falcão: “Crisfal”; Antônio Ferreira: “Castro”; Gil Vicente: “Auto da Alma”* – Estabelecidos e comentados por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. 374 + [4] p. // *Textos Quinhentistas* – Estabelecidos e comentados por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. 16 + 368 p.
- 1949 - *Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)* – Explicados por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Língua Portuguesa, 1949. 78 p. // *Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)* – Explicados por Sousa da Silveira, professor catedrático de Língua Portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia – 2.<sup>a</sup> edição melhorada e acrescida com o texto integral de cada auto. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953. 223 p. // *Dois Autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma)* – Explicados por Sousa da Silveira – 3.<sup>a</sup> edição acrescida com o fac-símile dos

- autos da edição príncipe da edição de 1562. Prefácio de Maximiano de Carvalho e Silva – Estudo prévio de Cleonice Berardinelli. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973. XXIV + 154 + [30] p.
- 1951 - *Sintaxe da Preposição “De”*. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1951. 98 + [2] p.
- 1952 - *Fonética Sintática e Sua Utilização na Explicação de Expressões Feitas e na Interpretação de Textos* – Por Sousa da Silveira, professor catedrático de Língua Portuguesa na Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1952. 203 p. // *Fonética Sintática*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. 14 + 144 p.
- 1953 - Homero Sena. *O Problema da Língua Brasileira* – Entrevista com o Prof. Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, MEC – Serviço de Documentação, 1953. 45 p.
- 1958 - *Máximas, Pensamentos e Reflexões do Marquês de Maricá* – Edição dirigida e anotada por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, MEC – Casa de Rui Barbosa, 1958. 513 p. // *Máximas, Pensamentos e Reflexões do Marquês de Maricá* – Edição dirigida e anotada por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Tecnoprint Gráfica –1967. 513 p. [Edição facsimilada.]
- 1958 - *Nossos Clássicos .... 23 – Casimiro de Abreu – “Poesia”* – Por Sousa da Silveira. Rio de Janeiro, Agir, 1958. 112 p. // *Nossos Clássicos .... 23 – Casimiro de Abreu – “Poesia”* – Por Sousa da Silveira. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, Agir, 1961. 115 p. // *Nossos Clássicos .... 23 – Casimiro de Abreu – “Poesia”* – Por Sousa da Silveira. 3.<sup>a</sup> edição... Rio de Janeiro, Agir, 1967. 115 p. [Edições com texto não revisto pelo autor.]

# PORQUE O LATIM É NECESSÁRIO EM NOSSAS VIDAS

AMÓS COELHO DA SILVA (ABRAFIL E UERJ)

## RESUMO

A escolha de textos para sala de aula. O percurso histórico da língua portuguesa: do latim ao português. O cruzamento de pontos de vistas na abordagem dos fatos da língua, cotejando latim com o português, mas marcando fases sincrônicas e diacrônicas. As características linguísticas do latim, uma língua sintética, em relação ao português, língua analítica.

**Palavras-chave:** fonologia; morfologia; sintaxe; semântica; estilística.

BECAUSE LATIN IS NECESSARY IN OUR LIVES

## ABSTRACT

The choice of texts for classroom. The history of the Portuguese language: from Latin to Portuguese. The crossing points of views on the approach of the facts of the language, comparing the Latin with the Portuguese, but marking synchronous and diachronic periods. The linguistic characteristics of Latin, a synthetic language, in relation to the Portuguese, a analytical language.

Keywords: phonology; morphology; syntax; semantics; stylistic

## 1 – INTRODUÇÃO

A trajetória profissional de Sousa da Silveira é bastante curiosa. Destaca-se pelo exercício do magistério da língua portuguesa e, no entanto, suas aulas apresentam um percentual altíssimo de comentários do latim, tanto o clássico quanto o vulgar.

Curioso é que chegou a diplomar-se como engenheiro geógrafo e civil em 1903, caminho este aberto por primeiro em sua vida, dada *sua inclinação para os estudos de matemática*, como o afirma o Prof. Maximiano, na apresentação de *Lições de Português*.

Já havíamos testemunhado essa curiosa afinidade entre o estudo do latim e os estudos de cálculos matemáticos, como se ambos ocultassem por trás efeitos dos produtos da natureza, dentro de ecossistema com seus biomas, que são povoados de seres relacionados às vidas animal, vegetal e mineral. Portanto, como pensamos, por trás de sistemas de informática, construções e recursos da engenharia e outros avanços da ciência está oculta a matemática, provedora de soluções concretas e abstratas. Não menos também,

com aproveitamento quase proficiente – não precisariam, de fato, estudantes de latim ter alcançado uma competência total, isto é, de *expertise*, bastaria uma aplicação média, porém, que se dispusesse um pouco amadurecida. Pois bem, aqueles que estudaram latim – mesmo que não se lembrem mais como se declinam exatamente mais estas ou aquelas palavras ou se conjuga um verbo tal, adquiriram aquele desempenho linguístico efetivo que o habilita aprender e aplicar soluções abstratas ou concretas frente a múltiplas situações de linguagem.

É isso que comenta Napoleão Mendes de Almeida, um dos maiores latinistas do Brasil, prefaciando sua própria *Gramática Latina: Curso Único e Completo*, quando relata a chegada ao Brasil de três matemáticos internacionais. Estes professores italianos se admiraram com a quantidade de fórmulas de matemática decoradas por estudantes brasileiros quando saem do curso secundário. Tais fórmulas só seriam lecionadas em segundo ano universitário na Itália deles. Ficaram, contudo, decepcionados *com a pobreza de raciocínio, com a falta de ilação dos estudantes brasileiros; pedimos a vossa excelência que na reforma que se projeta se dê menos matemática e MAIS LATIM no curso secundário, para que possamos ensinar matemática no curso superior.* (p. 07 – grifo do próprio Autor)

Entretanto, este episódio internacional não comoveu as autoridades brasileiras, uma vez que não só tiraram o latim do secundário, como o restringiram no ensino universitário ao curso de Letras. Citemos, na página 10, mais uma passagem sobre a polêmica de atribuir o estudo de latim para padres e aulas de arte culinária para as meninas: *A questão não é o que os meninos vão fazer do latim, mas o que o latim vai fazer dos meninos: The question is not what your boy will do with Latin, but what Latin will do for your boy, dizia com o bom senso pachorrento e inato de sua gente o senador Arnold.*

No Departamento de Letras Clássicas e Orientais, da UERJ, tivemos de compor uma deliberação que justificasse o estudo do latim em pós-graduação *lato sensu* e nos vimos coagidos a abranger apenas alunos de História, Geografia, Direito, Filosofia e outras como Psicologia, isto é, área de humanidades. Perdemos alguns alunos de informática, engenharia e áreas biológicas, devido ao pragmatismo da filosofia educacional moderna. Ainda assim fomos contemplados com o interesse destes profissionais da área de matemática pelo Curso de Especialização. Há alguns anos atrás, dois funcionários de informática da própria UERJ quiseram estudar latim. Para conseguir acolhê-los, alegamos que eles haviam estudado latim no Colégio Pedro II, doravante não será mais possível, já que esta foi a última instituição educacional brasileira do secundário a ministrar aulas de latim.

Por volta do ano 2000, a Direção do Instituto de Letras recebeu um telefonema do ministério da Fazenda, sondando a possibilidade de um professor de Latim da instituição lecionar aulas de latim para alguns funcionários da Receita Federal. Eu, então, me apresentei e eles me alocaram numa sala confortável e demos um curso de latim, no mesmo nível das aulas da Especialização de Latim do Instituto de Letras.

Veza por outra um ou outro de História, Filosofia, se apresenta. Neste caso, na seleção de avaliação de currículos atribuímos nota sete, o que o aprova neste passo, porque eles ficam protegidos pela deliberação, mas como nunca estudaram latim não sabem responder na entrevista sobre o que é a gramaticalidade de uma língua sintética como a do latim em comparação com o analitismo português. Mas a avaliação por escrito é baseada num ensaio de doze páginas, intitulado *Fundamentos Clássicos do Português*, de minha autoria, onde cito abundantemente Sousa da Silveira como por exemplo a frase *Vide meliora proboque, sequor deteriora, vejo as coisas boas e as aprovo; sigo as piores*. Nesta frase Sousa da Silveira demonstra, na exposição mais amena e agradável, em livro didático, na trajetória da língua portuguesa, desde a sua vinculação histórica aos sons e formas do latim até os segredos atuais de sua sintaxe e de sua estilística (Evanildo Bechara, na orelha de *Lições de Português*). Somos obrigados a reprová-los, pois eles se limitam a copiar palavra por palavra da nossa explicação feita sobre esta abordagem de Sousa Silveira. Não conseguem transpor para o vocabulário deles a idéia explicitada em metalinguagem pessoal.

A sobrevivência da Especialização em Língua Latina está ameaçada não só quanto a estas restrições acima mas também porque se prevê um número mínimo de alunos por turma, embora tenhamos conseguido que, mesmo com cinco alunos, numa turma, se de latim, conforme uma autorização de nossa solicitação, outorgada pelo CSEPE da UERJ.

## 2. A FORÇA DIDÁTICA DE LIÇÕES DE PORTUGUÊS

Foi o cunho didático acima do professor Sousa da Silveira que nos encorajou sempre a enfrentar a rejeição e a restrição ao estudo do latim. Com este dispositivo, aprendemos colher do trabalho acadêmico dele a evolução do latim ao português, não pelo rigor filológico de uma classificação, por exemplo em *formas divergentes* e concluir aí pontualmente a lição. Porém, pelo viés didático, sem abandonar a própria classificação filológica.

Assim se lê nas *Lições de Português*: há o fato de termos em português uma reunião de *representantes (ou formas divergentes) que tem em*

*nosso léxico o latim “planu”*. (p.22) É nesta oportunidade que ele discorre com competência e oferece uma visão do *pl-*, que embora passe a *ch-* em modificações iniciais – como *planu* > *chão*, também passa *pr-*, como *planctu* > *pranto*. Acrescenta a forma *-anu* passando a *-ão* – *manu* > *mão*. Daí, se pode entender porque *planu* vem resultar em *chão e prão* (e mais tarde, *porão*) – nota-se nesta explicitação, que propõe *formas divergentes* entre parênteses, uma desvinculação da rigidez filológica, embora a rigidez seja necessária, dado o caráter científico do foco enunciativo – daí, não o abandoná-lo, colocando-o entre parênteses, mas antididática. Por isso, ele preenche observações didáticas e pertinentes ao nível dos alunos.

Segue para outro ponto da história: a relatinização do português, que é no exemplo de apresentar *plano* como termo erudito, introduzido pela moda iniciada no Renascimento de Luís Vaz de Camões, que, aliás, povoa sobremodo *Lições de Português*.

Com *Lições de Português*, aprendemos como o intertextual da linguagem se faz presente no sistema da língua. Adverte na p. 29 que:

As línguas românicas, entre as quais figura o português, nada mais são, pois, que fases atuais do latim falado. De sorte que nos é interessante ver em linhas gerais as divergências existentes entre o latim apurado dos grandes autores ou latim clássico, e o latim falado ou popular. Como transição do clássico para o popular interpõe o latim familiar, não tão rigoroso e peado como o primeiro, nem tão solto e instável como o segundo.

O repertório de textos escolhidos por ele inclui Cícero, Fedro, Ovídio, Horácio e demais poetas canônicos do mundo clássico, em constantes comentários gramaticais, cotejando elementos da flexão latina, com estruturação sintética, em relação aos traços analíticos da gramaticalidade do português: assim, a frase ovidiana, já citada acima, *Vide meliora proboque, sequor deteriora, vejo as coisas boas e as aprovo; mas sigo as piores* – bem como outros dois exemplos frasais, motivam a explicação da ordem indireta, de natureza latina, em oposição a direta, traço português. As elipses utilizadas pelo Poeta, dada a natureza da adequação métrica, cuja realização só foi possível pela natureza semântica da expressão em latim – é o caso da conjunção “mas” (embora a frase portuguesa também possa apresentar esta mesma elipse, é sempre melhor expressão quando a conjunção “mas” fique indicada claramente), uma adversativa, apresentada na tradução, mas oculta em latim. Também o termo “coisas”, implícito em latim, necessariamente expresso em português. Necessariamente, porque este é o traço analítico português, já que

a desinência “a”, do gênero gramatical neutro do latim clássico, já indica uma substantivação do adjetivo, a natureza sintética latina desconhece substantivos abstratos, ou seja, não se diz em latim clássico substantivos abstratos como se verifica na expressão portuguesa com *preparação*, como em *antes da preparação do banquete* – dir-se-á em latim clássico *ante convivium paratum fugatos*, ou com *derrota*, como em *depois da derrota dos romanos* - dir-se-á em latim clássico *post Romanos fugatos*, ou com *encerramento*, como em *após encerramento do jantar* – dir-se-á em latim *post cenam dimissum*.

Cite-se aqui esta abordagem tão didática:

Como exemplo da feição sintética do latim ainda apresentarei a seguinte exclamação optativa: “Di melius!” “di”, deuses. Melius, melhor (advérbio). À letra: “Deuses melhormente.” A tradução portuguesa há de por força estirar-se: “que os deuses resolvam de modo mais favorável”, “afastem de nos este mal”, ou como traduziu um clássico? “Melhor o faça Deus”.

Discorre expressões dos clássicos latinos ao lado de textos de Camões, Gil Vicente, Alexandre Herculano, Eça de Queirós etc., Machado de Assis, Santa Rita Durão, Padre Vieira, Alberto de Oliveira etc. Suas aulas eram uma viagem diacrônica. De modo que propõe aula sobre o artigo, definido e indefinido, mas o atalho de explicação é através de Machado de Assis, *Um Apólogo*. Passa a comentar como a enunciação do Autor ganha força com o artigo indefinido, desenvolvendo aqui aspectos morfossintáticos (p.183 – item 397 e a etimologia ficou indicada amplamente na página 124 – no item 204, A. ETIMOLOGIA):

Como o artigo indefinido, o escritor distingue, da classe das agulhas, uma, que submete à atenção do leitor. O mesmo faz com os romances de linha: aponta, de entre eles, um, que vai figurar na sua história.

Apresentados, por esse modo, aqueles dois objetos ao leitor, o escritor usará daí diante o artigo definido, pois o indefinido já não tem cabimento. E assim acontece realmente:

“Chegou a costureira, pegou do pano, pegou da agulha, pegou da linha, enfiou a linha na agulha, e entrou a coser.” “E dizia a agulha”. “A linha não respondeu nada”. etc.

Imaginemos sua ida ao quadro, pondo em realce o que aqui grifamos em negrito, o que em sua obra em foco foi colocado em *italico*. Ora o que está fazendo é ensinando o estudante como se deve ler e como se deve escrever um texto.

A seguinte passagem, que é muito confusa na Nomenclatura Gramatical Brasileira – já que, conforme Mattoso Câmara<sup>1</sup>, é preciso distinguir a abordagem morfológica, tendo em vista apenas uma forma, provida de desinência ou elemento flexional, proveniente de um quadro das categorias gramaticais – da descrição sintática, dado o plano de conjunto de palavras, nos sintagmas locucionais, com o valor de uma única forma.

Conceitua, primeiramente, gradação e aponta a realização linguística em português através de um advérbio, como uma construção locucional. Em seguida, ressalva a herança de formas sintéticas, providas do elemento mórfico sufixal “-ior”, que denota “mais”:

tanto comparativas como superlativas: maior, menor, melhor, pior, inferior, superior, máximo, mínimo, ótimo, péssimo, ínfimo, supremo, sumo, grandíssimo (...) (p.145)

241. As formas comparativas sintéticas dispensam o advérbio “mais”, pois a gradação está implícita nelas, e as superlativas, por análogo motivo, não se devem usar como advérbio “tão”, nem “muito”. (Idem, *ibidem*)

Não deixa de ressaltar o emprego estilístico em Vieira, Machado de Assis (com exemplos - para o primeiro em “*Sermões, V, 226*” *O lugar mais interior e inferior*, - para o segundo em “*Dom Casmurro 318*” *...o menor gesto me afligia, a mais ínfima palavra, uma insistência qualquer*).

Quer dizer, apresenta o normativo, o uso padrão e depois, a expressividade estilística, promovida num desvio com a elegância adequada, que é uma exigência culta do uso da linguagem, mesmo se empregada como expressão emocional.

## REFERÊNCIAS

- BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Tradução de Aída Ferras et alii. São Paulo: EDUC, 1992.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Filologia e Gramática*. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d.
- \_\_\_\_\_. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- SILVEIRA, Sousa da. *Lições de Português*. Rio de Janeiro: Presença, 1988.
- SMITH, F. Kinchin. *Aprenda Sozinho Latim*. Tradução e adaptação de Milton Campana. São Paulo: Livraria Pioneira, 1962.

1- Estrutura da Língua Portuguesa, capítulo X - O Mecanismo de Flexão Portuguesa.

# DIÁLOGOS ENTRE CRÍTICA TEXTUAL, PESQUISAS EM ARQUIVOS E HISTÓRIA DA LITERATURA

Em homenagem à memória de Sousa da Silveira, um dos maiores nomes da Crítica Textual em língua portuguesa.

CEILA MARIA FERREIRA (LABEC – UFF/ ABRAFIL)

LABEC@VM.UFF.BR

## RESUMO

Neste trabalho, tecemos algumas considerações sobre a importância da Crítica Textual para a História da Literatura, como também a respeito da importância da pesquisa em arquivos para o desenvolvimento de pesquisas em Crítica Textual e para o conhecimento de obras de autores do passado hoje esquecidos e de aspectos não muito difundidos sobre a obra de autores consagrados.

**Palavras-chave:** Crítica Textual, História da Literatura, arquivos, Lima Barreto, Eça de Queirós.

**Abstract:** In this study we set forth a few considerations about the importance of textual criticism to the history of literature, as well as the importance of archival research for the development of textual criticism studies and in bringing to light works by authors from the past who have been forgotten, as well as little considered aspects about some established works by authors from the literary canon, like Lima Barreto and Eça de Queirós.

**Keywords:** Textual Criticism, History of Literature, Lima Barreto, Eça de Queirós.

Segundo Alberto Blecua (1983, p. 12), no *Manual de Crítica Textual*, a Crítica Textual e a história da transmissão [textual] são inseparáveis.

Podemos dizer que também são inseparáveis a história da transmissão textual e a história da literatura, pois os dados que nos chegam a partir do estudo da história da transmissão textual são fundamentais para que tenhamos um conhecimento mais aproximado da história da literatura. Mas, para que esses estudos sejam feitos com maior profundidade é preciso que sejam realizadas pesquisas em arquivos, sejam elas em bibliotecas, museus de literatura e mesmo na Internet, pois muitas dessas bibliotecas têm o seu acervo ou parte dele digitalizado. Contudo, para uma pesquisa mais aprofundada, nada

dispensa à ida em presença a bibliotecas, a consulta minuciosa e detalhada a arquivos e acervos literários.

No caso da Crítica Textual, quando o crítico se dedica a realizar uma edição crítica ou crítico-genética, fatalmente irá fazer um levantamento da tradição da publicação da obra que é o objeto daquele trabalho. Com esse movimento, ele também entrará em contato com a história da transmissão e com dados que lhe permitirão ter contato com aspectos da história da literatura e algumas vezes esses aspectos já haviam sido esquecidos com o passar do tempo e com a mudança das mentalidades a que estão sujeitos os seres humanos com as mudanças dos modos de produção, por exemplo.

A própria história da literatura, à medida que as metodologias de pesquisa e as mentalidades mudam, é a nós chegada com outras perspectivas que não as vigentes nas épocas em que as autoras e os autores estudados em suas páginas escreveram e publicaram suas obras.

Por meio das páginas das histórias da literatura, temos contato com o que foi levantado, pesquisado e sistematizado por determinado investigador que trabalhou ou que trabalha com uma teoria e uma metodologia que não são imunes às oscilações por que passa a construção do conhecimento humano.

Um trabalho que se faz necessário é o de levantamento dos autores e das autoras que publicaram no passado, independentemente de estarem ou não inseridos no cânone literário, porque, se quisermos ter uma visão mais aproximada do que foi a vida literária e a produção de literatura (no sentido que é dado a essa palavra na atualidade) no passado, temos que ter acesso a essa produção. Porém, para termos acesso a nomes que nem sequer figuram nas histórias da literatura, temos que nos habituar às salas, às luzes e ao silêncio das bibliotecas e dos acervos literários.

O esquecimento que envolve determinados nomes e obras também não perdoa determinados aspectos da divulgação da obra de autores consagrados. É o caso de Lima Barreto e de Eça de Queirós, por exemplo.

Lima Barreto, escritor nascido no Rio de Janeiro em 1881 e falecido também no Rio de Janeiro em 1922, é, por alguns críticos e historiadores da literatura, tido como um escritor descuidado com seus textos. Contudo, o exame atento de sua produção literária e das mudanças que realizou em obras como *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, desmentem tal juízo.

Ele alterou e muito os textos até a versão final dessa obra. E entendemos por alterar: trabalhar estilisticamente os textos, ter cuidado com eles. Contudo, a própria versão final do *Isaias Caminha*, a de 1917, foi prejudicada pela grande quantidade de erros tipográficos que se encontram em suas páginas, apesar de que elas foram revistas pelo autor e por um amigo dele de nome Lício Barbosa. Portanto (e não só por conta disso), a visão que temos da literatura é mediada por sua fortuna crítica que, muitas vezes, é produzida com forte contribuição extraliterária. No caso: baixa qualidade editorial da obra e baixa condição financeira do autor. E hoje conseguimos chegar às modificações realizadas nos textos que formam o *Isaias Caminha*, pois nos debruçamos nas edições autorais dessa obra e, inclusive, tivemos acesso ao manuscrito autógrafa por meio de uma cópia digitalizada e por meio de sua consulta em presença no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, para a realização da edição crítica, cujo primeiro volume da obra em questão será publicado pela EDUSP.

Vale lembrar que trabalhamos com todas as edições saídas em vida do autor: a da *Revista Floreal*, publicada em 1907; a primeira edição em livro, publicada pela Livraria Clássica, em Lisboa, em 1909 e a da segunda edição, publicada em duas tiragens: a da Typ. Revista dos Tribunaes e a de A. de Azevedo, & Costa, em 1917. Trabalhamos também com uma edição saída em 1956, a de responsabilidade de Francisco de Assis Barbosa, cuja preparação do texto do romance para edição esteve a cargo de Antônio Houaiss e de M. Cavalcanti Proença.

Quanto ao manuscrito na sua quase totalidade autógrafa, como já dissemos, ele se encontra no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro e foi recebido, por aquela instituição, em 1949, quando era chefe daquele Setor, Darcy Damasceno dos Santos, escritor e crítico literário. Nesse ano, portanto, foi constituído o Arquivo Lima Barreto nessa biblioteca.

O manuscrito, aparentemente, é formado por várias campanhas de escrita o que tornará seu estudo muito fecundo para o conhecimento da construção da narrativa de Lima Barreto.

Quanto à edição de *Recordações do Escrivão Isaias Caminha*, ela será publicada pela EDUSP e contou com a participação do Laboratório de Ecdótica da Universidade Federal Fluminense (o Labec-UFF), que tem como missão a realização de edições e de estudos a respeito da transmissão textual com base na teoria e na metodologia da Crítica Textual. Esse laboratório foi

fundado em 2006 e está localizado no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, estado do Rio de Janeiro, na região sudeste do Brasil.

A edição crítica de *Recordações do Escrivão Isaias Caminha* sairá em dois volumes. No primeiro volume, serão publicados: uma introdução geral, uma introdução crítico-filológica; um estudo crítico literário de autoria da Professora Carmem Negreiros (que nos convidou para participar daquele projeto); o texto crítico (que tem por texto-base a última edição acompanhada pelo autor), seguido de um aparato crítico de comentários exegéticos, explicativos, no rodapé da página. Há ainda um capítulo com um aparato de variantes dividido em duas partes, dado o grande número de diferenças encontradas no cotejo da última edição em vida do autor com a primeira publicada em revista e depois em livro. Fecha a edição um capítulo em que são elencadas as mudanças realizadas em termos de grafia na preparação do texto crítico. Chamamos tal capítulo de “Atualizações Gráficas”.

No segundo volume, publicaremos o manuscrito autógrafo, seguido de sua leitura diplomática e de um aparato genético com referências às páginas do texto crítico. Vale lembrar que o segundo volume ainda não foi preparado e que, para a realização do primeiro volume, contamos com a colaboração das pesquisadoras Patrícia Teixeira, Marina Mello e Viviane Arena Figueiredo.

Como já foi dito, o texto crítico da edição do *Isaias Caminha* é acompanhado pelo aparato de comentários exegéticos que não reproduzimos aqui nestas páginas.

A “Breve Notícia”, que abre a edição de 1917 desse romance, também é muito esclarecedora em termos de história da literatura e da história da transmissão dos textos que formam a tradição direta daquela obra. Reproduzimos aqui uma passagem que julgamos ser bastante esclarecedora a esse respeito:

#### BREVE NOTÍCIA

Mon coeur profond ressemble à ces voûtes d’église  
Où le moindre bruit s’enfle en une immense voix.  
(Guyau. Vers d’un philosophe).

Quando comecei a publicar, na “Floreal”, uma pequena revista que editei, pelos fins de 1907, as “Recordações” do meu amigo, Isaias Caminha, escrivão da Coletoria Federal de Caxambi, Estado do Espírito Santo, publiquei-as com um pequeno prefácio do autor. Mais tarde, graças ao encorajamento que mereceu a modesta obra do Escrivão, tratei de publicá-la em volume.

O meu amigo e camarada Antonio Noronha Santos, indo à Europa, ofereceu-se para arranjar, em Portugal, um editor.

João Pereira Barreto recomendou-me aos srs. A. M. Teixeira & C., livreiros em Lisboa, com a Livraria Clássica de lá; e elas foram impressas sob as vistas dedicadas do sr. Albino Forjaz de Sampaio, a quem muito devem, em correção, as “Recordações”.

VIII

A todos três, não posso, em nome do meu querido Isaias, deixar de agradecer-lhes mais uma vez o serviço que prestaram à obra.

Eu, porém, como tinha plena autorização do autor, por ocasião de mandar o manuscrito para o prelo, suprimi o prefácio, a *donnée*, que agora epigrafa estas linhas, e algumas cousas mais.

O meu intuito era lançar o livro do meu amigo, sem escoras ou para-balas.

Assim foi. Hoje, porém, que faço uma segunda edição dele, restabeleço o original tal e qual o Caminha me enviou, pois não havia motivo para supressão de tanta cousa interessante que muito concorre para a boa compreensão do livro. [...]”

Na passagem destacada por nós, que corresponde às páginas VII e VIII da edição de 1917, há referências sobre a edição na *Revista Floreal* e sobre a primeira edição feita em livro do *Isaias* e até mesmo sobre a ausência do capítulo “Breve Notícia” na edição publicada em Portugal, em 1909, como também sobre a necessidade de realização da edição de 1917, dados que são importantíssimos para a história da literatura e para a história da transmissão textual da obra de Lima Barreto.

Acerca de Eça de Queirós, estamos realizando, dentro do projeto de Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, coordenado pelo Professor Doutor Carlos Reis, catedrático na Universidade de Coimbra, uma edição crítico-genética das narrativas de viagem do autor de *Os Maias*. Tal volume receberá o título, dado pelo coordenador do projeto, de: *O Egito e outros relatos*. Tal edição tem como texto-base o manuscrito autógrafo de Eça de Queirós das narrativas de viagem. Estamos trabalhando com uma cópia digitalizada desse manuscrito que faz parte do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

As narrativas de viagem de Eça de Queirós foram escritas na segunda metade do século XIX, possivelmente em 1869 e 1870, quando o autor era um jovem de um pouco mais de vinte anos, e foram publicadas em duas etapas. A primeira veio a público em 1926, portanto vinte e seis anos após a morte do autor e sob a responsabilidade do filho do escritor, chamado também José

Maria. A segunda etapa, foi publicada em 1966, sob a responsabilidade de Maria, filha mais velha de Eça de Queirós. Tanto uma quanto a outra contêm várias intromissões dos editores, muitas vezes sem que essas intervenções sejam explicitadas aos leitores, o que torna tais edições no mínimo problemáticas.

O texto do manuscrito autógrafa tem muitas rasuras, substituições, emendas realizadas pelo autor, mas é um texto que não passou por uma revisão final autoral. Ele está ainda para ser concluído. Não é acabado. Tal natureza do texto dificulta a sua leitura, mas por isso mesmo essa natureza não pode ser escondida dos leitores. Negar tal natureza poderia acarretar em algum tipo de juízo negativo sobre Eça de Queirós como escritor. Contudo a publicidade de suas páginas e de sua natureza contribui para o maior conhecimento do fazer literário desse que é um dos maiores escritores da língua portuguesa.

Aqui está a primeira página do texto crítico da edição das narrativas de viagens que estamos preparando:

[Caderno I]

Cádiz – Domingo

Ontem dobramos o cabo de S. Vicente, sob um luar digno dos dramas de Shakespeare. O infinito mar, sereno e escuro, sem trevas, mar belamente escuro, tremia sobre o grande raio luminoso da lua, como os antigos animais sob as carícias dos profetas. À direita do vapor, o cabo, negro, de perfil, com linhas precisas, e nitidamente cortadas. A decoração admirável da noite assentava silenciosamente em volta. O solo final da Africana seria belo, como a sua lenta desolação aflita no meio desta imensa paisagem severa, cheia das cousas

A página termina assim porque vamos seguir o término e o início de página do manuscrito e Caderno I está entre colchetes, pois tal notação não está presente nas páginas do manuscrito. Vale lembrar que fizemos uma transcrição crítica atualizada da grafia do manuscrito conforme o novo acordo ortográfico. Contudo, lembramos aqui que este trabalho ainda passará pelas mãos do coordenador do projeto, Professor Carlos Reis e, no momento, para realizar tal edição, conto com a colaboração de um grupo de pesquisadoras.

Para quem conhece a edição de 1926, até esse início apresenta variantes, pois, entre outras diferenças, não há a divisão em capítulos presente nas páginas da edição preparada pelo filho do escritor. Contudo, o conhecimento da edição de 1926 e da edição de 1966 é importante para a compreensão de parte da formação do cânone queirosiano, assim como para o conhecimento acerca da divulgação da obra desse escritor e da produção de sua fortuna crítica.

A respeito de *O crime do Padre Amaro*, obra de que mais vamos nos

deter neste trabalho, é sabido que o que o primeiro romance que Eça de Queirós publicou como autor individual foi, posteriormente, bastante modificado pelo escritor.

Descontente com a forma assumida, em 1875, por seu romance na *Revista Occidental*, dirigida por seus amigos Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, e também com a maneira como se deu a sua publicação, sem que tivesse sido dada a ele a oportunidade de fazer a revisão completa das provas de seu trabalho, por estar ausente de Portugal, exercendo o cargo de cônsul na Inglaterra, em Newcastle, Eça de Queirós redige uma nova versão de *O crime do padre Amaro* e a publica em livro, em 1876. O pai de Eça, José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, responsabilizou-se acerca de “qualquer prejuízo” que o livro ocasionasse ao editor (MATOS, 2010, p. 123). Vale dizer que tal edição traz uma nota que diz ser essa a edição definitiva da obra, objeto deste artigo. Contudo, em 1880, é publicada uma nova edição desse romance com grandes modificações feitas pelo autor, a ponto de ser essa chamada de uma nova versão, assim como foi a de 1876, do referido romance. Para alguns críticos, como Machado da Rosa, por exemplo, a edição de 1880 pode ter recebido influência decisiva da crítica que Machado de Assis publicou, em 1878, sobre *O Primo Basílio* e sobre *O crime do Padre Amaro* (MACHADO DA ROSA, 1979, p. 299-301). Nessa crítica, Machado de Assis, entre outras observações, escreve que *O crime do padre Amaro* é uma imitação de *La faute de l'abbé Mouret*, de Émile Zola. Fala também acerca dos exageros da escola Realista, segundo ele, iniciada na língua de Camões por Eça de Queirós, a quem não deixa de elogiar o talento. O escritor e crítico brasileiro fala ainda a respeito dos finais de *O primo Basílio* e de *O crime do padre Amaro*. Escreve que o dito com que o “herói” de *O primo Basílio* termina aquela obra é análogo às palavras proferidas pelo “herói” de *O crime do padre Amaro*, no final da edição de 1876 (MACHADO DE ASSIS, 2012, p. 2). Ainda sobre *O crime*, pergunta se haverá alguma verdade moral no triunfo de uma das forças que “lutam na alma do Padre Amaro” (MACHADO DE ASSIS, 2012, p. 1). A força vencedora seria o “terror da opinião, que ele tem visto tolerante e cúmplice no desvio dos seus confrades [...]” (MACHADO DE ASSIS, 2012, p. 1), o que colocaria, a nosso ver, em questão, segundo Machado de Assis, a “vocação social e apostólica” do Realismo naquela obra ou seria um dos defeitos daquele romance.

Machado de Assis não deixa ainda de se referir à “vocação social e apostólica” do Realismo em *O primo Basílio*, mas o faz em tom de ironia

(MACHADO DE ASSIS, 2012). Todavia, nas três versões trabalhadas por Eça de *O crime do padre Amaro* há clara “vocação social e apostólica”. Inclusive, o capítulo final, em todas as três versões de *O crime*, faz referências   gigantesca opera o de repressão violenta e de destrui o devastadora, ocorrida em maio de 1871, empreendida contra a Comuna de Paris, governo revolucionário que tentou tornar realidade o Socialismo àquela altura.

Após a derrota da França pela Prússia, em setembro de 1870, na batalha de Sedan, em que Napoleão III é feito prisioneiro, e da rendi o, em 27 de outubro desse mesmo ano, do exército francês em Metz, são convocadas elei es para a forma o de uma nova Assembleia. Em tais elei es, vence uma maioria conservadora e, então: “Thiers assume o executivo, forma o ministério, instala-se em Versalhes e decide “pacificar Paris”” (BARSOTTI, 2012, p. 6). Para atingir tal objetivo, o governo provisório tenta desestabilizar a resistência de Paris, contrária ao armistício com a Prússia, acertado em bases muito desfavoráveis para a França.  s tropas governamentais é dada a ordem de se apoderarem dos canhões da Guarda Nacional, o que é feito. Contudo, populares, tendo em suas fileiras um número bastante expressivo de mulheres, operários, ao lado de membros da Guarda Nacional, se dirigem ao forte, onde estão as tropas governamentais. E, nessa altura, acontece uma cena digna dos melhores romances e da vida em toda a sua plenitude: as tropas governamentais desobedecem à ordem de atirar no povo e na Guarda Nacional e, então, há uma confraterniza o entre eles com direito a gritos de “Viva a república” (BARSOTTI, 2012, p. 6).

No dia 18 de março de 1871: “[...] as reparti es oficiais eram ocupadas por iniciativa do Comit  Central da Guarda Nacional, considerado governo na Câmara Municipal” (GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural, 1998). Depois, em 26 de março, há elei es para a forma o do Poder Municipal.

Nessa ocasião, são eleitos:

[...] 72 delegados, revolucionários e militantes de todos os matizes – 25 operários, sendo 13 filiados   Internacional. Constituido o poder comunal,   proclamada a comuna em 28 de março (BARSOTTI, 2012, p 8).

Ao longo dos setenta e dois dias em que permaneceu no poder, a Comuna de Paris realizou:

[...] uma política social e democrática avançada: congelamento total

e geral de aluguéis (30 de março), separação entre Igreja e Estado (2 de abril), abolição do trabalho noturno dos padeiros (20 de abril), criação das sociedades cooperativas e esboço de uma reforma do ensino primário e profissional (GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural, 1998).

Contudo, a Comuna foi dura e barbaramente reprimida (com a ajuda de prussianos) pelo poder instalado em Versalhes. Apesar de ter resistido e lutado heroicamente, durante o que ficou conhecido pelo nome de “Semana Sangrenta”, em que Paris teve muitos de seus prédios e de suas ruas incendiados, membros da Comuna foram mortos. Seus corpos foram expostos em caixões abertos. Tais imagens permanecem até hoje por meio de fotografias tiradas na época e referências à Comuna permanecem também – e não só - por meio de descrições havidas em romances como *O crime do Padre Amaro*. O romance de Eça de Queirós, nas suas três versões, dialoga com o clima revolucionário da Comuna de Paris e o faz reviver em suas páginas, no seu capítulo final.

Vale lembrar que a própria escritura e a publicação dessas versões, assim como a de *O primo Basílio*, são uma revolução na literatura em língua portuguesa, uma nova maneira de escrever Literatura em português, que não está dissociada da figura do escritor participante na transformação da sociedade. Na primeira versão de *O crime do padre Amaro*, o último capítulo, o XXII, é publicado em maio de 1875, na *Revista Occidental*.

Este capítulo tem como início uma referência a maio de 1870, quando, pela leitura do capítulo na sua integralidade, sabemos facilmente que se trata de maio de 1871, data em que se deu o aniquilamento da Comuna de Paris. Trata-se, possivelmente, de um erro de impressão ou de problemas (ou de uma estratégia para evitar tais problemas) com a censura.

Quanto à cena, ela é passada em frente à Casa Havaneza, no Chiado, em Lisboa, onde, em uma tabuleta, eram colados telegramas a respeito da luta sangrenta que se operava, àquela altura, nas ruas de Paris. Era o fim da Comuna: “[...] a cólera fora saciar-se à escuridão das latrinas”, escrevia Eça, à página 92 daquela edição de 1875 de *O crime do padre amaro*. Alguns “queriam a restauração dos Bourbons”, numa demonstração de anacronismo, de época gangrenada pelo passadismo cultuado a despeito do bem estar do povo e do progresso da humanidade, que se consubstanciava, por exemplo, no estabelecimento do telégrafo como moderno meio de comunicação .

Palavras como burguês, operário, capital, devedores, propriedade estão presentes nas páginas que dão vida àquela batalha.

Marcas de um progresso próprio ao crescimento de uma sociedade capitalista, como madacame e petróleo, estão ligadas, nas páginas finais dessa versão do romance de Eça de Queirós, à destruição. Então, aparece “um homem vestido de preto”, o Padre Amaro, que é interpelado por outro homem, o cônego Dias, dos tempos de Leiria. E a proximidade da descrição da destruição provocada também pelo “fumo do petróleo” com a aparição do padre, “um homem vestido de preto”, provoca a aproximação entre o padre Amaro e a destruição; entre o padre Amaro e um passado estéril e entre o padre Amaro e àquele progresso que, para crescer e continuar crescendo, não levava em conta parte considerável da população.

Os dois homens caminham até as grades da Encarnação, onde conversam sobre a situação de algumas pessoas que moravam em Leiria, cidade em que passa a maior parte da ação do romance nas três versões.

Falam sobre S. Joaneira, mãe de Amélia (Amélia era a jovem que se envolveu com o padre Amaro e que acabou morrendo). Falam sobre o rapaz que gostava daquela moça, João Eduardo, que, naquele tempo, estaria vivendo com poucos recursos financeiros, pois era mal pago pelo serviço de escrever artigos para um jornal. Falam sobre outras pessoas, porém, na maioria das vezes, com comentários maledicentes e conversam rapidamente a respeito dos acontecimentos de Paris e sobre a difusão daquelas ideias em Portugal. Nesse momento, passam duas mulheres, talvez mãe e filha. Os dois homens da Igreja olham para elas com olhos de cobiça e, após uma pergunta do cônego Dias, Amaro faz o comentário cínico que fecha àquela que foi a primeira versão de *O crime do padre Amaro*. Tais atitudes e tais palavras do Padre Amaro e do Cônego Dias em relação àquelas mulheres e às pessoas de Leiria não são, até hoje, próprias a padres e a cônegos, o que provoca a desaprovação dos leitores a elas e à maior parte das condutas daqueles homens ao longo da história que é narrada naquela obra. Contudo, esses maus homens da Igreja são contrários às novas ideias e à Comuna de Paris, o que pode aguçar a curiosidade dos leitores acerca tanto dessas ideias, assim como em relação à Comuna. Mais ainda, pode suscitar a simpatia dos leitores a respeito delas.

Outra questão que nos parece importante destacar é que, quando é publicada a versão de *O crime do padre Amaro* na *Revista Occidental*, em 1875, havia uma pequena distância temporal entre a derrocada da Comuna

de Paris, ocorrida em maio de 1871, e aquela publicação. Mas, mesmo assim, naquelas páginas, Paris continuava a arder e a Comuna sucumbia por meio de uma vingança – e tal palavra é usada por Eça. - empreendida contra os que ousaram tornar realidade aquelas ideias revolucionárias.

Como já foi dito em linhas acima, a conversa do Padre Amaro e do Cônego Dias se passa em frente às grades da Encarnação na primeira versão, a de 1875.

Na segunda versão, publicada em 1876, a conversa entre o padre Amaro e o cônego Dias também se passa em frente às grades da Encarnação e eles se encontram em frente à Casa Havaneza. Contudo, na versão de 1876, tal conversa é mais estendida, inclusive com um maior número de referências à Amélia. Nessa versão, é mantido o comentário cínico de Amaro. Sobre a Comuna, as referências são mais intensas que as da edição de 1875.

Tal capítulo, na versão de 1876, o XXVII, fala também sobre o enterro de Amélia. Há também em suas páginas a referência: “Nos fins de Maio de 1870 [...]”. Todavia, sabemos que se trata de maio de 1871, mas esse erro não foi corrigido de uma versão para outra. Não sabemos o porquê da sua manutenção.

Essa versão de 1876 é a que foi criticada por Machado de Assis e a que também apareceu com a informação impressa na folha de rosto de que se tratava da edição definitiva de *O crime do padre Amaro*. Porém, em 1880, ano do 3.º centenário da morte de Camões, é publicada a 3ª versão (2ª edição em livro) do referido romance de Eça de Queirós.

A 3.ª versão de *O crime do Padre Amaro* é bem maior que a publicada em 1876 como definitiva. Mas, apesar de todas as modificações realizadas no texto da 2.ª para a 3.ª versão, vem a público, em 1889, com algumas pequenas alterações em relação à de 1880, outra edição do referido romance. Essa edição, a de 1889, é que é a definitiva de *O crime do Padre Amaro*: a última publicada em vida de Eça de Queirós.

Nessa edição, o último capítulo, o XXVI, traz a correção em relação à referência ao ano de 1871 que as edições de 1875 e 1876 estampam como de 1870. Possivelmente, nas edições de 1875 e 1876, trata-se de erro tipográfico ou de uma tentativa de fugir de uma provável censura declarada ou não a ideias socialistas. Contudo, pela leitura dos capítulos, é clara a referência à

Comuna de Paris, conforme já observamos em linhas acima.

Em relação à edição saída em 1880, não pudemos examiná-la, pois ela não se encontra digitalizada. Todavia, na introdução à edição crítica de *O crime do padre Amaro*, publicada em 2000 por Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha, há a informação de que foram feitas pelo autor, na edição de 1889, apenas pequenas modificações em relação à de 1880. Inclusive, na edição crítica, há o cotejo entre a edição de 1889 e a de 1880. Portanto, as observações a seguir tiveram como base a edição de 1889 de *O crime do padre Amaro* e a edição crítica publicada em 2000.

Na edição de 1889 e na de 1880, a ação que se passa no último capítulo, começa em frente à Casa Havaneza, onde estão expostos telegramas sobre a luta travada nas ruas de Paris pelos membros da Comuna e seus opositores. É descrito o incêndio de prédios e de ruas caras à burguesia, conforme palavras do narrador.

Nessa edição e na de 1880, o padre Amaro e o cônego Dias se encontram casualmente em frente à Casa Havaneza e vão caminhando até o Largo de Camões, onde param junto à estátua do grande poeta.

Lá, conversam sobre o destino de alguns de seus conhecidos de Leiria e, na maior parte das vezes, falam sobre eles de maneira maledicente e jocosa.

O Padre Amaro, perguntado pelo cônego Dias, fala sobre o sofrimento que lhe causou a morte de Amélia, mas diz que tudo passa.

Após alguma conversa, Amaro expressa aquela opinião cínica acerca de confessar mulheres somente casadas e os dois homens da Igreja falam também sobre os acontecimentos de Paris.

Lembrem-se, leitores, a cena se passa em maio de 1871, quando também está ocorrendo a luta sangrenta entre os membros da Comuna e os seus opositores nas ruas e em prédios de Paris.

No momento em que o padre e o cônego conversam sobre os acontecimentos de Paris e a difusão das ideias revolucionárias em Portugal, chega o conde de Ribamar, chamado pelo narrador de estadista.

O conde de Ribamar, perguntado pelos dois homens, fala tantas impropriedades e expressa tantos erros de julgamentos históricos como se eles fossem a mais profunda verdade, fruto de argutíssima observação e conhecimento das coisas da Europa, que provoca o estranhamento do leitor,

reforçado pela descrição que o narrador faz acerca da cena que se desenrola ao redor dos três homens: o que se vê é uma representação de um país e de um modo de vida em plena decadência, o que é tido pelo equivocados estadista como causa da inveja de toda a Europa em relação a Portugal.

E para arrematar a cena, a estátua de Camões permanece, com toda a grandeza que suscita a figura do Poeta, a observar inerte, porém magnanimamente, aquele triste estado de coisas.

Hoje, em que muitos falam – como se fosse realidade incontestável - no fim das utopias e das ideologias, é emocionante a leitura do capítulo final de todas as versões de *O crime do padre Amaro*, especialmente a leitura do último capítulo da última versão dessa obra.

Eça de Queirós não fugindo ao ideário expresso do que nos restou das corajosas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, ocorridas em 1871, e das não menos corajosas *Farpas*, começadas a publicar também em 1871, mesmo ano da Comuna de Paris, produziu nas páginas que formam *O crime do padre Amaro* (e não só nelas) uma literatura voltada para a transformação da sociedade, transformação essa com claro e incontestável matiz socialista, presente também nas Conferências idealizadas por Antero de Quental e nas *Farpas*. Contudo, muitas histórias da literatura anemizam esse lado engajado do que chamam de Realismo que, na época, era também conhecido por Naturalismo, vide textos, inclusive de Eça de Queirós, em que ele diz ser o Realismo como chamavam o Naturalismo na capital. São palavras de Eça de Queirós, citadas na Introdução da edição crítica de suas *Cartas Públicas* (PEIXINHO, 2009, p. 63):

Mas como tu sabes, amigo, nesta Capital do nosso Reino permanece a opinião, cimentada a pedra e cal, entre leigos e entre letrados, que Naturalismo, ou, como a Capital diz, Realismo, - é *grosseria e sujidade!*

Lembramos que os originais presentes, ou seja, manuscritos autógrafos e textos finais autorais são acessíveis a estudiosos muitas vezes por meio da pesquisa em arquivos, em bibliotecas. Tais materiais são o objeto de estudo da Crítica Textual Moderna que não se restringe à missão de levar ao leitor o texto autoral final, mas também de apresentá-lo a etapas de construção textual realizadas pelo autor daquela obra. E tal pesquisa é feita por meio do exame de acervos e arquivos literários em presença ou pelo uso da internet. Contudo, para a realização de edições críticas e crítico-genéticas, é recomendável, nem

que seja em uma etapa final, a vista das edições impressas e de manuscritos em presença.

Quantas obras tiveram a sua transmissão prejudicada por edições problemáticas? Quantas autoras e quantos autores foram relegados ao anonimato? Quantas escolas literárias tiveram a sua divulgação corrompida por erros de interpretação e pela ausência de pesquisa em fontes primárias? De quantas obras o grande público e mesmo estudiosos da literatura não sabem que existem versões como é o caso de *O crime do padre Amaro*? Que visão temos hoje dos círculos literários do passado e do contexto que produziu tal literatura? Tal visão não seria muito mais um reflexo dos limites das nossas pesquisas e das metodologias e teorias por nós empregadas, sem contar que a ação do tempo, como uma borracha, apagou e apaga muito do que outrora saiu como impresso, assim como da pouca divulgação de trabalhos e do quase desconhecimento sobre a importância da Crítica Textual para a preservação e para a divulgação do patrimônio cultural em forma de textos literários?

A Crítica Textual estuda a transmissão de textos e a restituição desses textos à última redação autoral. Além disso, estuda a materialidade desses textos, as etapas do processo de sua construção e de sua gênese e os aproxima, por meio de interpretações e de comentários, ao leitor de hoje. Contudo, sem a pesquisa em acervos, sem o exame detalhado das fontes primárias de pesquisa, sem darmos importância à Crítica Textual e sem a aproximação entre história da literatura e história da transmissão textual é muito difícil avançarmos em termos do que podemos chamar de base científica para os estudos literários.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. In: *Revista Floreal*, Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunaes, n. 1-4, 1907.

----- *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. Lisboa: Clássica, 1909.

----- *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1917.

----- *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. Rio de Janeiro: A. de Azevedo, & Costa, 1917.

----- *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARSOTTI, Paulo. “Estamos aqui pela humanidade!” Viva a Comuna de Paris de 1871! Extraído em 02/12/2012: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8\\_](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_)

paulo\_basotti.pdf. Acesso em 02/12/2012.

BLECUA, Alberto. *Manual de Crítica Textual*. Madrid, Castalia, 1983.

EÇA DE QUEIRÓS, José Maria. *O crime do padre Amaro*. In: *Revista Occidental*, Lisboa, Tomo II, maio de 1875.

----- . *O crime do padre Amaro*. Edição definitiva. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1876.

----- . *O crime do padre Amaro*. *Scenas da vida devota*. 3ª ed. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron/Lugan & Genelioux, Successores, 1889.

EÇA DE QUEIROZ, José Maria. *O Egipto*. Notas de viagem. Porto: Lello & Irmão, 1926.

----- . *Folhas Soltas*. Porto: Lello & Irmão, 1966.

GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v.7.

LACERDA, Gisele Carvalho. *Ecossistemas machadianos em O crime do padre Amaro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2011.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Eça de Queirós: O Primo Basílio*. Extraído em 25/12/2012: <http://www.superdownloads.com.br/download/140/eca-de-queiros-primo-basilio-machado-de-assis/redir.html>

MACHADO DA ROSA, Alberto. *Eça, discípulo de Machado?* Um estudo sobre Eça de Queirós. 2ª. ed. Lisboa: Presença/São Paulo: Martins Fontes, 1979.

MATOS, A. Campos. *Eça de Queirós fotobiografia: Vida e obra*. 2ª. ed. São Paulo: Leya, 2010.

ORTIGÃO, Ramalho/QUEIROZ, Eça de. *As Farpas*: chronica mensal politica das letras e dos costumes. Lisboa: Typ. Universal, 1871-1883.

PEIXINHO, Ana Teresa (ed.) *Cartas Públicas*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2009.

REIS, Carlos. *As Conferências do Casino*. Lisboa: Alfa, 1990.

REIS, Carlos/CUNHA, Maria do Rosário (eds). *O Crime do Padre Amaro*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

Manuscritos:

Ms 484 980 “Recordações do escrivão Isaias Caminha”, de Lima Barreto. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. 34A,1,980.

E1\_305\_caderno 1. O Egipto. Eça de Queirós. Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Lisboa, Portugal.

# **SIMILARIDADE ENTRE O DIALETO CEARÊS E O ACREANÊS**

**KARLBERG, Luisa Lessa & LIMA, Suerda Vidal**  
**Universidade Federal do Acre – Campus Floresta**

**RESUMO:** Este trabalho tem o intuito de olhar o papel social da linguagem, no sentido de descrever a realidade da língua enquanto produto social capaz de traduzir a própria sociedade, sob as formas de variedades linguísticas. Tomam-se os ensinamentos da Dialetoologia e da Sociolinguística em seus conceitos ou juízos referentes à língua e a linguagem enquanto produtos sociais. Assim, considerando a língua a partir da pluralidade que lhe é característica, trabalha-se com o dialeto cearense e o acriano, indicando pontos que os identificam. Tudo posto usando técnica lexicográfica, com um pequeno glossário, capaz de ilustrar o dialeto acriano e cearense. O material utilizado para os estudos são três textos didáticos e inquéritos do projeto ALAC, que oferecem o linguajar de lá e daqui, numa fotografia de que a história da língua segue a deriva dos falantes. Os anos e os costumes se passam no interior do Brasil, mas a linguagem conserva traços de tradição, quando se comparam os termos de lá e os daqui, especialmente aqueles que denunciam descontração, diversão, comicidade, aspectos que fotografam os traços mais lúdicos do falar brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dialetoologia. Atlas Linguístico. Variação. Dialeto acriano e cearense.

**ABSTRACT:** This study aims to look at the social role of language in order to describe the reality of language as a social product capable of translating the company itself in the forms of linguistic varieties. Take up the teachings of Dialectology and Sociolinguistics in their concepts or judgments concerning the language and the language as social products. Thus, considering the language from the plurality which is characteristic of him, working with the Ceará dialect and Acre, indicating points that identify them. All post using lexicographical technique with a small glossary, able to illustrate the Acre and Ceará dialect. The material used for the studies is three textbooks and

surveys of the ALAC project, offering the language there and here, a picture of the history of the language follows the drift of the speakers. The years pass and customs within Brazil, but the language retains traces of tradition, when comparing the terms of there and here, especially those who denounce relaxation, fun, humor, aspects photographing more playful traces of talk Brazilian.

**KEYWORDS:** Dialetoлогия. Linguistic Atlas. Variation. Acre and Ceará dialect.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a língua falada pela maioria da população é o português; entretanto, esse português apresenta um elevado grau de variabilidade por conta de diferenças regionais, sociais, de registro, etárias, entre outras. Dessa forma, ouve-se falar em “dialeto caipira”, “mineirês”, “falar cearense”, “dialeto acriano”, etc. Dentro dessa realidade linguística brasileira, destacamos o peculiar “falar ceará e acreanês” com suas características fonético-fonológicas, morfossintáticas, semânticas e lexicais próprias, as quais são alvo de diversos estudos como os de Alencar (1997), Aragão (2005) e Monteiro (2009), Lessa (2014).

Na contemporaneidade, tem-se observado a elaboração cada vez mais consistente de discursos que descrevem e justificam a globalização mundial. O indivíduo tende a substituir o sentimento de pertencimento ao de mobilidade frenética e constante. A massificação das viagens, pela evolução e popularização dos meios de transporte; o bombardeio de informações sobre as outras culturas e línguas, pelo avanço das telecomunicações em todo o mundo, nos dão uma falsa ideia de que todas as fronteiras físicas e imateriais foram simplesmente anuladas.

No entanto, paralela a essa ideia de globalização está a de localização, e este movimento de generalização não elimina o particular. Claro está que a variedade, hoje, em amplo aspecto, exercita um diálogo constante, mas este diálogo não elimina as singularidades que estão em contato. No caso específico da língua, sabe-se que ainda que haja uma ideia popularmente difundida de uniformidade ou de “absolutismo” linguístico, este mito não se constitui verdade no âmbito da realização, posto que a língua, conceito abstrato, realiza-se, concretamente, a partir da pluralidade em vários níveis, que não se restringem a manifestações nacionais, mas também regionais ou locais e individuais.

Grande foi e segue sendo a contribuição da Dialetoлогия e da Sociolinguística na verificação destas ideias, limitadas em sua visão parcial,

postas como verdade absoluta, e de um novo olhar direcionado à língua e à linguagem, que não mais partia de uma idealização bem distante de sua efetiva realização. O olhar sobre a linguagem não se desvincula da pessoa no meio físico-social, na faixa etária, no nível de escolaridade.

Neste trabalho, pretende-se fazer considerações sobre as manifestações de dois falares regionais brasileiros, precisamente o falar cearense e o acriano, sendo variáveis dentro do falar brasileiro e do âmbito lexical, morfossintático, fonético-fonológico e semântico.

No entanto, ressalte-se que não se tem a pretensão de encerrar qualquer discussão a respeito dos aspectos da fala cearense ou acriana, nem se tem a intenção de produzir uma falsa ideia de “monolinguismo”, em cada local. E nesse sentido, Monteiro (2009), em suas considerações sobre o dialeto cearense, já indica que traços regionais facilmente se propagam e deixam de ser exclusivos, sendo bem possível que muitas realizações tidas como regionais se manifestem em outras localidades. Igualmente afiança Lessa (2013) que a linguagem acriana não é um retrato do Brasil, mas um recorte da pluralidade brasileira.

Pretende-se, portanto, neste estudo, apresentar breve apanhado histórico dos estudos dialetais no Nordeste e no Norte do país, bem como desenvolver estudo sobre um *corpus* constituído por textos disponíveis na internet, que são veiculados como textos escritos em “cearês”. Também se coligiram palavras e expressões coletadas por Lessa (2013), nas Cartas Lexicais do Atlas Etnolinguístico do Acre, as quais indicam as construções e o léxico que identificam essa linguagem e a similaridade dela com aquela do Ceará.

Por fim, apresentar-se-á um glossário sobre o linguajar comum do Ceará e do Acre, a partir de palavras colhidas em textos veiculados na internet e naqueles cotejados nas Cartas Lexicais do ALAC.

Realizar estudo de natureza dialetal é promover uma discussão sobre a complexidade da linguagem e de seu caráter identitário ou agregador, ressaltando a importância do papel da Dialetologia e da Sociolinguística em contemplar os aspectos plurais e não estáticos da língua, em sua concretização, voltando o olhar para as singularidades que dão variados matizes à língua, que só se concretiza a partir e por meio da variedade.

Assim, o presente estudo aponta traços do falar cearense, que é tão similar ao acriano, ao tempo que contribui para futuros estudos comparativos entre esses dialetos e sua influência no falar brasileiro, posto que, historicamente, houve contribuição de migrantes cearenses na composição étnica, cultural e, conseqüentemente, linguística do Acre.

Também, o estudo possibilita conhecer o linguajar cearense e acriano, ao tempo em que oferta, ao estudioso da linguagem, uma melhor compreensão e aproximação da maneira de duas unidades federativas posicionarem-se no universo brasileiro, no que diz respeito à língua, a partir de um viés social e diatópico.

Diante disso, acredita-se que é válido um estudo como este ora realizado, que se pauta nas diretrizes dialetológicas e sociolinguísticas, apresentando considerações sobre a riqueza dos falares dentro de um mesmo país, em regiões longínquas, fomentando uma reflexão sobre a diversidade linguística, respeitando, rigorosamente, as fronteiras geográficas.

Acredita-se que os pontos aqui abordados serão de importância para alunos da linguística, da dialetologia ou da sociolinguística, ou mesmo para os curiosos que têm interesse em ver como se pintam alguns dos tons regionais, como entre o falar do Nordeste e do Norte do Brasil. Essa similaridade se deve, certamente, ao fato de os cearenses terem migrado para o Acre, em 1940, impulsionados pelo “movimento da borracha”.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

O estudo é de natureza dedutiva, abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica, tomando-se por base os textos: Cartas do ALAC, “Só cearense entende”, “Pense numa cidade pai d’égua”, “Conselhos de um cearense para um 2011 bem pai d’égua”, “O linguajar cearense”. Além desse acervo, tomaram-se termos que são apresentados, em alguns artigos de venda, como blusas, vestidos, camisetas, chinelos e outros que são comercializados como artesanatos típicos das duas regiões. Os três primeiros textos são encontrados e veiculados na internet, em vários espaços virtuais, compartilhados inclusive em muitas redes sociais, e o quarto compõe a obra da escritora Josenir A. de Lacerda, que se dedica à literatura de cordel. As Cartas do ALAC estão em fase de publicação e muitas delas publicadas em artigos nas Revistas ABRAFIL.

O estudo é feito na busca de retratar aspectos lexicais do dialeto cearense e acriano, particularmente as palavras com carga semântica de humor, graça, ludismo, tudo para demonstrar um pouco da riqueza vocabular da gente do nordeste e norte brasileiro, onde muitas expressões estão vivas na cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre.

Como aporte teórico utilizam-se os ensinamentos de Melo (1985), Yone Leite e Dinah Callou (2002), Girão (1967), Riedel (1982) e Cabral (1972, 1982), Lessa (2013-2014) Aguiar (1937), Andrade (1974) e Seraine (1942, 1954, 1985, 1987), Barroso (1949, 1962, 1979), Caminha (1978), Campos

(1951, 1964, 1966, 1967), Paiva (1952) e Salles (1924, 1927).

Auxiliam nas discussões e análises os estudos de Bakhtin (1987), Monteiro (2009), Corvalán (2001), Barbalho (2008). Marinelli (2007), Ramos (1997), Calvo- Capilla (2007), Rossi (1967), Rodrigues (2012), Lessa (2012), Martins (2008) e Lessa (2013-2014).

Após a descrição de palavras e expressões, faz-se uma análise desses dados, para apontar a importância das lexias, no contexto da descrição linguística, no campo da Dialetoлогия, Lexicologia e Lexicografia.

### 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

#### 3.1. Língua, dialeto, falar

Para se chegar à caracterização do falar cearense, é necessária a conceituação de língua, dialeto e falar, termos-chave nos estudos dialetais. Historicamente, os seres humanos organizam-se em sociedade através de um sistema de comunicação de base fundamentalmente oral, ou seja, através da língua. Desta inter-relação entre língua e sociedade, concebe-se a língua como um sistema diversificado e variável do mesmo modo que os falantes também são diversificados social, cultural e geograficamente. Uma língua apresenta pelo menos três tipos de diferenças internas, a saber:

- ✓ Diferenças no espaço geográfico ou *variação diatópica*;
- ✓ Diferenças entre estratos sociais ou *variação diastrática*;
- ✓ Diferenças entre os tipos de registro ou *variação diafásica*.

A esses três tipos acrescentamos as diferenças etárias ou variação diacrônica e as diferenças convencionadas a partir de inúmeros gêneros textuais ou variação diamésica.

Segundo Cunha e Cintra (1985), somente a partir da concepção de língua com um diassistema, isto é, sistemas linguísticos, no qual se correlacionam diversos sistemas e subsistemas:

Tornou-se possível o esclarecimento de numerosos casos de polimorfismo, de pluralidade de normas e de toda a inter-relação dos fatores geográficos históricos, sociais e psicológicos que atuam no complexo operar de uma língua e orientam sua deriva. (p.3).

Dentro de suas variações geográficas, observam-se as unidades sintópicas, comumente, identificadas com dialetos. Assim, de um modo geral, os dialetos são conceituados como as formas características de uma língua regional. (CUNHA E CINTRA, 1985). Entretanto, alguns linguístas diferenciam as unidades sintópicas em dialetos e falares.

Para os linguistas que fazem essa diferença, *dialeto* seria “as estruturas linguísticas, simultânea de outra, que não alcançam a categoria de língua”. (ALVAR, 1961 *apud* CUNHA E CINTRA, 1985, p.4). Já *falar* corresponderia a um subsistema “de traços pouco diferenciados, mas com matizes próprios, dentro da estrutura regional a que pertencem, cujos usos estão limitados a pequenas circunscrições geográficas”. (*Idem, ibidem*).

É sabido, por fatores históricos, que o falar cearense, tão presente no dialeto acriano, mostra-se altamente produtivo com várias expressões de caráter intensificador que, segundo Monteiro (2009), funcionam como se formassem o grau aumentativo ou superlativo no caso dos substantivos e adjetivos. Assim temos expressões como “calor de rachar o quengo” equivalendo a “calorão” ou “calor muito forte” (MONTEIRO, *op. cit.*, p.23). Ou, ainda, “calor de rachar o coco”, segundo Lessa (2013).

Ainda, expressões adverbiais e marcadores discursivos, revelando uma motivação semântica de acordo com o propósito comunicativo expressivo. A exemplo disso têm-se expressões como “lá onde o vento faz a curva” e “pense num calor de rachar” ou “calor de lascar o cano”.

### 3.2 A ciência Dialetoлогия

Segundo Dubois (1998) a dialetoлогия seria a disciplina que se encarregaria da descrição comparativa entre os diferentes dialetos em que uma língua pode diversificar-se no espaço, sendo responsável por estabelecer os limites dessas variedades dialetais e descrevendo falas tomadas de modo isolado, sem que fosse necessário referenciar falas vizinhas ou da mesma família.

Podemos encontrar outras definições, como a de Borba, para quem a dialetoлогия é “o estudo dos sistemas linguísticos em suas variações geográficas ou sociais”, ou a visão de Mattoso Câmara (1988), para quem é papel da dialetoлогия elencar, sistematizar e interpretar os traços dialetais. O termo haveria surgido a partir da derivação de “dialeto”, tendo em vista que seu foco principal de estudo seria a análise dos traços linguísticos dialetais, deixando de ser estudo e elevando-se ao patamar de ciência por volta do século XIX, sendo seu precursor e fundador o linguista e dialetólogo italiano Graziadio Isaia Ascoli. Este recebera significativas influências de nomes importantes dos estudos linguísticos na Alemanha, como o de Franz Bopp e Friedrich Diez. Ascoli funda a revista *Archivio Glottologico Italiano* em 1873, que tem como uma de suas características a exposição e divulgação de trabalhos de dialetoлогия, que entre a descrição de dialetos modernos e abordagem de problemas fonéticos se voltava para um estudo mais profundo

e complexo dos dialetos italianos existentes. Por sua importante contribuição, Ascoli é considerado não só o criador da dialetologia italiana, como também o fundador da dialetologia românica.

Dentro da história de formação da Dialetologia, a Geografia linguística ocupa um papel importante, posto que segundo alguns estudiosos, como Coseriu e Camara Jr., a geografia linguística constitui a técnica, o método de investigação, em que se faz o levantamento linguístico de cada traço dialetal e de sua distribuição no espaço geográfico correspondente. É possível encontrar uma variação quanto à sua nomenclatura. Os alemães, por exemplo, fazem uso tanto de geografia linguística como de geografia dialetal indistintamente.

Os dialetos populares sempre foram foco de grande interesse. Fazia-se então visita às localidades, anotavam-se as particularidades tidas como relevantes, priorizando-se os sons, depois as formas gramaticais e por fim as construções sintáticas. Não havia neste momento grandes preocupações com o vocabulário e as ditas particularidades eram sempre estudadas e comparadas à luz da gramática tradicional. Ainda que de grande importância, essa metodologia não foi suficiente para responder às questões que se apresentavam especialmente no que dizia respeito às similitudes, diferenças e causas que presidiam tais relações. Foi neste momento que surgiu o estudo a partir do Atlas linguístico, que parece haver permitido significativos avanços.

O primeiro estudioso a propor a elaboração de um atlas linguístico foi o alemão Georg Wenker, importante por seu estudo sobre as consoantes germânicas a fim de estabelecer o limite geográfico da divisão dialetal em território alemão. Ele realiza, a partir de 1876, uma enquete pelo correio, que consistia em quarenta frases curtas que deveriam ser transcritas, nos respectivos dialetos, a fim de que fossem colocadas nos mapas, para que finalmente os dialetos alemães tivessem suas fronteiras demarcadas, coisa que não aconteceu porque os resultados indicaram não haver fronteiras nítidas entre estes grupos dialetais, o que abalou os princípios teóricos dos neogramáticos, que defendiam uma mudança linguística regular e sua uniforme distribuição.

Outro importante nome na história do atlas linguístico e dos estudos dialetológicos é Gustav Weigand, que a partir de 1895 elabora um estudo importante porque há uma evolução em sua metodologia, que já não é desenvolvida à distância, pois ele mesmo faz a coleta, a partir de inquérito por ele realizado. No entanto, um dos nomes de maior relevo será o de Jules Gilliéron, linguista suíço influenciado pelo estudioso francês Gaston Paris. A publicação de Gilliéron, *Atlas linguistique de la France* (1902 – 1910) é a primeira a atender todos os requisitos científicos e passa a ser modelo para os especialistas. Para a elaboração deste trabalho o linguista em questão recebeu

ajuda financeira do Ministério de Instrução Pública e teve como colaborador a Edmond Edmont, que era um comerciante, mas parecia ter interesse pelos estudos dialetais, além de boa audição e desempenho fonético.

Para o desenvolvimento deste trabalho, que surgiu de uma preocupação de Gilliéron, por conhecer e melhor estudar os dialetos camponeses, que segundo sua visão estavam ameaçados em sua pureza e sobrevivência pela expansão cultural, ele desenvolve um questionário de mais de 1900 perguntas, que não se prendiam apenas aos sons, mas também a questões morfológicas, sintáticas e lexicais. Tal questionário era aplicado por seu colaborador, Edmond Edmond que enviava, imediatamente, as anotações a Gilliéron, para que não se influenciasse com resultados posteriormente obtidos em outras localidades.

Estes estudos foram fundamentais para que se pudesse perceber que não há limites rígidos para uma variedade dialetal, antes foi possível observar a grande mobilidade e deslocamento do léxico e seus muitos entrecruzamentos e migrações.

### 3.3 Léxico e vocabulário

A palavra léxico, segundo J. Dubois (1973, p. 363) “*designa o conjunto das unidades que formam a língua de uma dada comunidade, de uma atividade humana*”. Nesse sentido, pode-se ter o léxico de uma comunidade regional, de um escritor, de um seringueiro etc.

Ainda, na visão de Dubois (1973, p.363), “*a estatística léxica opõe léxico e vocabulário*”. Compreende, então, que o termo léxico é reservado à língua e o termo vocabulário ao discurso. Isso significa dizer, em outras palavras, que léxico é o conjunto teoricamente infinito de todas as palavras já realizadas e potenciais de uma língua. Nesta definição encaixam-se todas as palavras do português, até mesmo os neologismos. Enquanto o vocabulário é o conjunto de palavras efetivamente realizadas ou empregadas pelo falante.

Compreende-se que o vocabulário está para o léxico assim como a fala está para a língua, ou seja, tanto a língua quanto o léxico pertencem a todos os indivíduos de uma mesma comunidade, mas só se concretizam um através da fala e o outro através do vocabulário de um dado indivíduo.

Considera-se, então, que a passagem do vocabulário ao léxico exige que seja levada em conta a posse, pelo falante-ouvinte, de um vocabulário passivo. Todo falante possui, em verdade, dupla competência léxica não redutível a uma posição entre *competência* e *performance*. Com isso, numerosas palavras são compreendidas e, portanto participam do modelo de competência do falante, embora nunca sejam realizadas por ele.

Para Mattoso Câmara (1998, p.157), as palavras de uma língua se distribuem no léxico da seguinte forma:

1 – *por campos semânticos*: associações de significação para um certo número de semantemas, como os termos para cor, para partes do corpo animal, para os fenômenos meteorológicos etc;

2 – *por famílias léxicas*: conjunto de palavras que têm em comum o seu semantema, cuja função lexical se multiplica pelos processos de derivação e composição.

Jean Dubois (1973, p.365-6) assegura que “a análise do discurso também conduz a uma revisão da noção de léxico”, isso porque à luz dos trabalhos da gramática gerativa as palavras do vocabulário são alicerçadas por proposições.

Retomando, ainda, Dubois (1973, p. 366), sobre a compreensão, agora, de campo semântico, ele assim se expressa: “*Na terminologia mais corrente, a noção de campo léxico não se distingue, claramente da de campo semântico: trata-se, num caso como noutro, da área de significação coberta por uma palavra ou por um grupo de palavras*”.

Então, para Dubois (1973), uma vez distinguida a noção de campo conceitual como sendo a “*área dos conceitos coberta por uma palavra ou um grupo de palavras*” a noção de campo semântico desdobra-se em:

a) *Campo léxico de um termo do vocabulário* – trata-se das diversas acepções do termo, se se parte de um tratamento polissêmico da palavra ou de diversos empregos de um sentido único da palavra, como por exemplo a palavra ferro no sentido de minério, no sentido de metal duro, no sentido de pessoa firme, valente etc.;

b) *Campo léxico de um grupo de termos* – trata-se de estabelecer os laços entre uma série de termos do vocabulário como, por exemplo, os verbos que possuem características comuns no seu semanticismo.

Aprender a língua não significa apenas aprender as palavras e suas combinações, mas apreender seus significados, que são construídos no processo de interação verbal, determinados pelo contexto. Portanto, a língua é mais do que um código e está em contínua mudança. É a prática da linguagem, enquanto discurso, enquanto produção social, que dá vida à língua posta a serviço da intenção comunicativa. Prática, portanto, não neutra, visto que os processos que a constituem são histórico-sociais e trazem consigo a visão do mundo de seus produtores, como diz João Wanderley Geraldi, (1984, p.39):

[...] a língua não é um sistema fechado, pronto, acabado, de que podemos nos apropriar. No próprio ato de falarmos, de nos comunicarmos uns com os outros, pela forma como o fazemos,

estamos participando, queiramos ou não, do processo de constituição da língua.

O indivíduo que utiliza a língua não é um ser passivo, mas alguém que interfere na constituição do significado do ato comunicativo. Portanto, há uma relação intrínseca entre o linguístico e o social que precisa ser considerada no estudo da língua.

#### 3.4 Considerações sobre o dialeto nordestino e acriano

Segundo Monteiro (1995), através de um levantamento de fontes bibliográficas, por ele mesmo realizado, observa-se que, no que diz respeito ao estudo dialetológico, no Nordeste e no Ceará, muito já foi realizado. Segundo ele, o falar cearense constituiu, desde muito cedo, um objeto de muita atenção para os estudiosos da linguagem, com grande destaque aos que tiveram uma preocupação lexicográfica, como Girão (1967), Riedel (1982) e Cabral (1972, 1982).

No entender de Lessa (2013), “uma língua se diversifica no tempo e no espaço geográfico”. Assegura, haver, no Acre, fronteiras dialetais bem nítidas, mas que todas elas, embora com características próprias, não se afastam do linguajar do Ceará, considerando que a ocupação do Acre se deu por cearenses que, aqui, por força da grande seca do Nordeste, habitaram esta terra e fizeram-na brasileira.

Celso Cunha (1988, p.79) ensina que:

[...] em linguística a unidade não é incompatível com a variedade, antes a pressupõe. Nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio, e ainda num só local apresenta um sem número de diferenciações de maior ou menor amplitude.

Observa-se essa afirmação ao se estudar a linguagem do Vale do Acre, Juruá e Purus, pois além de existir unidade entre as Zonas, também é possível verificar diversidade linguística entre elas, assim como nas faixas etárias e no sexo dos informantes. Portanto, é como diz Nascentes (1957) “O Brasil é constituído por uma rede dialetal, onde há unidade na diversidade e diversidade na unidade”.

Lessa (1997, p.5) entende que “A língua de um povo, como se sabe, é a resultante do conjunto das variedades linguísticas existentes”. Está comprovado, cientificamente, o fato de que o maior número possível de informações, sobre tais variedades linguísticas, quer regionais, quer sociais,

contribuirá para o melhor conhecimento da língua e, conseqüentemente, do ser humano. Em virtude disso tudo, ressalta-se a importância desse estudo, pois a partir dele é possível conhecer e analisar os hábitos, costumes, enfim, a linguagem da população que habita a região do Acre.

Atentar-se-á, ainda, para a estudo lexical deste *corpus*, posto que segundo Lessa (2012, p. 31) “a história do ser humano se presentifica na língua que utiliza, e assim a língua é espelho da história do homem”. E nesta língua, o léxico que a constitui merece especial atenção, pelo fato, de que, como indica Corvalán, são as palavras que comportam os significados culturais:

La forma en que las palabras codifican y transmiten significados y valores culturales, emocionales y simbólicos y la posible influencia del léxico sobre nuestra percepción del mundo se examinan a través de estudios del léxico disponible y del grado de especialización léxica en diferentes áreas del quehacer humano. (CORVALÁN, 2001, p. 8)

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

**Daquilo que se descreveu, se comparou e se analisou, foi possível adentrar no universo dos falantes regionais, no desvendamento da linguagem que traduz suas vidas, fé, esperança, crenças, trabalho, forma de olhar e sentir o mundo. Mais, especialmente, o modo de traduzir essa vivência em linguagem. É um mundo que encanta, ora pelo conservantismo, ora pela inovação, pelo legado histórico, pela variedade e unidade da linguagem, tanto no Ceará como no Norte do Brasil.**

Aqui, algumas palavras que traduzem a vida da linguagem no Ceará e no Acre, lugares distantes, porém ligados historicamente:

Abestado - lesado

Amancebado - amigado, junto

Aperriado - estressado

Arengar - brigar, implicar

Ariado - desnortado

Arredar - afastar

Arribar: levantar ou ir embora

Arriégua - expressão de admiração ou protesto, alegria, irritação ou surpresa

Arroxado - metido a valente

Arrudiar - dar a volta

Avexado - apressado

Bater fofo- faltar

Batoré - pessoa baixa

Bico- chupeta

Buchuda - mulher grávida

Bulir- mexer

Cagado- sortudo

Cão chupando manga: alguém muito feio ou de índole muito ruim.

Capar o gato - ir embora

Catinga- mau cheiro

Coisar: pode designar ou substituir qualquer outro vocábulo que o falante não consiga lembrar no momento. É especialmente usado para referir-se a atos sexuais. Ex. : Esse cabra anda coisando com um e com outro.

Cruzeta- cabide

Curuba - coceira

Desembestar: iniciar algo de maneira atordoada, rápida, eufórica.

Desenrolado: esperto

Desmentir - torcer

Engomar: passar roupa

Enrabichado: apaixonado.

Escambau: tudo, todo mundo, um mundo de coisas.

Esgalamido - guloso

Esgalamido: guloso

Esguerado: com muita fome, morrendo de fome.

Estragada - gastadeira

Gaiato - brincalhão, gozador

Galalau- pessoa alta

Lascado - sem grana

Mangar - ironizar, gozar, zombar

Mangar: rir, fazer chacota, fazer troça ironizar, gozar, zombar.

Marmota - coisa estranha

Mungango - caretas e trejeitos

Nas brenhas - longe

Ontonte - dois dias atrás

Pastinha - franja

Pastorar - vigiar

Pau de venta - nariz

Pegar o beco- ir embora

Rebolar no mato- jogar fora

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Ao observar esta pequena amostra, percebe-se que há um arranjo muito peculiar na construção de algumas estruturas que indicam uma marca muito própria do falar cearense e acriano, e, também, um alto teor de produtividade, no que se refere à construção de novos vocábulos e de novas estruturas sintáticas e de significação. Podem-se, aqui, listar alguns exemplos:

- Calor de rachar o quengo;
- Ficou duro e teso (de tanta dor, de medo);
- (não vou, não faço, não quero) Nem a pau;
- Bom que nem presta;
- Ralar o bucho;
- Capar o gato;
- Bater fofo;
- Dicumforça;
- Nas carreira;
- Seje (Machu, homi);
- Ser cagado;
- Capar o gato - ir embora;
- Catinga- mau cheiro;
- Coisar: pode designar ou substituir qualquer outro vocábulo que o falante não consiga lembrar no momento. É especialmente usado para referir-se a atos sexuais. Ex.: Esse cabra anda coisando com uma e com outra;
- Cruzeta- cabide.

Como indica Monteiro (2009), muitas das expressões carregarão uma marca intensificadora, alguns substantivos, adjetivos e verbos funcionarão como indicadores de grau aumentativo ou superlativo. Em outras situações a presença dos idiotismos sintáticos, também denominados idiotismos linguísticos ou ainda idiomatismos se farão presentes, ressaltando as idiosincrasias desta realização dialetal.

É possível perceber, também, um amálgama de vocábulos, como um dos últimos exemplos listado acima (dicunforça): dos termos *de*, *com* e *força*, elabora-se uma junção não convencional, que gera um termo intensificador, que geralmente significa, no falar cearense e acriano, muita vontade e determinação.

## 6 CONCLUSÃO

Diante deste breve estudo, talvez muito pouco significativo, sobre alguns aspectos do falar cearense, acredita-se não ser possível elucidar todas

as questões referentes à construção e elaboração do falar cearense. Mas pensa-se ser importante promover uma discursão mais frequente sobre a riqueza linguística que existe no seio do nosso povo, fomentando a possibilidade de novos estudos e descobertas que apresentem sempre esclarecimentos sobre este fenômeno tão próprio e inerente ao ser humano, que é sua linguagem, aspecto constituinte de sua identidade. No caso específico dos cearenses, parece muito interessante observar como a jocosidade, a brincadeira, a comicidade, se mostram de forma explícita nas construções de expressões e vocábulos.

Talvez a singularidade, fruto da riqueza criativa e da necessidade expressiva do povo cearense gere estranheza a ouvidos de outras regiões, mas isso só indica que, apesar dos muitos estudos já propostos e desenvolvidos, segue-se com a necessidade de discussão, faz-se necessário conhecer formas que constantemente entram e saem de cena nesta intensa mudança e transformação da linguagem, que nos permite ter uma visão mais clara e melhor elaborada deste povo e, conseqüentemente, das pessoas daqui mesmo, tendo em vista que esse mesmo povo cearense constitui-se povo acriano, à medida que seu movimento migratório massivo para esta região foi reconhecido historicamente e muitos dos termos formam parte do falar acriano.

Aqui, nota-se não ser possível separar o humano do meio físico-social, do qual ele é produto, sempre. O meio influencia a vida da linguagem, porque o meio também cria e oferece ao ser humano uma multiplicidade de usos da linguagem, numa perfeita harmonização com o lugar onde as pessoas vivem, a atividade de trabalho que executam. É o ser humano a fotografar, por meio da linguagem, aquilo que carrega consigo em experiências, vivências de mundo. Além do mais, cada palavra tem sempre um motivo que justifica o seu emprego, que está aliado aos fatores da vida, ocasionando, com isso, a variação de uso de uma ou outra forma, de acordo com o lugar, a faixa etária e o sexo do informante.

## 7 REFERÊNCIAS

- CORVALAN, Carmen Silva. **Sociolingüística y pragmática del español**. Editora: Georgetown University Press. 2001;
- FIORIN, José Luíz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.
- GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. Cascavel: ASSOESTE, 1984.
- LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Coleção Descobrimdo o Brasil). (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Faculdade de Letras.

- LESSA, Luisa Galvão. Luísa. **Lendas, superstições e costumes no Estado do Acre.** *Anthesis*: revista de Letras e Educação da Amazônia Sul- Ocidental, Ano 01, n.01, 2012.
- LESSA, Luisa. **Acre, Juruá e Purus: Áreas dialetais do Atlas Etnolinguístico do Acre.** Revista ABRAFIL, Rio de Janeiro, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Aspectos da unidade e diversidade lexical no Atlas Etnolinguístico do Acre– ALAC.** Revista ABRAFIL, Rio de Janeiro, 2014.
- MARINELLI, Edson Bastos. **A Saga do Migrante Nordeste em São Paulo.** Revista Educação, Vol.2, 2007;
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. **Introdução à Estilística: A expressividade na língua portuguesa.** 4 ed. rev., São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008.
- MELLO, Heloísa Augusta Brito. **O falar bilíngue.** Goiânia: Editora UFG, 1999.
- MONTEIRO, José Lemos. **Considerações sobre o falar (ou dialeto) cearense.** Revista de Humanidades, Fortaleza, v. 24, n.1, p. 21-30, jan./jun. 2009.

# CONSIDERAÇÕES DIACRÔNICAS SOBRE OS VERBOS “TER” E “HAVER” NA FORMAÇÃO DE TEMPOS COMPOSTOS

MARCELO MORAES CAETANO (UERJ E ABRAFIL)

**RESUMO:** Uma das razões pelas quais o estudo da Filologia permanece atual e necessário — em ambas as suas vertentes básicas: a da fidedignidade ao texto escrito e a dos estudos dialetológicos — é o fato de que a pesquisa diacrônica pode ajudar na explicação de fatos sincrônicos ocorrendo na deriva de uma língua. Desse modo, quando alguns linguistas procuram basear suas explicações exclusivamente na língua falada e sincrônica, promovendo o que chamam de “descrição linguística”, estão eles, na verdade, atrelados a um método que (talvez eles não saibam) é de cunho oitocentista e ultrapassado até mesmo nos postulados básicos e basilares de Saussure. Este artigo toma como exemplo a investida histórica nos verbos “ter” e “haver”, ocorrentes em textos do português arcaico, para fornecer aparato crítico à explicação sobre a formação morfossemântica dos tempos compostos do português contemporâneo, chegando à conclusão de que o conhecimento da deriva de uma língua elucida aspectos relativos ao plano do conteúdo que se atualizam, incessantemente, no plano da expressão, o que fornece pistas para que o linguista, numa descrição linguística de fato, encontre meios para esclarecer o que se passa no interior da dinâmica mudança das línguas.

**Palavras-chave:** Filologia; Linguística; Deriva; Sincronia; Diacronia

**ABSTRACT:** One of the reasons why the study of philology remains current and necessary — in both its basic components: the reliability of the written text and the dialectological studies — is the fact that the diachronic research can help explaining synchronic facts occurring in language. Thus, when some linguists seek to base their explanations solely on spoken and synchronic language, promoting what they call “linguistic description”, they are actually tied to a method that (maybe they do not know) has a nineteenth-century and outdated nature even in the basic and fundamental postulates of Saussure. This paper takes as an example the historical research in the verbs “ter” and “haver”, in the archaic Portuguese texts, looking for critical apparatus to provide the explanation of the morphosemantic formation of composed tenses in contemporary Portuguese, concluding that knowledge of a language drift clarifies aspects of the content that are incessantly updated on the expression,

providing clues to the linguist, in a true linguistic description, so that he can find ways to explain what goes on inside the dynamic change of languages.

**Keywords:** Philology; Linguistics; Drift; Synchrony; Diachrony

Vendo o triste pastor que por enganos  
 lhe fora assi negada sua pastora,  
 como se a não tivera merecida,

tornando já a servir outros sete anos,  
 dizia: –Mais servir(i)a, se não fora  
 p[e]ra tão longo(s) a[m]o[r] tão curta vida. (Camões, 1989: 887,  
 grifei)

O verso destacado, extraído dos dois últimos tercetos de célebre soneto camoniano, não se enquadra à norma padrão do idioma português contemporâneo: há uma concordância nominal participial (em gênero; cf: “merecida”) inadequada à forma que a Gramática Normativa de hoje prescreve.

Qual o motivo desse descompasso sintagmático? Revelaria ele algum descompasso semântico explicitado no decurso da língua?

É o que esboçaremos no artigo que segue.

Atualmente, a Gramática Escolar da Língua Portuguesa dividirá as *conjugações* verbais, entre outras classificações que se atribuem às variações por que passa um verbo, em *simples* ou *compostas*, no que denominam, mais especificamente, *tempos simples* e *tempos compostos*. Estes últimos são formados por uma locução (ou sequência ou perífrase) verbal formada pelos auxiliares “ter” ou “haver” e um particípio. Muitos desses tempos apresentam as duas possibilidades de existência contemporaneamente, sem qualquer distinção semântica, apesar de traços de variantes notáveis, como de cunho estético, estilístico, diatópico, diafásico etc. É o caso dos correspondentes (1) e (2) adiante:

- (1) Ele trouxera o trabalho antes do fim do expediente.
- (2) Ele tinha (ou havia) trazido o trabalho antes do fim do expediente.

Observamos, portanto, que o pretérito mais-que-perfeito do indicativo (os dois casos apresentados), tanto em sua forma simples (1) quanto composta (2), acarreta exatamente o mesmo significado e o mesmo aspecto: algo que ocorreu antes que outra coisa tivesse ocorrido.

No entanto, nem sempre foi assim. Nem sempre os verbos “ter” e “haver” puderam desempenhar, na língua portuguesa, o papel meramente instrumental de formadores de sequência indicadora de tempo composto. Momento houve em que tais verbos eram apenas nocionais (itens lexicais, portanto), não sendo concebidos, a princípio, como instrumentos gramaticais. Naquele momento, eles possuíam a noção de posse (*haver*), e de manutenção, retenção, contenção (*ter*).

São interessantes as palavras de Dante Lucchesi sobre esse fato, apontando que as mudanças linguísticas são encaixadas na estrutura da língua e, pois, se determinam mutuamente, numa ideia que Saussure ou bem refutava peremptoriamente ou bem, em alguns momentos, via de forma velada e intencionalmente imprecisa:

Temos, por exemplo, os verbos *ser*, *haver* e *ter*, na história do português. No latim, o verbo ESSE recobria a área de significação existencial, enquanto a HABERE cabia a significação de posse. Já no português antigo, *haver* começa a ser usado com o sentido de “existir”, penetrando na área do verbo português *ser* (< esse). Na evolução o português, *haver* vai assumir definitivamente a significação existencial, deslocando o verbo *ser*. Por sua vez, *haver* é deslocado da área de significação de posse pelo verbo *ter*. E, atualmente, no português do Brasil, *ter* concorre com *haver* na área de significação existencial. Fica, pois, patente a lógica sistêmica dessas mudanças de significação, tanto que fatos como esses vão fundamentar a concepção de E. Sapir de que as mudanças, longe de serem acidentais e particulares, seguem uma **deriva** (*drift*) que pode ser visualizada a partir da organização estrutural da língua (Lucchesi, 2004, p. 67)

Ademais, é mister ressaltar-se que, mesmo hoje, há um por assim dizer descompasso entre o pretérito perfeito em suas formas simples e composta, respectivamente os números (3) e (4) abaixo.

(3) Eu bebi toda a água.

(4) Eu tenho (ou hei) bebido toda a água.

Ocorre que, em que pese à circunstância de a Gramática Normativa classificar ambos como pretérito perfeito, em (4), nota-se o aspecto inceptivo (início da ação), mas sobretudo durativo, permansivo, aproximadamente como um gerúndio em perífrase verbal com “estar”. Em outras palavras, o arcabouço

semântico do pretérito perfeito, ou perfectivo, que é o de ação conclusa no passado, não se dá, no português contemporâneo, quando o pretérito perfeito é composto (4). Essa diferença aspectual, no entanto, já foi completamente neutra no passado não tão longínquo da língua, conforme revela o verso de Gregório de Matos:

(5) “Pequei, Senhor, não porque hei pecado” (Matos, 1992.)

Ou nesta outra de D. Dinis:

(6) Pêra ueer meu amigo,  
Que talhou preto comigo,  
Alá uou madre.

Pêra ueer meu amado,,  
Que mig'á preyto talhado,  
Alá uou, madre.

(D. Dinis, 2002)

Voltando ao português contemporâneo, em que a diferença de aspecto se nota, Augusto Epiphanyo da Silva Dias buscava dar a seguinte explicação ao fato:

### **Do pretérito perfeito definido**

§ 254. **a)** O pret. Perfeito definido emprega-se, em primeiro lugar, quando, transportando-nos mentalmente ao passado, registamos acontecimentos que então se deram, considerados como simples momentos históricos (perfeito histórico):

*A Hespanha romano-germanica transformou-se na Hespanha rigorosamente moderna no terrível cadinho da conquista árabe*  
(Herc. Eur., 314)

(...)

### **Do pretérito perfeito indefinido**

§ 255. **a)** O pret. Indefinido exprime a continuação ou repetição duma ação desde certo momento até o momento em que falamos.

**b)** Também serve de exprimir que no momento em que a pessoa

fala, uma ação está consumada, com a ideia acessória de que não há possibilidade, necessidade ou vontade de continuá-la (por outra, em contraposição ao que seria *mister*, ou poderia ainda fazer-se)

*Tenho acabado, Fieis, o meu discurso (Vieira, I, 950)*  
(Silva Dias, 1933, p. 188)

Como foi dito, duas questões devem ser analisadas: a) o fato de que nem sempre os verbos “*ter*” e “*haver*” eram meramente relacionais (ou auxiliares), pois já houve tempo em que eles representavam semanticamente ideias ou noções; b) o fato de que, depois de gramaticalizados (ou ainda em transição), essas perífrases (ou seqüências ou locuções) verbais nem sempre tiveram diferença aspectual, o que, hoje, sobretudo no perfeito do indicativo, é bastante perceptível.

A primeira questão a se considerar, quando se diz em gramaticalização de “*ter*” ou “*haver*” com conseqüente formação de tempo composto, é a questão crucial da concordância, que passa a ser neutra ou a não mais existir.

Este será o marco, ou o elemento balizador, que representará a passagem, que naturalmente foi paulatina, do momento no português (português arcaico e arcaico-médio) em que “*ter*” e “*haver*” expressam ou posse ou manutenção para o momento em que eles se esvaziam semanticamente (português moderno), perdendo, repita-se a sujeição do respectivo particípio acompanhante à concordância verbal com o termo não preposicionado.

No mesmo caminho, respectivamente ao que se disse sobre “*ter*” e “*haver*” o particípio passado que os acompanhava se esvaziou e perdeu seu caráter lexical de adjetivo (quando concordava em gênero e número com um complemento não preposicionado, que seria seu suposto elemento modificado) e assumiu um caráter ou uma posição verbal, ficando sempre no masculino singular. O fato é que, já no século XVI, é raríssimo haver concordâncias, e, quando as há, ocorrem por razões estilísticas.

O fato é que essa gramaticalização, como salienta Eneida Bomfim, gera a seguinte conclusão:

Como se viu na parte introdutória deste estudo, um dos pontos apontados como diferenciador dos chamados tempos compostos do português antigo e do atual diz respeito à concordância. Fala-se também na possibilidade de construção com os auxiliares *ter* e *haver*. Quero enfatizar que, nas estruturas em que se dá a concordância, não se pode falar em tempos compostos, nem tampouco em verbo auxiliar. Com referência a *ter*, observa-se que, além de tomar o lugar

de *haver* na expressão de posse, está prevalecendo sobre este na função de auxiliar. O enfraquecimento de *haver* como auxiliar pode estar ligado a dois fatores conjugados: 1. à substituição gradativa por *ter* nas estruturas de posse e 2. ao fato de passar a assumir o valor existencial que era próprio de *ser*.

A reflexão sobre estes tópicos pressupõe a análise da língua em funcionamento e, como decorrência, precisa contar com um *corpus* representativo das fases do português anteriores ao século XVII, quando supostamente se deu a mudança.

(Bomfim, 2002, p. 10, sublinhei).

Pode-se afirmar que a concordância neutra foi motivadora para a não concordância mesmo nos verbos intransitivos, o que foi gerando o processo de mudança aludido, qual seja o de gramaticalização dos verbos “ter” e “haver”. Ocorre que, num primeiro momento, como se mostrará, a concordância neutra se deu em três circunstâncias, mas todas com os verbos transitivos diretos sem complemento preposicionado:

Objeto Direto oracional  
 OD exercido por termos neutros (o, esto, aquello)  
 OD não explícito ou não expresso  
 (3´) OD masculino singular

Exemplificam-no, respectivamente (todos os exemplos são da Crônica Geral de Espanha, de 1344, do cap. XLVII a CXC, p. 76 a 304, do volume II da CGE, 1955):

(1) e avya defeso em toda a sua hoste que... (p. 239, 5)  
 (2) esto ouve feyto (p. 174, 14)  
 (3) assy como avemos dito (p.115, 27)  
 (3´) em seu outeyro que avyam tomado (CGE: p. 115, 15)

Tal prática [- concordância] se via, embora raramente, na mesma obra em outros exemplos, como em casos em que havia objetos diretos femininos, com o participio no masculino singular, no entanto, o que apontava para o processo de variação em curso que acabaria gerando a mudança que ora se vê no português atual:

E, quando Cipion esto vyo, foy muy ledo e teve que lhe avya Deus feyto muyta mercee(p. 105, 18)

E, quando alguõ dos príncipes de Roma viinha d'alguma grande conquista que avya feito (p109, 9)

Estas cousas que avedes ouvydo (CGE: p.282, 16)

Na CGE, no entanto, os exemplos de [+ concordância] são muito mais frequentes, pois não foi esta a época em que efetivamente se deu a mudança da referida gramaticalização. Os exemplos acima escolhidos serviram, apenas, para mostrar como, já no século XIV, percebia-se o processo através da presença da variável <concordância> em relação aos verbos “ter” e “haver”, que, na passagem da fase arcaica e arcaica-média para a moderna viria a consagrar a mudança que agora é patente na língua portuguesa.

Na mesma CGE, assim sendo, vale ressaltar que a concordância ocorria frequentemente, como nos seguintes exemplos, evidenciando a coexistência das formas, ora com “ter” e “haver” iniciando processo de esvaziamento semântico e caminhando em direção à posição de verbos auxiliares (em tempos compostos), ora com esses mesmos dois verbos imbuídos ainda da noção semântica de posse (“haver”) ou retenção, contenção, manutenção (“ter”), explicitando a não existência, quando havia concordância do particípio (com emprego adjetivo) para comprová-lo, de locuções verbais:

jura que avya feyta (p. 83,2)

males e dapnos que avyã feytos (p 81, 12)

razões que já avemos dictas (p. 115, 19)

contenda que avyam começada (p. 114, 9)

ouverom destroida hua parte da cidade (p131, 21)

Julio César ouve conquistadas as terras (CGE: p. 111, 10)

Em trabalho sobre a obra em questão, a Eneida Bomfim, tratando da questão <CONCORDÂNCIA> na *Crônica Geral de Espanha*, analisou *corpus* da referida obra, com base em 144 capítulos (do XLVII ao CXC).

Num teste referente às 95 primeiras páginas do documento, apresentou os resultados quantitativos que se seguem:

<CONCORDÂNCIA> na CGE

	[+concordância]		[-concordância]		[Neutra]		TOTALIS	
	T	%	T	%	T	%	T	%
HAVER	44	64	9	13	16	23	69	100
TER	10	100	0	0	0	0	0	0

(Fonte: Bomfim, 2002, p.11)

Desse modo, as considerações aqui balizadas sugerem que a deriva da língua se imbuí de modificar questões semânticas de seus subsistemas (aqui, estudadas as alterações havidas no traço nocional de *ter* e *haver*). Após isso, depois de ter-se iniciado o curso dessas modificações, a estrutura morfossintática da língua, ao menos a da língua portuguesa, parece criar traços redundantes que corroborem a passagem ou modificação, como foi o caso dos ajustes ocorridos na concordância nominal (em gênero) do particípio de *ter* e *haver* para que estes dois verbos se consagrassem como auxiliares formadores de perífrases de tempos compostos, patenteando-se o seu esvaziamento semântico de verbos nocionais que eram.

Portanto, a língua adapta seus meios gramaticais às expressões semânticas, num esforço nítido de criar igualdade entre o plano do conteúdo e o plano da expressão, na célebre dicotomia de Hjelmslev-Martinet.

## REFERÊNCIAS

- BOMFIM, Eneida. do R. M. “Considerações sobre a história dos tempos compostos em português”. In: Mateus. M.H & CORREIA, C. N. *Saberes no tempo*. Homenagem a Henriqueta Costa Campos. Lisboa, Colibri: 2002. pp. 111-128.
- CGE. *Crônica Geral de Espanha*. Lisboa, Casa da Moeda, 1955
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo. Parábola Editorial: 2004
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CAETANO, Marcelo Moraes. *Gramática Reflexiva da Língua Portuguesa*. 2ª. Ed., Rio de Janeiro, Editora Ferreira, 2009.
- CAMÕES, Luís de. (1989) *Lírica de Camões*. 2. Sonetos, t. II, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Texto estabelecido à luz da tradição manuscrita, em confronto com a tradição impressa, por Leodegário A. de Azevedo Filho.
- D. DINIS. C.V. n. 192. In: Nunes, JJ. *Crestomatia Arcaica*. 5ª ed. Lisboa, Clássica.s.d., p. 380, *apud* Bomfim, Eneida do Rego Monteiro, Considerações sobre a história dos tempos compostos em português, In: Mateus. M.H. e Correia.C.N.. *Saberes no tempo. Homenagem a Maria Henriqueta COSTA Campos*. Lisboa, Colibri, 2002 pp.111-128
- MATOS, Gregório de. *Obra Poética, de Gregório de Matos*, 3ª edição,. Editora Record, Rio de Janeiro, 1992.

PONTES, Eunice. *Estrutura do verbo no português coloquial*. 2ª edição. Petrópolis. Editora Vozes LTDA. 1973a.

—————. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis, Editora Vozes, 1973b.

SILVA DIAS, Augusto Epiphânio da. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. 3ª edição. Lisboa. Livraria Clássica Editora, 1938.

# ATIVACÃO DA MEMÓRIA CONTEXTUAL NA COMPREENSÃO LEITORA

MARIA ANGÉLICA FREIRE DE CARVALHO (UFPI)  
([ANGELIFREIRE@OI.COM.BR](mailto:ANGELIFREIRE@OI.COM.BR))

## RESUMO

A partir do pressuposto de que o conhecimento se constitui de estruturas armazenadas na memória a longo prazo, responsável por reconhecimentos, compreensão de situações, de textos e de ações nas interações sociais, este artigo apresenta uma reflexão sobre a mobilização de experiências arquivadas na memória para a leitura de textos, aqui, em particular, o conhecimento de mundo em reflexo nas respostas de alunos atribuídas a perguntas de interpretação de textos, propostas nas aulas de Língua Portuguesa. Os fundamentos teóricos se formulam a partir dos estudos das Ciências Cognitivas e da Linguística, destacando o processamento cognitivo e a natureza das representações, interligando conteúdos que se complementam para a argumentação de modo coerente. Conforme postula Dijk, V. (1994), à medida que o sujeito se familiariza com a vida social, ele cria modelos de ação e de situação que se modificam a cada novo contexto de interação. Assim, cada um dos sujeitos tem um contexto cognitivo que, em ação com o texto, abre possibilidades de sentidos: complementando, acrescentando e adquirindo novos modelos, que podem acessar conhecimentos para a construção de sentidos, permitindo uma impressão diferenciada de um determinado texto em relação a outros leitores e, também, em relação a novos contextos de leitura para o mesmo texto.

**Palavras-chave:** leitor – texto – conhecimentos sociais – competência crítica.

## Abstract:

From the assumption that knowledge is composed of stored structures in long term memory, responsible for recognition, understanding of situations, texts and actions in social interactions, this article presents a reflection on the mobilization of experiences stored in memory for reading texts, here, in particular, the background knowledge reflected on the responses of students assigned to questions of textual interpretation, proposed in portuguese classes. The theoretical foundations are formulated from the studies of the Cognitive Sciences and the Linguistics, with a focus on the cognitive processing and the aspects of representations, linking complementaries contents for the argument coherently. According to Dijk, V. (1994) as the individual gets acquainted

with social life, he creates models of action and situations that change with each new context of interaction. Thus, each of the individuals has a cognitive context that, in action with the text, opens possibilities of meanings: Complementing, adding and acquiring new models, which can access our knowledge to the construction of meanings, which bring us to allowing a different impression of a particular text in relation to others readers and, also, to new reading contexts to the same text.

**Keywords:** reader - text – social knowledge - critical competence

## INTRODUÇÃO

O leitor na compreensão de um texto não só faz uso das unidades da língua e de seus níveis, mas também de outras informações pertinentes ao plano textual e ao contextual. Ele participa de uma interação para a qual precisa ter o domínio de habilidades cognitivas e discursivas que lhes permitam o emprego de recursos no reconhecimento de conteúdos integrados à superfície linguística e na associação a seus implícitos e para possíveis inferências; a partir disso, estabelece inter-relações a contextos diversos instaurando pontes de sentido.

Essas inter-relações dos planos textual, intertextual e contextual na produção de sentidos possibilitam uma compreensão integrada: referencial, inferencial e crítica em um processo no qual o leitor realiza sua compreensão global do texto, e a amplia de acordo com seus conhecimentos cognitivos e socioculturais, por meio de inferências e remissões a conhecimentos armazenados em sua mente, podendo buscar novos conhecimentos e associá-los à leitura em andamento.

Trata-se de ações simultâneas que devem se adaptar tanto ao texto como ao contexto situacional, constituindo-se em procedimentos básicos de todo contato do leitor com um texto. Nesse contato leitor-texto-mundo se pressupõe, pois, a associação de dois dos níveis de competência além da referencial, a inferencial e a crítica, os quais são propostos como critérios de avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Com base nessas considerações e princípios destacados, apresentam-se reflexões conjugadas em bases teóricas de modo interdisciplinar, em linhas da Educação, da Linguística e da Linguística Aplicada, encontradas em pressupostos dos Parâmetros curriculares Nacionais como, por exemplo, a concepção de textos e a ressalva quanto sua seleção (PCNs,1997:24):

Os textos a serem selecionados são aqueles que, por suas características e usos, podem favorecer a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais

elaboradas e abstratas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem.

A explanação se baseia na visão de (KLEIMAN (2000); MARCUSCHI (2001); KOCH (2003)) em que os processos de escrita e leitura são assumidos como práticas discursivas contextualmente situadas, com a leitura assumindo múltiplas funções tanto de ordem cognitiva quanto de ordens sócio-históricas e cultural.

Com a limitação do número de páginas destinadas à escrita deste artigo, selecionam-se, para a argumentação pretendida, duas “respostas” dadas por um aluno-leitor de uma escola da rede particular do município do Rio de Janeiro para ilustrar como a mobilização de conhecimentos sociais importa na compreensão de textos e que, de acordo com os conhecimentos prévios do leitor, há graus diferenciados quanto a proficiência leitora.

A análise se faz sob uma perspectiva qualitativa, de modo descritivo, cujo objetivo principal visa a refletir sobre a participação do professor como leitor das respostas de seus alunos. Com um destaque para o posicionamento do professor em relação a possíveis modos de dizer do aluno e, ainda, com a consideração ou não, do conhecimento social e pontos de vista do aluno como leitor.

As perguntas de interpretação para um texto são atividades comumente elaboradas pelos professores de língua portuguesa e, muitas vezes, aplicadas como verificação da compreensão leitora, conforme Solé (1998, p. 156), a partir de Pearson e Johnson (1978); Raphael (1982), apresentando os seguintes formatos:

- Perguntas de resposta literal. Perguntas cuja resposta se encontra literal e diretamente no texto;
- Perguntas para pensar e buscar. Perguntas cuja resposta pode ser deduzida, mas que exige que o leitor relacione diversos elementos do texto e realize algum tipo de inferência;
- Perguntas de elaboração pessoal (...) exigem a intervenção do conhecimento e/ou a opinião sobre o texto.

A taxonomia de perguntas é um meio de verificação de compreensão muito criticado; no entanto, não é o fato de se fazerem perguntas um equívoco, e sim o modo como elas são feitas. Solicitar ao aluno a localização ou a identificação de elementos e de informações do texto não contribui para a compreensão de seu conteúdo, apenas auxilia no acompanhamento das proposições e estrutura do texto, sem estender e aprofundar um olhar leitor. E

nesse ponto chega-se ao foco de discussão pretendida neste artigo.

Com o pressuposto de que a ativação de conhecimentos sociais é importante no processamento leitor, tem-se em vista verificar em que medida esses conhecimentos se revelam nas respostas dos alunos e são vistos ou considerados pelos professores enquanto leitores de seus alunos. Consideram-se algumas bases no processamento da leitura (i) o estabelecimento de relações entre segmentos textuais e articulação semântica, continuamente com os conhecimentos exteriores ao texto; (ii) os conhecimentos exteriores que contam com a bagagem sociocultural do sujeito, o que diferencia nos níveis de proficiência leitora.

Com essas bases estabelecidas, apresentamos uma pergunta que direciona esta escrita: como os conhecimentos sociais podem se revelar nas respostas apresentadas pelos alunos ampliando para uma competência crítica?

## CONHECIMENTOS SOCIAIS E LEITURA CRÍTICA

Para pensar sobre a relação entre a construção de sentidos e a importância dos conhecimentos sociais do leitor nesse processo, tem-se como ponto de partida teórico o estudo dos modelos cognitivos e o papel da representação na memória. Um estudo que começou a ser abordado pelo psicólogo Bartlett em 1932, mas não ampliado. Somente após investidas no campo da Inteligência artificial é que surgiram os primeiros trabalhos, na área da Linguística e da Psicologia, com discussões mais aprofundadas sobre o tema, considerando as particularidades da mente humana e postulando a existência de modelos flexíveis da memória. E a partir disso, vieram encaminhamentos para estudos sobre compreensão e representação subjetiva.

Brian J. REISER e John B. BLACK em *“A modelof sequential relations in expositorytext”* (GOUSTSOS, D, 1966: 501-503) afirmam que o processamento dos mecanismos psicológicos, envolvidos na apreensão e construção de sentidos para um texto, são mais importantes que os modelos estruturais, ressaltando o papel da memória para a compreensão. Essa afirmação segue na defesa de que nossos conhecimentos são (re)(a)presentados a partir dos modelos mentais, sendo estes essenciais para a construção de sentidos.

Van Dijk aponta algumas questões quanto à noção de modelos e os ramos da Linguística, destacando variações teóricas entre autores; informando que o processamento da “rede de conhecimentos”, tanto na leitura quanto na escrita, distribui-se nestas visões:

MODELOS COGNITIVOS		MODELOS MENTAIS
MINCKY	Frames	John LOUD: * Memória discursiva * Sistema de referência
RUMELHART	Esquemas	
ABERKM	Scripts	
SANFORD e GARROD	Cenários	
Van DIJCK	Modelos/episódios de situação	

Dijk considera modelos cognitivos subdividindo-os em modelos de texto; de situação ou episódicos; cognitivo-contextual; metacognição. O modelo de texto corresponde à representação imediata do texto após a leitura, são aquelas informações do texto que ficam pouco tempo retidas na memória a curto prazo. Já os de situação (cenas, cenários) são aqueles formados no dia a dia, cujas informações ficam retidas na memória a longo prazo e são guardadas como cenas da nossa vida social e cotidiana, baseando-se no conjunto de conhecimentos prévios. É um modelo subjetivo, portanto, individual. O modelo cognitivo de contexto ou cognição social (desenvolvido por esse autor a partir de 1994) envolve a familiarização com a vida social e a criação de modelos de ação e de situação, estabelecidos a partir da interação comunicativa. O modelo metacognitivo é aquele por meio do qual realizamos uma busca consciente de conhecimentos arquivados na memória e os mobilizamos para estabelecer relação de sentido em uma dada situação.

A reflexão sobre modelos cognitivos ou mentais ampliou os estudos sobre a ativação de conhecimentos no processamento leitor, apontando questões relevantes: (i) se há apenas a ativação de alguns elementos no texto, os elementos referenciais importantes, e a partir deles se estabelecem hipóteses ou (ii) se as hipóteses são realizadas no processamento do texto, com uma busca orientada por esse texto, realizando um processamento “on-line” em que o leitor ativa tudo de uma vez e as hipóteses são feitas no mesmo instante para se fazerem encaixes de conteúdo, confirmadores ou não, das hipóteses que ajudarão o leitor, por exemplo, no reconhecimento da macroestrutura do texto.

Para a ativação, confirmação e/ou refutação dessas hipóteses, faz-se necessário um conhecimento de mundo leitor, ainda que não se defina ao certo como esses conhecimentos sociais sejam aplicados pelos leitores, VAN DIJK & KINTSCH, 1983 e mais o trabalho de Dijk, 1997 ressaltam que tais conhecimentos sociais diferem entre si: conhecimento pessoal versus social; conhecimento social/grupal versus cultural; conhecimento sobre eventos específicos versus conhecimentos sobre propriedades gerais dos eventos;

conhecimento sobre eventos históricos versus conhecimentos sobre estruturas sociopolíticas. E, mais, que esses conhecimentos de grupo ou pessoal, em última instância, têm raízes em um conhecimento compartilhado.

Essa reflexão sobre conhecimentos sociais sustenta a noção de macroestrutura postulada por Van Dijk (1977) Kintsch e Van Dijk (1975) e Van Dijk e Kintsch (1983) que surgiu da constatação do grau acentuado de concordância entre leitores proficientes ao fazerem um resumo para um determinado texto, por exemplo. Para os autores, a macroestrutura de um texto é o produto de um processo inferencial que envolve a redução da informação do texto cuja função é “reduzir o texto à sua mensagem comunicativa essencial”. Como a macroestrutura resulta de um processo inferencial do leitor, pode haver diferentes macroestruturas de um texto, mas também haverá um alto grau de concordância devido à marcação dos níveis (base proporcional e hierárquica) mais altos, tais como títulos e subtítulos associado à base de conhecimento comum.

Para a leitura do texto, portanto, é preciso que o leitor ative seus conhecimentos por via inferencial e os relacione com o texto. Isso porque somente a descrição estrutural não é suficiente para o processo de compreensão; é necessária, também, a descrição funcional, que requer a rede de conhecimentos arquivados na memória do sujeito para que ele possa construir uma compreensão global e crítica.

A rede de conhecimentos que existe na mente do sujeito atua convergentemente no processamento leitor, ela é subjetiva e avaliativa, sendo suscetível às variáveis tempo, espaço e interação. Em razão da subjetividade há as diferenciações dos pontos de vista leitores; no entanto, isso não permite um “vale-tudo” para compreensão de um texto, mas evidencia a atuação do leitor e a importância de suas inferências para a realização de uma compreensão; assim como, os ajustes em razão do conhecimento compartilhado socialmente.

Conforme (Clark, 1985), há um estabelecimento de relações entre segmentos nos textos, a partir deles e, por extensão, constroem-se juízos de valor, estabelecendo pontes com o mundo social. Fica esclarecido, assim, que o conhecimento prévio do aluno-leitor, que vem embebido de seus modos de ver e de conceber o mundo, é um ajuste essencial para se compreender um texto.

O desenvolvimento de atividades voltadas à compreensão e produção de textos que tenham por base o conhecimento contextual, a competência inferencial e a crítica deve ser realizado com o objetivo de apresentar aos alunos possibilidades de interpretação, no caso do estudo da compreensão

leitora e, ao mesmo tempo, orientar para que eles possam acompanhar o emprego de estratégias escritas utilizadas pelo produtor do texto, com o objetivo de assegurar um “dizer” projetado, contando com um leitor como colaborador na construção de sentidos.

## UMA SITUAÇÃO NO CONTEXTO DE ENSINO:

Exemplificam-se, a seguir, questões e respostas selecionadas em uma verificação de aprendizagem cuja proposta incluía um texto para interpretação por meio de perguntas. O texto para o qual se elaboraram perguntas se tratava de um conto do autor Fernando Sabino. Seleciona-se da atividade a partir deste texto, duas perguntas elaboradas pelo professor e aplicadas aos alunos; neste caso, alunos de uma escola da rede particular de ensino. Segue o texto de Sabino:

Texto: O melhor amigo (Fernando Sabino)

A mãe estava na sala, costurando. O menino abriu a porta da rua, meio ressabiado, arriscou um passo para dentro e mediu cautelosamente a distância. Como a mãe não se voltasse para vê-lo, deu uma corridinha em direção de seu quarto.

– Meu filho? – gritou ela.

– O que é – respondeu, com o ar mais natural que lhe foi possível.

– Que é que você está carregando aí?

Como podia ter visto alguma coisa, se nem levantara a cabeça? Sentindo-se perdido, tentou ainda ganhar tempo.

– Eu? Nada...

– Está sim. Você entrou carregando uma coisa.

Pronto: estava descoberto. Não adiantava negar – o jeito era procurar comovê-la. Veio caminhando desconsolado até a sala, mostrou à mãe o que estava carregando:

– Olha aí, mamãe: é um filhote...

Seus olhos súplices aguardavam a decisão.

– Um filhote? Onde é que você arranjou isso?

– Achei na rua. Tão bonitinho, não é, mamãe?

Sabia que não adiantava: ela já chamava o filhote de isso.

Insistiu ainda:

– Deve estar com fome, olha só a carinha que ele faz.

– Trate de levar embora esse cachorro agora mesmo!

– Ah, mamãe... – já compondo uma cara de choro.

– Tem dez minutos para botar esse bicho na rua. Já disse que não quero animais aqui em casa. Tanta coisa para cuidar, Deus me livre de ainda inventar uma amolação dessas.

O menino tentou enxugar uma lágrima, não havia lágrima. Voltou para o quarto, emburrado:

A gente também não tem nenhum direito nesta casa – pensava. Um dia ainda faço um estrago louco. Meu único amigo, enxotado desta maneira!

– Que diabo também, nesta casa tudo é proibido! – gritou, lá do quarto, e ficou esperando a reação da mãe.

– Dez minutos – repetiu ela, com firmeza.

– Todo mundo tem cachorro, só eu que não tenho.

– Você não é todo mundo.

– Também, de hoje em diante eu não estudo mais, não vou mais ao colégio, não faço mais nada.

– Veremos – limitou-se a mãe, de novo distraída com a sua costura.

– A senhora é ruim mesmo, não tem coração!

– Sua alma, sua palma.

Conhecia bem a mãe, sabia que não haveria apelo: tinha dez minutos para brincar com seu novo amigo, e depois... ao fim de dez minutos, a voz da mãe, inexorável:

– Vamos, chega! Leva esse cachorro embora.

– Ah, mamãe, deixa! – choramingou ainda: – Meu melhor amigo, não tenho mais ninguém nesta vida.

– E eu? Que bobagem é essa, você não tem sua mãe?

– Mãe e cachorro não é a mesma coisa.

– Deixa de conversa: obedece sua mãe.

Ele saiu, e seus olhos prometiam vingança. A mãe chegou a se preocupar: meninos nessa idade, uma injustiça praticada e eles perdem a cabeça, um recalque, complexos, essa coisa

– Pronto, mamãe!

E exibia-lhe uma nota de vinte e uma de dez: havia vendido seu melhor amigo por trinta dinheiros.

– Eu devia ter pedido cinquenta, tenho certeza que ele dava murmurou, pensativo

Como característica do gênero conto, a narrativa é curta e nesta o enunciador se mostra diretamente no discurso. Explicitam-se duas vozes cujos diálogos seguem em perspectiva argumentativa: o menino busca

convencer a mãe para deixá-lo ficar com um filhote de cachorro, e sua mãe, em contrapartida, busca persuadi-lo para devolver o animal sob alegações de que não quer animais em casa e de que já tem muita coisa para cuidar. Em um plano textual essas são ideias básicas no texto.

A proposta de verificação leitora para os alunos se desenvolve por meio de perguntas e respostas literais, na expectativa do professor, em que, a partir do nível linguístico, busca-se perceber a compreensão dos alunos. Como se pode verificar nas perguntas (2) Diante da firmeza da mãe, o menino tenta comovê-la. De que modo ele faz isso? e (3) Por que tinha importância, naquele momento, dizer à mãe que o animal era um “filhote”?

2ª. QUESTÃO: Diante da firmeza da mãe, o menino tenta comovê-la. De que modo ele faz isso?

*Ele diz que não tem amigos e que queria um para brincar.*

3ª. QUESTÃO: Por que tinha importância, naquele momento, dizer à mãe que o animal era um “filhote”?

*Porque ela iria deixar o cachorrinho ficar pelo fato dele ser menor.*

Há muitos aspectos a serem comentados sobre a elaboração de perguntas como meio de verificar a compreensão, assim como há muito o que se considerar sobre o texto em se tratando de seus componentes linguísticos, discursivos, pragmáticos na hora de elaborá-las. No entanto, para essa exposição trataremos da resposta do aluno, sem tecer muitos comentários sobre o tipo de pergunta ou outras informações quanto o que se aborda na pergunta e o conteúdo do texto. Aqui importa observar como o aluno responde às questões propostas, se ele se distancia ou se aproxima de uma expectativa de resposta do professor, o que observamos a partir de uma marca de acerto ou erro, grafadas no exercício e, ainda, como seu conhecimento social se revela nas respostas.

Ao acompanhar o que o aluno escreveu no exemplo destacado (2ª), vê-se que ele não correspondeu à expectativa de resposta do professor; há um “X” desconsiderando sua resposta. Outro olhar sobre o que o aluno escreveu, acrescido de implícitos, é possível entender que ele estabeleceu associações a outros conteúdos do texto e os relacionou estabelecendo hipóteses no processamento do texto e, a partir disso, reconhece-se sua resposta como

coerente.

A sua resposta se verifica em uma perspectiva leitora interativa, a qual conta com a participação e o conhecimento do leitor. A leitura se realiza de modo hiper e translinear e a construção de sentidos como um processo em vaivéns contínuos, em avanços e recuos realizados simultaneamente no texto. Esses avanços podem ultrapassar e ignorar a linearidade da superfície linguística e transcendê-la. São movimentos que justificam a compreensão leitora como um processo em multidimensões.

De acordo com o que se percebe do professor-leitor neste exemplo, supõe-se que ele focalizou um trecho do texto e a partir dele esperou que a resposta do aluno fosse construída, pois a pergunta elaborada partiu

**Está sim.** Você entrou carregando uma coisa  
Pronto: estava descoberto. Não adiantava negar – **o jeito era procurar comovê-la.** Veio caminhando desconsolado até a sala, mostrou à mãe o que estava carregando:  
– **Olha aí, mamãe: é um filhote...**  
Seus **olhos súplices** aguardavam a decisão.  
– Um filhote? Onde é que você arranjou isso?  
– Achei na rua. **Tão bonitinho, não é, mamãe?**  
Sabia que não adiantava: ela já chamava o filhote de isso.

As duas primeiras linhas trazem informações que sustentam o enunciado da questão: “Diante da firmeza da mãe, [está sim] o jeito era comovê-la”; é possível supor que, a partir disso, o professor tenha desconsiderado a resposta do aluno, porque esperava dele uma resposta extraída desse recorte. Ao perguntar: De que modo ele (o menino) faz isso (comove sua mãe)? Entende-se que uma resposta esperada seja: “o menino mostra para sua mãe que carregava um filhote encontrado na rua, e ele era tão bonitinho”, esperando da mãe a opinião compartilhada “olhos cúmplices”. É uma resposta de identificação de informações no texto. É possível que muitos alunos tenham ampliado uma resposta, apresentando mais informações, com o subentendido: o fato de tratar-se de um filhote poderia comover a mãe do menino como, por exemplo, em marcas semânticas que evidenciam certa sensibilidade como de intensidade “tão” e a de afeição com o diminutivo “bonitinho”. Como também, incluir mais argumentos que seguem no texto, como fez o aluno da questão comentada, que selecionou: “Ele diz que não tem amigos e que queria um, para brincar”.

A compreensão apresentada na resposta do aluno é global, ele destaca

a amizade como uma justificativa importante empregada pelo menino. É um argumento que se apresenta ao longo do texto, cuja intenção é comover e convencer a mãe para que o filhote fique em casa. Na fala do personagem destaca-se “meu único amigo”, essa informação valida a resposta na afirmação de que ele não tinha amigos, com a tentativa de que o afirmado possa comover a mãe; afinal, o menino diz, com isso, ser solitário. Embora o narrador apresente o filhote como o novo amigo do menino “**seu** novo amigo”, o que pode apontar um subentendido de “mais um” amigo, o argumento de comoção empregado pelo menino é de ser o filhote o “**único**” amigo. Mais uma vez, trata-se de mais uma ideia encontrada nas entrelinhas do texto que corrobora para que se considere a resposta do aluno aceitável, a partir da pergunta feita, entendendo que o enunciado da pergunta não localiza trecho do texto, pontuando a situação que o aluno teria que observar.

Como era possível que se tratasse de e não de localização de conteúdo (o que se supõe em relação a atividades com a leitura), não se pode atribuir, rigidamente, tomando o enunciado tal como o da questão comentada, valores como certo e errado.

Para uma especificação, o professor poderia ter localizado no texto a instrução trazida no enunciado: “Diante da firmeza da mãe, o jeito era comovê-la”, indicar relembrando para o aluno-leitor o trecho em que a informação se encontrava e, a partir disso, solicitar a identificação de um contra-argumento apresentado pelo menino; podendo solicitar, ainda, a indicação do propósito comunicativo que, no caso, foi o de comover a mãe.

A intenção orientadora seria a de verificar uma compreensão referencial em uma situação particular no texto. Sendo possível, ainda, propor, a partir da compreensão referencial, o estabelecimento de relações com demais conteúdo do texto e, para além do texto, complementar com estratégias para as competências leitora inferencial e a crítica, buscando o posicionamento do aluno em relação à situação exposta na questão.

O que se pôde verificar neste exemplo comentado foi a má formulação de um enunciado, principalmente, se considerarmos a expectativa de resposta do professor, acompanhada, neste caso, com a correção da atividade. Sem especificações no enunciado, este leitor ficou livre (o que não é ruim, mas tem de haver objetivos claros, bem definidos quanto ao que se pretende na questão que se propõe) e pôde agir de acordo com suas elaborações, tais como: inferência, previsões, imagens mentais, resposta afetiva, uma ligação com os conhecimentos (prévios), um raciocínio com o conhecimento enciclopédico, sua memória social e afetiva. Com questões sem objetivos em relação à leitura, e mal orientadas em relação ao conteúdo do texto, fica difícil atribuir valores

de certo e errado, ainda mais quando determinados graus de subjetividade atravessam o diálogo do leitor com o texto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Ao se considerarem exemplos tal como o destacado com a resposta comentada, o objetivo é alertar para o fato de que é preciso observar diferentes modos de compreender apresentados pelo aluno e, ainda, ponderar sobre a forma de elaboração de enunciados, caso se escolha essa estratégia, perguntas de interpretação, como condução para as atividades com a leitura.

Aceitar pontos de vista leitor não significa aceitar toda e qualquer leitura quando se elaboram perguntas de interpretação para um texto. Há limites no texto inscritos na sua estrutura e a partir do que dela se depreende, mantendo sua coerência interna. São escolhas e direcionamentos estabelecidos por quem o produziu que, embora permitam a participação do leitor, não deixam de assegurar o dizer do autor.

As perguntas feitas com o propósito de verificar a compreensão referencial, isto é, a informação retida em nível da frase e do texto, por meio de reconhecimentos e identificação, permitem pouco desenvolvimento das ideias do aluno-leitor; mas, mesmo assim, ele consegue, sendo um leitor proficiente, posicionar-se no seu escrito.

Em se tratando de perguntas que contam com o texto, mas também com implícitos e inferências, espera-se do aluno-leitor, previsões e conhecimentos textual-discursivos, como também a ativação de sua memória contextual, por meio da qual serão identificáveis níveis diferentes de leitura, tanto de um leitor em relação a outro, quanto do próprio leitor em outros momentos de leitura, no contato com um mesmo texto ou no seu desempenho com novos textos.

Portanto, cabe à escola em sua formação de leitores propor atividades de leitura com o conhecimento de que não se pode encontrar o sentido de um texto, como se o significado estivesse preso nele, mas de sugerir sentidos possíveis sem extrapolar marcas estabelecidas por quem o produziu. Com base no entendimento de que, se a língua não é transparente e se sujeita a não ditos, há subentendidos que ficam a cargo do leitor ou ouvinte, como espaços a serem preenchidos pelo leitor quando em interação com o texto.

Esses espaços são preenchidos de acordo com o conhecimento de mundo de cada um, as experiências, a memória contextual. Por esta razão, as experiências, os esquemas mentais do leitor são essenciais no desenvolvimento da leitura, elas são determinantes para um ponto de vista leitor.

Um leitor que se identifique, por exemplo, com o personagem do

conto e tenha a opinião de que cachorro é o melhor amigo do homem, tem uma resposta afetiva em relação à leitura, concordará com a resposta dada à questão. Como uma ideia de que o filhote era um amigo, não importa se único ou mais um, não fará tanta diferença, o que interessa é o argumento para convencer e comover a mãe do texto.

Seria, pois, uma resposta atrelada à experiência vivenciada fora e dentro do texto, mas permitida pelo texto. Com base em uma identificação pessoal e um discurso social, podendo se estender a uma crítica, com a possibilidade de saber desse leitor uma opinião sobre o posicionamento da mãe do menino no texto e o seu posicionamento sobre o texto. Essa seria uma proposta bem mais interessante para ser feita, verificar o leitor com o texto e no texto; sendo, pois, um coautor.

## REFERÊNCIAS

- ALLIENDE, Felipe & CONDEMARÍN, Mabel. *Leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento*. Trad. José Cláudio de Almeida Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- BARRETT, T.C. *Taxonomy of Cognitive and Affective Dimensions of Reading Comprehension*; en Theodore Clymer, "What is Reading?": Some Current Concepts, en Helen M. Robinson (ed.) *Innovations and change in Reading Instruction, Sixty-seventh Yearbook, National Society for the Study Of Education, Part II, Chigaco, University of Chicago Press, 1968*.
- BARTLETT, F.C. *Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology*. Cambridge University Press. 1932. Disponível em: <http://www.bartlett.psychol.cam.ac.uk/TheoryOfRemembering.htm>. Acesso em: 02. Jul.2014
- CLARK, H. H. *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996
- CONDEMARÍN, Mabel. *La teoría del esquema: Implicaciones en el desarrollo de la comprensión de la lectura*. En: *Lectura y Vida. Revista Latinoamericana de lectura*. Año 5, nº2, junio 1984.
- DELL'ISOLA, R.L.P. *Leitura: inferências e o contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.
- GOODMAN, Kenneth S. *Reading: A psycholinguistic guessing game*. *Journal of the Reading Specialist*. Volume 6, Issue 4, 1967.
- KLEIMAN, A. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. Campinas: Pontes. 7 ed. 2000.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo, Cortez, 2002.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua. O livro didático de Português, Lucerna, 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio), 2000. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14\\_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf). Acesso em: abril/2015.
- PEDROSO, Carmen Fabrício. Classificação de perguntas em compreensão leitora. 243 Fls.Tese (Departamento de Letras) – Universidade da Beira Interior, Portugal, 2010.
- RUMELHART, D.E. (1980) Schemata: the building blocks of cognition. University of California, San Diego and for the Study Reading. Disponível em: <http://www.colorado.edu/physics/EducationIssues/zwickl/Resources/Rumelhartcognition.PDF>. Acesso em: 12.Jul. 2014.
- SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Trad. Cláudia Schilling. – 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- VAN DIJK, Teun A. & KINTSCH, W. Strategies of discourse comprehension. New York: Academic Press, 1983.
- VAN DIJK, Teun A. Discourse studies : A multidisciplinary introduction. London: Sage Publications, 1997. 29
- VAN DIJK, Teun Adrianus A. Cognição: discurso e interação. (Org. e apresentação de Ingedore V. Koch) - 4 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

# UMA VERSÃO DO AMOR NAS REDONDILHAS CAMONIANAS

MARINA MACHADO RODRIGUES  
(UERJ /UFF/ABRAFIL)

## RESUMO

Este trabalho propõe o estudo da redondilha camoniana “A morte pois que são vosso”, do ponto de vista das críticas textual e literária. O texto crítico baseou-se nas lições manuscritas, em confronto com a tradição impressa quinhentista. No âmbito literário, o vilancete inscreve uma versão do amor camoniano contrastante com a ótica do petrarquismo renascentista. Amor e morte contracenam e intersectam-se, expondo a interioridade de um sujeito cindido.

**Palavras-chave:** Literatura Portuguesa; Crítica Textual; Lírica de Camões.

## Abstract

This work proposes the study of Camões roundels “The Death because I am yours”, around point of view of textual and literary criticism. The critical text was based on the handwritten lessons in comparison with the sixteenth-century printed tradition. In the literary scope, villancico part a version of Camões love contrasts with the view of Renaissance Petrarchism. Love and death put into action and intersect, exposing the interior of a subject split.

**Keys words:** Portuguese Literature; Textual Criticism; Camonian lyrics.

O amor é tema fulcral na poesia lírica. Em todos os tempos, engendrou, porém, perspectivas diversas. De tal maneira, que não se pode falar dele de forma substantiva, mas de versões do amor. A que trazemos hoje para exame inscreve-se na redondilha camoniana “A morte, pois que são vosso,” um vilancete com mote de três versos e glosas dispostas em três décimas, em metro de redondilha maior, e ritmo bastante variado, característica do gênero, aliás.

O texto em questão figura em dois cancioneiros do século XVI: O Manuscrito Juromenha, no f. 90v., com autoria expressa da glosa a Luís de

Camões, mas não do mote; e no de Cristóvão Borges, f.22v, sem indicação de autoria. Neste, a composição é antecedida pela seguinte inscrição: “Outro em que nas primeiras letras de cada regra esta o nome de ãa Sñra”.

De acordo com Carolina Michæelis de Vasconcelos, o manuscrito Juromenha deve ter sido preparado entre 1590 e 1594 (“Mitteilungen aus portugiesischen Handschriften” in *Zeitschrift für Romanische Philologie*, vol. VIII, p. 437). Todavia, na primeira folha, em anotação tardia, registra-se o ano de 1600. É um cancioneiro de extrema importância para a lírica de Camões, pois, na primeira parte, apresenta 167 textos, distribuídos em 7 gêneros: sonetos, canções, odes, élogos, oitavas, tercetos e redondilhas de diversos autores, muitos dos quais com atribuição expressa de autoria. Vítor Aguiar e Silva (2011, p.206-207) sublinha a qualidade de suas lições textuais, citando Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que acreditava provirem tais versões de autógrafos ou apógrafos “muito valiosos apresentando variantes que ‘coincidem com os textos mais antigos de todos e com os melhores, isto é, com Luís Franco e com as fontes usadas por Soropita’, as quais até mesmo corrige com frequência”. Trata-se de cancioneiro inédito.

O manuscrito de Cristóvão Borges foi coligido em Lisboa, é datado de 24 de dezembro de 1578, isto é, em vida de Camões, e possui 356 páginas. Com expressa atribuição ao Poeta, há seis sonetos e três composições em versos de redondilha, além de sessenta e seis textos em seções nitidamente camonianas. O cancioneiro foi editado em 1979, pelo professor Arthur Lee-Francis Askins, da Universidade da Califórnia, Berkeley, que o encontrou na Biblioteca Rodríguez-Moñino, em Madrid, sob a cota E-40-6767.

O texto também figura nas duas edições quinhentistas da lírica, *Rhythmas de Luis de Camões*, 1595, no f.150 v. e *Rimas de Luis de Camões*, 1598, no f 177v. Nestas, lê-se a seguinte anotação, antecedendo o poema: “Mote, e glosa do autor, a hũa dama que se chamava Ana”, atribuindo, portanto, também a autoria do mote a Camões. As duas edições divergem entre si somente em relação à pontuação.

Faria e Sousa (1685), que deu início à segunda tradição impressa, não chegou a publicar qualquer composição em versos de redondilha. Algumas vieram à luz na edição de Álvares da Cunha (1668) que as recolheu dos cadernos inéditos do comentador seiscentista. Não é o caso desta. Os manuscritos de Faria e Sousa também foram aproveitados pelo Visconde de Juromenha, que publicou as redondilhas em sua edição da lírica camoniana (1860-69). O texto figura nas principais edições modernas.

Dado o estado de dispersão da lírica camoniana ainda no século XVI, o estudo dos textos poéticos, como não se desconhece, não pode prescindir da

Crítica Textual, ciência que tem por finalidade a restituição deles à sua forma mais original. O mesmo se dirá em relação à atribuição autoral, já que não há consenso entre editores antigos ou modernos sobre um cânone camoniano. A diversidade de fontes implica variantes textuais que não podem ser ignoradas, já que o confronto entre a tradição impressa e a manuscrita permite constatar uma infinidade de erros, que vão transfigurando a versão original e acarretando equívocos causados pela má leitura dos versos, por incúria ou ignorância de copistas e editores.

A primeira etapa de nosso trabalho centrou-se na reconstituição textual, segundo princípios metodológicos da Crítica Textual. O texto foi estabelecido com base na lição do Manuscrito Juromenha, em confronto com a tradição impressa quinhentista, uma vez que a versão de Cristóvão Borges apresenta muitos erros, como se constatou. As principais edições modernas repetem a versão de RH e RI.

Reproduzimos o texto crítico, a seguir:

#### Mote

A morte, pois que são vosso,  
 não na quero, mas se vem  
 há de ser todo [o] meu bem.

#### Glosa

Amor, que em meu pensamento  
 com tanta fê se fundou,  
 me tem dado um regimento  
 que, quando vir meu tormento,  
 que me salve em cujo sou.  
 E com esta defensão,  
 com que tudo vencer posso,  
 diz a causa (ó) [ao] coração:  
 \_ Não tem em mim jurdição  
 a morte, pois que sou vosso.

Por exprime[n]tar um dia  
 Amor, se me estava forte  
 nesta fê como dizia,  
 me convidou com a morte  
 só por ver se a tomaria.  
 E como ela seja [a] cousa  
 onde está todo meu bem,  
 respondi-lhe como quem

quer dizer mais e não ousa:  
 \_Não na quero, mas se vem...

Não disse mais por antão  
 que o que mais n[a] alma toca.  
 E se tinha dito ou não,  
 às vezes concede a boca  
 o que nega o coração.  
 Toda (a) cousa defendida  
 em mais estima se tem,  
 por isso é cousa sabida  
 que perder por vós a vida  
 há de ser todo[o] meu bem.

No que respeita à reconstituição textual, apontaremos, a seguir, as principais discordâncias encontradas entre as lições manuscritas e as edições quinhentistas, sem, contudo, discutir as soluções adotadas, por falta de espaço. Não faremos menção às lições isoladas do manuscrito de Cristóvão Borges, pois a discussão requer tempo e espaço.

No primeiro verso do mote, a lição na tradição manuscrita é unânime, registrando a forma arcaica *são/sam*. As edições, ao contrário, substituem *são* por *sou*. Em *OL*, para a 1ª p.sing. do presente do Indicativo, somente a forma atual pode ser encontrada, como se vê no exemplo a seguir: “Eu sou o illustre Ganges, que na terra” (IV,74). Por se tratar de mote alheio, como faz supor a rubrica no Ms. Jur., que apenas advoga a autoria camoniana para a glosa, mantivemos a forma arcaica. Na repetição do verso na glosa, todos os testemunhos substituíram o *são* por *sou*, de acordo com o *usus scribendi* do Poeta, reforçando o argumento de ser o mote alheio.

Como informam CrB e as edições quinhentistas, trata-se de um mote acróstico, cujas iniciais formam a palavra ANA. A grafia com *h* atrapalharia, somente em termos visuais, o arranjo. Mas por conta da deriva ortográfica comum no século XVI, grafava-se a 3ª p.sing. do presente do Indicativo, ora com a consoante muda, ora sem, *à* com acento grave ou mesmo *á*, com agudo. Observe-se, entretanto, que na épica, Camões usou sempre *há*, com a ortografia atual.

No 8º verso, os manuscritos copiam: “me salve *em cujo* sou”, já as edições “me salve *com cujo* sou”. Os editores, provavelmente, interferiram no verso para evitar o hiato intervocabular entre *salve/em*, já que a norma era o ditongo. Tais liberdades tomadas pelos editores do Poeta eram frequentes.

No v. 15, nos manuscritos, lê-se: “amor se *me estava* forte”, já as edições copiam: “amor se *m’achava* forte”. Ambos os verbos têm função

predicativa. Seguimos a lição manuscrita. Em *OL*, o seguinte exemplo abona a construção veiculada nos manuscritos: “Que louvor tão suspeito mal me esteja” (III,4). Trata-se aqui de um dativo de interesse.

No v. 19, os manuscritos registram: “e como *ela* seja a cousa”, já a tradição impressa: “e como *ele* seja a cousa”. No caso, a troca do pronome feminino pelo masculino interfere na leitura, uma vez que no 1º caso o pron. se refere à morte; já no segundo, ao Amor.

Nos vss. 24, 25, 26 e 27 as inúmeras divergências implicam leituras diversas: a troca da circunstância de tempo, “não disse mais por *antão*”, como se lê no ms. Juromenha, dá lugar à conj. causal *porque*. No primeiro caso, o sujeito declara dizer, parcialmente, o que lhe vai na alma, explicitando o descompasso entre *o sentir* e *o dizer*. Na versão impressa, tal dicotomia se desfaz porque o sujeito de entender (“entendeo quanto me toca”) é o mesmo do de dizer: o Amor. Também a substituição da conjunção alternativa *ou* pelo artigo *o*: “E se tinha dito *ou* não” por “E se tinha dito *o* não” implica mudança de sentido. No 27º, a troca de *conceder* por *dizer*, pela tradição impressa, desfaz a construção antitética *conceder/negar*, cara à estética petrarquista.

Os temas do amor e da morte gozaram sempre de espaço privilegiado na literatura. Como observa Rita Marnoto,

A associação entre amor e morte é um dos motivos postos ao serviço da ênfase concedida ao sofrimento do poeta, com a particularidade de os termos deste binômio não serem tidos por opostos absolutos, pois intersectam-se, a cada passo, dando lugar a contradições dilacerantes. (p.54)

O texto em questão faz dialogarem estes dois polos cujas forças são medidas até o extremo.

A filiação do texto ao código cortesanesco no plano formal é óbvia. Já no semântico, o lamento dos males que atormentam o apaixonado é considerado um dos pontos de intercessão com a poesia de Petrarca, mas não privativo dela. No texto em questão, a “coita” e a concepção de “amor como serviço” são tributários tanto da tradição trovadoresca como do código petrarquesco, que incorpora tal tradição. Mas no amor cortês, a Dama, com valor de onipotência, é divinizada, como sustenta Nadiá P. Ferreira:

Nesse lugar, só pode ser amada no regime de abstinência sexual, de devoção e de idolatria. A Dama com valor de dom, na medida em que o dom é símbolo do amor, está interdita. E justamente por

isso, ela representa o amor como recusa do dom. (2004, p.49)

Amar, no amor cortês, significa abrir mão do objeto amado, mas não do amor. No Maneirismo, o poeta não prescinde do objeto, daí o discurso melancólico recorrente, em face da impossibilidade.

No *Cancioneiro Geral*, o sofrimento experimentado pelo amante é quase sempre descrito a partir de entidades personificadas que concedem autonomia relativa a fenômenos somáticos (os suspiros, as lágrimas), a sentimentos (a dor, a tristeza) ou a partes do corpo, tais como os olhos, o coração ou a boca. O eu disperso perde a unidade, esvaziando-se de sentido existencial próprio. Ou seja, o amador é convertido em paciente sobre o qual agem agentes que lhe são alheios, mas cuja ação repercute sobre ele. A essência do amor, segundo a concepção petrarquista, não pode ser assimilada por um universo literário que reserva pouco espaço à expressão da intimidade de quem fala, como se constata no *Cancioneiro Geral*, ainda dominado por uma mentalidade muito próxima do simbolismo medieval. Contudo, a influência do código petrarquista não se dá à margem do código cortesanesco, ao contrário, acaba por fomentar-lhe um fluxo de renovação. Citando Rita Marnoto:

Trata-se, na verdade, do resultado de uma assimilação madura da lição do poeta italiano, fruto da qual a poesia peninsular se revitaliza, mediante a modelização de novos temas e de novas formas de expressão estilística, adaptando-os ao seu tom, ora melancólico, ora gentil, ora folgazão, de forma a realçar o gosto pelas ‘agudezas’, que lhe é característico, mas sem que a sua essência poética seja de algum modo posta em causa.

A transposição do código petrarquista para a literatura portuguesa não se faz por meio da imitação servil; muitos aspectos concorrem para se forjar uma identidade particular desta poesia, como as idiosincrasias poéticas, a modelização de outros padrões literários da época, assim como a vitalidade do substrato peninsular. Neste sentido, o processo de transformação, mais do que o da imitação, ganha relevo. A lição de Petrarca conforma-se agora por uma cosmovisão vincada pela perplexidade, em face de um universo fragmentado e da aguda consciência do desconcerto, na medida em que o século XVI avança.

Se para o vate italiano o amor era fonte de sofrimento, mas igualmente de regozijo, pois o ideal estoico anulava a alienação do sujeito; para Camões, tal operação é impossível, como bem ilustra o soneto “Transforma-se o amador na cousa amada”.

O dissídio, provocado por forças alheias e inexoráveis como o fado, o tempo, a estrela, afeta a ontologia do sujeito que, vitimado pelo amor, é conduzido ao autoaniquilamento. Camões relê Petrarca, mas dele se distancia pela vivência angustiada imposta pelo destino. A harmonia é transmutada em desalento.

Em Petrarca, os atributos da amada justificam a doce prisão e o amor incondicional. Panofsky sublinha a materialidade de Laura quando afirma que o poeta:

(...) voltou a humanizar e a sensualizar o objeto de sua paixão, enquanto ao mesmo tempo o convertia num ídolo e inclusivamente o deificava. Contrariamente à Beatriz de Dante, a Laura de Petrarca nunca deixa de ser um verdadeiro ser humano e torna-se tanto mais desejável como mulher quanto mais glorificada é como ideia, ou inclusivamente tratada como santa, compartilhando as honras de Cristo. (1995, p.93-94)

Mas Laura é um artifício poético criado para servir a outro propósito: o poeta fala dela para falar de si. O texto é então lugar privilegiado para expor a interioridade do sujeito. Sob a influência da lição agostiniana, em cuja essência repercutiu o amor humano como fonte de misérias e perfídias, a lírica de Petrarca serviu de modelo a outros poetas que, ao longo do século XVI, dilacerados pelo conflito entre o desejo e a razão, entre a vontade e o intelecto, renunciaram ao amor humano, condenando-o e penitenciando-se dos seus erros. No âmago de tal poesia, reflete-se a consciência e o sentimento agônico de que “o amor humano é monstruosa e interminável fonte de pecado e corrupção”. Ainda assim, para Petrarca, o amor não é um sentimento alheio à vontade, não se trata de uma imposição feita à revelia do sujeito.

O amor camoniano é de outra natureza, deixa clara a impossibilidade de sublimar quando aponta a morte como solução para os tormentos. O amante não justifica o sentimento pelos dons de exceção da Dama, já que ela aqui sequer é descrita; a dimensão do sentimento é medida somente pelo sofrimento experimentado.

Na primeira estrofe, expõe-se o argumento: amor instituiu uma regra para bem amar e que, seguindo-a, apesar dos tormentos sofridos, o sujeito teria de manter sua integridade e, conseqüentemente, a do sentimento (“que me salve em cujo sou”). Declarando à dama o seu pertencimento “não tem em mim jurisdição a morte”, coloca-se em suas mãos.

Na segunda estrofe, o tirano que submete sua vítima a uma situação-

limite deseja testar a convicção do sentimento; se era forte o bastante para manter o “regimento” dado, propondo ao sujeito que experimentasse a morte. Mas se esta era “a cousa” onde estaria “todo o seu bem”, morrer, alento para os tormentos amorosos, significaria abrir mão do amor e, conseqüentemente, implicaria a quebra do compromisso firmado. Então, o sujeito esconde a verdadeira intenção sob a falsa afirmação: “Não na quero, mas se vem...”, transferindo para o destino a sentença. Mas o amor também se sobrepõe ao destino.

Entre a inclinação ao autoaniquilamento e a permanência do sentimento, cria-se um dilema crucial entre sentir a dor extrema de um amor não correspondido ou a entrega à morte, como solução para o tormento vivido. Preso às regras impostas por Amor, o amador não tem escolha, pois a prerrogativa sobre a vida e a morte foi transferida para a Dama.

Sem poder expressar o conflito existente entre a determinação a ser seguida (o regimento dado) e o desejo de fugir ao sofrimento, só resta ao sujeito dizer o que não sente, por isso, “às vezes, concede a boca o que nega o coração”. As palavras, pouco importa, se as tinha dito, ou não, porque eram ocas. Mas, entre o sentir e o dizer, explicita-se a total impossibilidade de assumir a verdade inteira. O valor das palavras é relativizado diante do peso da verdade. E assim, o amador, colocando-se a serviço da Dama, oferece-lhe uma alternativa, ou uma estratégia, para que seu desejo, enfim, possa ser realizado: a opção por uma morte gloriosa, em nome do amor. Aqui a dicotomia é resolvida pelo discurso dialético na síntese: “Perder por vós a vida há de ser todo o meu bem”.

O amor para Camões tem medidas diversas. No soneto “Sete anos de pastor Jacob servia”, o amor é maior do que a vida, conforme sentença enunciada nos versos: “tornando já a servir outros sete anos,/dezia: - Mais servira, se não fora pera tão longo amor tão curta vida”. No texto em questão, o amor é maior do que a morte. Mas, se a grandeza é a morte, não pode ser vencido. A par da constatação, não há lugar para a esperança ou para qualquer projeção futura.

O tom disfórico que marca a poesia da segunda metade do séc. XVI é incompatível com a harmonia, inerente à linguagem poética renascentista. Também o dissídio no Maneirismo não se afina com a filosofia neoplatônica que pressupõe o equilíbrio entre desejo e razão. Na lírica camoniana, constata-se a existência de um sujeito lírico cindido, que oscila entre o desejar e o não querer desejar; mas que, sujeitado por Amor, está inevitavelmente fadado ao sofrimento. O amor dirigido à dama, que é fera e anjo, é sempre fonte de dores e tormentos. E somente esta perspectiva é real.

**REFERÊNCIAS**

- 1 - CAMÕES, Luís de. *Rhythmas*. Lisboa, Manoel de Lyra, 1595. Ed. fac-simile do exemplar pertencente à Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Ed. comemorativa do IV centenário da morte de Luís de Camões a 10 de junho de 1980.
- 2 - \_\_\_\_\_. *Rimas*. Reprodução fac-similada da ed. de 1598. Estudo introdutório de Vítor Manuel de Aguiar e Silva. Universidade do Minho, 1980.
- 3 - \_\_\_\_\_. *Rimas várias*. Commentadas por Manoel de Faria y Souza. Nota introdutória do Prof. F. Rebelo Gonçalves. Prefácio do Prof. Jorge de Sena. Lisboa. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1972, 5 t. em 2 v. Reprodução fac-similada da ed. de 1685. Edição comemorativa do IV centenário da publicação de *Os Lusíadas*.
- 4 - \_\_\_\_\_. *Obras de Luís de Camões*. Augmentadas com algumas composições inéditas do Poeta pelo Visconde de Juromenha. Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, 6v.
- 5 - *Dicionário de Luís de Camões*. Coordenação de Vítor Aguiar e Silva. Portugal, Editorial Caminho, 2011.6 – FERREIRA, Nadiá Paulo. *A teoria do amor na psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2004.
- 7 - MARNOTO, R. *O petrarquismo português do Renascimento e do Maneirismo*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997.
- 8 - PANOFSKY, Erwin. *Estudos de iconologia*. Temas humanísticos na arte do Renascimento. Trad. Olinda Braga de Sousa. 2 ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

# EM TORNO DO METATERMO *GRAMÁTICA* NA TRADIÇÃO GRAMATICAL BRASILEIRA

RICARDO CAVALIERE

(ABRAFIL e UFF)

## RESUMO:

Este trabalho traça breve juízo sobre os conceitos que o metatermo *gramática* apresenta nos estudos linguísticos brasileiros dos séculos XIX e XX. São apresentados os significados de *gramática* em face dos diferentes modelos teóricos de investigação, bem como a repercussão que tais conceitos obtiveram na bibliografia especializada.

**Palavras-chave:** *gramática*, conceitos, terminologia.

## Abstract:

This paper offers a brief reference about the concept the metaterm *grammar* has in the Brazilian linguistic studies of the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> Centuries. It deals with the meanings of *grammar* according to the diverse theoretical models of research, as well as with the presence of these meanings in the specialized bibliography.

Key-words: grammar, concepts, terminology.

O conceito de gramática, hoje, traz ainda a polissemia que o termo já sugeria no final do século XIX. Com efeito, vários significados de *gramática* já existentes nos oitocentos perpassaram o tempo, vindo a eles somar-se ao menos mais uma definição, surgida no século XX com a modelo teórico da *Gramática Gerativa*, certamente a mais utilizada hoje na literatura linguística.

Encontram-se, no amplo cenário hodierno dos estudos linguísticos, filológicos e pedagógicos, os seguintes conceitos de gramática:

- **Gramática é a exposição metódica dos fatos da língua**

Temos aqui um conceito de gramática que vige há mais de um século nos estudos linguísticos, mas que ganhou maior dimensão nos meios acadêmicos brasileiros a partir do segundo terço do século XX, com o advento dos princípios da linguística estruturalista. A concepção de gramática como exposição dos fatos da língua deu lugar ao conceito mais restrito de *descrição*

*do sistema linguístico que o homem usa como meio de expressão*, que se distingue do anterior em aspecto mais formal que material. A modificação, naturalmente, advém do conceito saussuriano de língua como sistema, até hoje acatado por grande segmento da ciência linguística.

A exposição metódica dos fatos da língua erigiu os cânones da chamada *gramática descritiva*, sempre posicionada em linha diametralmente oposta à *gramática prescritiva* ou *normativa*, por não se preocupar em selecionar e rotular como ideal um determinado desempenho linguístico entre os vários decorrentes das variantes diastráticas e diatópicas do uso da língua. O caráter que mais tipifica a gramática se resume na proposta de alinhar todos os fatos materiais do uso da língua na comunidade de falantes nativos, seja em língua escrita ou oral, evitando qualquer discriminação desta ou daquela estrutura linguística aferida.

Um dos óbices à descrição do sistema sem qualquer pendor prescritivo reside nas peculiaridades idiossincrásicas da linguagem oral distensa. Isto porque as estruturas sintáticas desta modalidade do discurso podem oferecer grau intenso de variabilidade, a ponto de fugirem aos modelos ordinários de descrição gramatical. Ademais, sabe-se hoje que a linguagem oral se ampara em instrumentos extralinguísticos, pertencentes ao denominado *ambiente retórico* do ato de comunicação, para dar sentido a certas sequências que, atreladas aos limites do texto escrito, não teriam por si sós sequer o necessário grau de aceitabilidade.

Eis por que, para muitos doutrinadores e teóricos da linguagem, a gramática descritiva só poderia dar conta da linguagem escrita, cujos limites são mais nítidos, não obstante aqui também se utilizem recursos de natureza extralinguística. As tentativas de descrição da língua oral, destarte, sempre causam a impressão de haver-se situado bem distante do fim pretendido, por não disporem de suficiente previsibilidade de todas as possíveis construções frasais amparadas pela situação da fala.

Conclui-se, pois, que a descrição dos fatos da língua, ou do sistema linguístico, como queiramos expressar, sempre estará adstrita a uma delimitação necessária dos usos da língua. Como ao gramático cabe estabelecer tais limites, os frutos de seus trabalhos inexoravelmente traduzirão uma postura pessoal em face do objeto da descrição, autorizada por sua formação intelectual, mas ainda assim passível de colisão com outras descrições similares.

Não se pode esperar, pois, que uma gramática descritiva seja a exposição de toda a manifestação da linguagem oral e escrita nas suas variantes diatópica, diastrática e diafásica. Se tem objetivo pedagógico, então ainda mais se devem estabelecer seus limites, já que o ensino vernáculo privilegia

determinados usos da língua, estabelecendo seus valores hierárquicos em face de fatores político-sociais.

Resta aduzir que, por metonímia, passou-se a denominar *gramática* não só a exposição metódica do fato gramatical, como também o livro em cujas páginas se encerra o produto desta exposição.

**b) Gramática é a prescrição de um dado desempenho linguístico.**

Situa-se, neste item, o objeto da chamada gramática normativa. Coordena-se a este conceito o princípio da autoridade do gramático, ou dos escritores que lograram obter reconhecimento social pela excelência de seu desempenho em língua escrita. Em termos objetivos, a gramática normativa visa não propriamente a *descrever*, porém *prescrever* um repertório de estruturas linguísticas tidas como corretas, com grau de arbitrariedade que pode apoiar-se tanto no vasto abono dos textos clássicos quanto na simples opinião do gramático. A gramática normativa *stricto sensu* não vai além de um receituário do bom comportamento linguístico, sem justificativas ou comentários pormenorizados acerca do fato linguístico em estudo. Seu campo de atuação, obviamente, ocupa-se da linguagem escrita, não obstante em alguns setores, como o da prosódia, estenda o inventário de preceitos também com vistas ao bom comportamento em linguagem oral.

O grande equívoco da gramática normativa não está propriamente em estabelecer normas, já que, neste mister, não difere muito dos demais instrumentos de controle social, como a religião e a lei. Ressente-se, entretanto, de um contato mais frequente com as conquistas da gramática descritiva, razão por que seus estatutos facilmente se desatualizam. Destarte, os cânones da gramática normativa sempre soam como princípios anacrônicos, inaplicáveis aos tempos modernos, não raro deliberadamente violados em prol da liberdade e da criatividade no uso da língua.

Uma indesejável imprecisão, comum na avaliação dos estudos gramaticais contemporâneos, diz respeito à pseudossinonímia entre *gramática normativa* e *gramática tradicional*. Se entendermos gramática tradicional como a que se produz por longo decurso de tempo na pesquisa e no ensino do português, e que, portanto, tem raízes numa *tradição vernácula*, seria mais lícito caracterizá-la como gramática *descritivo-normativa*, visto que seus estatutos não se limitam a prescrever regras sem apoio teórico, inspiradas na mera arbitrariedade. Ocorre que a denominada gramática tradicional não descreve *todos os possíveis registros e variáveis do desempenho linguístico no corpo social*, porém *apenas o registro tido como de norma culta*, utilizada por

falantes escolarizados mormente em linguagem escrita.

Fosse de caráter exclusivamente descritivo o que efetivamente não é estaria a gramática tradicional incumbida de traduzir todas as estruturas sintáticas, todos os processos flexionais, toda a variabilidade fonêmica, enfim, todo o comportamento linguístico da comunidade de falantes nativos. Essa é tarefa que obviamente não se coaduna com o caráter pedagógico da gramática tradicional, não só porque o tempo para ensinar tamanho repertório de usos linguísticos seria sempre escasso, como também porque está em seu escopo oferecer ao falante uma opção de desempenho linguístico tida como desejável não propriamente pelo gramático, mas pela própria sociedade.

Cabe, por fim, advertir que a gramática descritiva sempre terá um componente normativo, a menos que efetivamente logre descrever todas os possíveis usos da língua em sua dimensão diastrática, diatópica e diafásica. Não sendo assim, a simples seleção dos fatos descritos reflete uma discriminação do que é ou não é descritível, isto é, implica uma norma, à semelhança da que modernamente se encontra no conceito de *aceitabilidade*.

### c) Gramática é um conjunto de regras sistêmicas

É comum hoje lermos nos textos acadêmicos afirmações como “A gramática do português não admite artigo em núcleo de sintagma”. Percebemos aqui um novo viés no conceito de gramática, bastante difundido a partir dos anos 60 com os estudos gerativistas. Na frase em questão, *gramática* não significa a descrição do sistema linguístico, muito menos um conjunto de normas prescritivas, porém o próprio sistema linguístico, entendido como uma abstração dos processos de produção sentencial de dada língua.

Quando, por exemplo, compramos um novo jogo numa casa comercial, preocupamo-nos imediatamente em ler as regras atinentes ao desenvolvimento das jogadas. Tomamos ciência, assim, que determinados movimentos são permitidos, ao passo que outros são vedados; similarmente, certos procedimentos, como aquisição de cartas ou troca de objetos, são lícitos, ao passo que outros não são. Em síntese, tomamos conhecimento do *regulamento do jogo*, um conjunto de *regras* que, obviamente, não podem ser violadas, sob pena de desfigurarmos ou desnaturarmos o jogo em sua concepção.

Admitamos numa comparação precária que a língua que falamos seja como um jogo. Perceberemos que ela é dotada de regras de construção frasal que não podem ser violadas, ou seja, também a língua é dotada de um regulamento que determina todas as possibilidades de atuação do homem como falante. É a este regulamento, ou a este *sistema abstrato de regras* da língua,

que se dá a denominação de gramática pelo prisma sistêmico. Esclarece-se, assim, o exato significado da frase citada acima: quando se diz que a gramática do português não admite artigo em núcleo de sintagma, quer-se exatamente asseverar que as regras do sistema linguístico denominado língua portuguesa não permitem esta construção.

Gramática, portanto, passa a denominar o próprio sistema linguístico, não mais a *descrição desse sistema*. Os primeiros modelos da escola gerativa costumavam defini-la como o *sistema finito de regras de produção sentencial que gera um número infinito de sentenças*. Aqui faríamos um reparo à analogia que inicialmente propusemos para explicar esse conceito de gramática, razão por que admitimos sua precariedade: diferentemente das línguas, os jogos costumam ter um número finito não só regras como também de jogadas. Nada obsta, entretanto, que um jogo hipotético, ainda por criar-se, possibilite uma sequência infinita de jogadas. Neste caso, a analogia terá sido adequada.

Há que referir-se a algumas vertentes desse conceito de gramática. A primeira diz respeito à *hipótese inatista* da linguagem humana, dentro da teoria gerativa. Segundo essa hipótese, a gramática não seria adquirida pelo homem através contato social, porém já estaria presente em seu genótipo como um caráter hereditário. Em outros termos, assim como a configuração fenotípica do ser humano é determinada por fatores hereditários, também sua faculdade de falar, ou seja, a *faculdade da linguagem*, teria origem genética. A esta estrutura mental inata que propicia o uso da linguagem os gerativistas denominam *gramática universal*.

Uma outra vertente conceitual, ligada a este significado de gramática como o próprio sistema linguístico, também merece nossa atenção. Ao estudar as línguas pelo prisma gerativo, o linguista ocupa-se de uma tarefa dual: de um lado ele levanta os fatos das línguas em particular, erigindo, assim, uma teoria daquela língua específica; depois verifica os aspectos comuns entre todas as línguas pesquisadas, para chegar à teoria dos *universais linguísticos*. Em ambos os casos, a *teoria* que reflete esses fenômenos também é denominada *gramática*. Com isso, concluímos que, dentro do paradigma da escola gerativa, gramática tem um triplice significado: a) o sistema de regras geradoras de sentenças de uma língua particular; b) a estrutura mental inata que confere ao homem a faculdade da linguagem e c) a teoria formulada acerca da natureza desses fenômenos.

#### **d) Gramática é um método de investigação científica**

Temos aqui um conceito de gramática que se adstringe às páginas da

historiografia linguística, seja em volumes especialmente escritos para tratar desse assunto, seja em trechos de obras de caráter geral que fortuitamente enveredam pela seara historiográfica. Expressões como *gramática comparada* ou *gramática histórico-comparativa*, quando usadas nos estudos históricos, significam a vertente dos estudos linguísticos surgida no século XIX que fundamentou sua investigação em objeto e metodologia próprios. Nesse sentido, a gramática comparada ainda hoje participa da extensa ramificação dos estudos sobre a linguagem, não raro irmanada a outros modelos de investigação linguística.

Quando os historiógrafos da gramaticografia brasileira usam o termo *Gramática Científica* em referência ao conjunto de estudos e obras sobre língua portuguesa produzidos na virada do século XX, recorrem exatamente a esse conceito de gramática como uma vertente particular de estudos linguísticos. Analogamente, o termo *Gramática de Port-Royal* nem sempre se adstringe ao livro específico que leva este nome, mas todo o conjunto de obras gramaticais de caráter filosófico que se produziram durante o período.

Com essas breves considerações, julgamos contribuir para um melhor esclarecimento do emprego do metatermo gramática no conjunto dos estudos linguísticos contemporâneos. A rigor, o domínio dessa polissêmica aplicação do termo na literatura especializada constitui pré-requisito para a boa leitura do texto acadêmico, sem os riscos de um enviesado entendimento de seus conceitos.

#### **REFERÊNCIA:**

Ducrot, Oswald. *Princípios de semântica lingüística*; dizer, não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977.

# NOTA SOBRE O ROMANCE *A CIDADE DO HOMEM*, DE AMADEU LOPES SABINO<sup>1</sup>

ROBERTO ACÍZELO DE SOUZA  
(UERJ / CNPQ / FAPERJ)

Resumo: Propõe-se breve análise do romance *A cidade do homem* (2010), de Amadeu Lopes Sabino, levando-se em conta os próprios conceitos do autor desenvolvidos no seu livro de ensaios *Entre dois séculos* (2014).

Palavras-chave: ficção, história, romance, contemporaneidade.

Abstract: It is proposed a brief analysis of the novel *A cidade do homem* (2010), by Amadeu Lopes Sabino, taking into account the author's own concepts developed in his book of essays *Entre dois séculos* (2014).

Key-words: fiction, history, novel, contemporaneousness

*A cidade do homem*, cuja edição portuguesa (Porto, Porto Ed.) saiu em 2010, conta também com uma edição brasileira (Rio de Janeiro, Record), datada de 2013. Desconhecemos a repercussão que terá tido em Portugal; no Brasil, pelo menos que seja do nosso conhecimento, parece que vem passando em branco, pois, salvo o breve comentário constante da orelha do volume, assinado pela professora Marilene Weinhardt, da Universidade Federal do Paraná, não nos consta ter recebido até o momento maiores atenções. Atenções, no entanto, a que a obra certamente faz jus, dada a sua alta qualidade, e, pois, o silêncio com que vem sendo recebida no país é mais um sintoma da generalizada falta de critério de que a crítica atual dá mostras na escolha de seus objetos.

Quebremos, contudo, o silêncio, e falemos do texto. A nosso ver, trata-se de narrativa dotada de múltiplas dimensões, que se estendem de uma meditação sobre o tempo ao desenvolvimento de uma trama onde se destaca certo erotismo melancólico, passando por reflexões sobre a política, a sociedade, as artes, a literatura.

Sobre o tempo, talvez o conceito-chave se encontre numa fala de Apolo, o deus antigo momentaneamente feito personagem do relato: “[...] é trânsito o que parece permanência” (p. 270)<sup>2</sup>. A sentença, sem reduzir-se a afirmação abstrata e isolada, antes como que orienta a narrativa, sendo objeto de constantes “demonstrações” no seu curso, pela neutralização da ideia de tempo como estrutura tripartida, em que passado, presente e futuro, em vez de

---

1- Texto parcialmente publicado na revista *Colóquio Letras* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, nº 189, p. 245-248, maio/ag. 2015).

2- As páginas de todas as citações do romance se referem à edição brasileira.

trânsitos, se petrificam em permanências. Veja-se um exemplo, entre muitos possíveis, constituído por uma passagem do capítulo VII: António Dinis, o protagonista, do qual o texto constitui a “biografia imaginada”, caminha pelas ruas da Lisboa do século XVIII, mas tem premonições de Cesário Verde, passando-lhe pela cabeça um primeiro vislumbre de poema a ser escrito um século adiante: “‘Maresia, soturnidade, melancolia’, pensou, ‘as nossas ruas ao anoitecer despertam-me um desejo absurdo de sofrer’. Tentou reter os versos que esboçara para mais tarde os passar para o papel, mas o sopro do passado apagou-lhe da memória a estrofe imperfeita” (p. 134). Desfaz-se assim a ilusão de um tempo apenas linear e tridimensional: o presente do personagem parece uma permanência, mas do mesmo modo parecem permanências o futuro, em que o poema assumirá sua forma, e o passado, cujo sopro apaga tanto o presente quanto o futuro, revelando-se assim trânsitos todas as permanências aparentes.

Mas, se o que chamamos *meditação sobre o tempo* constitui o fundo a partir do qual se organiza a narrativa, sua índole reflexiva se manifesta ainda no enfrentamento conceitual de outras questões, que pensamos poder reduzir a três núcleos: o sociopolítico, o existencial e o estético. O primeiro, amplamente representado no texto, tanto quanto os demais, se cristaliza em passagens à maneira da seguinte: “Essa incúria discricionária que passa por tolerância, essa moleza opressora que passa por cordialidade, faz parte da matriz lusitana e, qual monstro lendário, aparece, desaparece e reaparece regularmente nos comportamentos dos poderes públicos em Portugal” (p. 524). O segundo implica cogitações do tipo: “[...] o amor é uma fatalidade, raramente uma vocação, jamais uma escolha” (p. 472). Por fim, o núcleo estético se constitui das passagens dedicadas a considerações sobre as artes em geral e a literatura em particular, de que é exemplo: “Como modo de expressão artística escolhera a música, disciplina suficientemente abstrata para, entre os bárbaros, passar por inofensiva” (p. 244). Não se conclua, no entanto, que tais núcleos se apresentem em estado puro, e como se fossem estases dissertativas a interromper a dinâmica da narração: na verdade, se assim as descrevemos, foi simplesmente por necessidades analíticas, porque, na economia concreta do texto, esses frequentes momentos reflexivos brotam do próprio desenrolar da trama, além de constantemente se interpenetrarem, como nas passagens a seguir transcritas, em que se confundem o sociopolítico, o existencial e o estético, planos cuja distinção só se sustenta como recurso de análise: “[...] costumava transformar em poesia e em música os sentimentos de enfado e tristeza que com regularidade o invadiam.” (p. 7); “[...] se bebo diariamente da poesia, é porque a concebo como medida de todas as coisas. Uso-a como um capítulo do pensamento. Como uma disciplina do intelecto. Posso, por isso, uma concepção política da poesia e uma concepção poética da política” (p. 40).

Todas essas reflexões, segundo afirmamos, emergem do enredo, e assim, por mais propensa à especulação que seja a obra, “por mais que a Ideia desintegre[...], / [em] perquisições que não têm pausa”,<sup>3</sup> trata-se de um romance, não obstante a dúvida do próprio autor, manifestada em Nota final ao texto (p. 555). E o romance, como ironicamente concedeu um mestre do gênero, “sim – oh, meu caro – o romance conta uma estória.”<sup>4</sup> Há, por conseguinte, uma trama em *A cidade do homem*, e que, sem embargo de conviver com os núcleos conceituais referidos, está longe de constituir apenas um apoio débil para expansões filosóficas, impondo-se, ao contrário, como centro de interesse, paritário com o plano reflexivo. Desse modo, a narrativa nos permite acompanhar a trajetória de António Dinis, “poeta árcade e julgador da Inconfidência Mineira”, trajetória não propriamente reconstituída, mas antes imaginada, na qual, entre ambições mundanas, inquietações existenciais e preocupações intelectuais, sobressaem os amores.

Demoremo-nos agora um pouco no capítulo dos amores, aliás de rigor, em se tratando de romances. Se procurarmos na letra descolorida de seu biógrafo, encontramos tão somente um registro seco e sumário: “É minguada pois a crônica amorosa do nosso poeta [...]. Não se conclui daqui, entretanto, que era pouco sensível a sua alma [...]. Alguns amores teria ele verdadeiros, que não quis devassados por olhos profanos e que por isso não confiou do papel; e se os cantou em versos, inutilizou talvez essas confissões amorosas, ou perderam-se. Poderíamos apresentar aqui alguma suposição, mas é uma cousa melindrosa e não o ousamos, nem devemos fazer, por falta de provas.”<sup>5</sup> No romance, no entanto, a palavra de ordem é bem outra, e justamente as lacunas documentais que o historiador lamenta, por lhe interditem o caminho, favorecem o romancista, autorizado a preenchê-las pelo exercício das “prerrogativas da arte literária” (p. 318). Assim, a partir dessa “matéria literária em estado puro, [...] convite ao despotismo da ficção” (p. 319), sem intimidar-se ante essa “cousa melindrosa”, o narrador, não tolhido pela falta de acesso aos “amores [...] verdadeiros”, se esmera em contar os amores imaginados de Dinis – muitos, por sinal –, o que compõe talvez o principal esteio da trama. Acompanhamos assim os lances da paixão de Dinis por Clara, figura liminar e misteriosa, existente no espaço dúbio da raia, entre Espanha e Portugal, Badajoz e Elvas, e que, como um cometa de sinais trocados, desponta na vida do poeta trazendo a Graça, para subtraí-la ao desaparecer; entrevemos quase que só o vulto de uma certa “bela Cecília, pura como um anjo, quase

3- ANJOS, Augusto dos. *Obra completa*. Organização, fixação do texto e notas de Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 218.

4- FOSTER, E. M. *Aspectos do romance*. Tradução de Maria Helena Martins. Supervisão de apresentação de Dionísio de Oliveira Toledo. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 32.

5- COELHO, José Ramos. António Diniz da Cruz e Silva: sua vida, seus escritos. In: SILVA, António Dinis da Cruz e. *O hissope*. Edição crítica, disposta e anotada por José Ramos Coelho. Lisboa: Tipografia Castro Irmão, 1879. p. 52.

uma criança” (p. 25), mas que, a despeito de tantos atributos assexuados, vai depois revelando suas artes insidiosas de mulher; somos levados como que a adivinhar o que se passa, numa noite de “desejo e espanto” (p. 117), no Palácio das Picoas, entre ele e D<sup>a</sup> Joana de Forjaz – aliás, Jônia, no dizer dos poetas árcades dela enamorados; testemunhamos o *embrujo* que quase lhe advém ante o contato fugaz com a “beleza impávida” (p. 166) da condessa de São Vicente, bem como a breve aventura com Alexandra, a irrealizada esposa do negociante inglês John Campbell; assistimos ao seu encontro com a bela e sofrida Bárbara Heliadora, assinalado por um beijo súbito e improvável, e que se prolonga num camoniano “enlevo da alma, ledó e cego” (p. 442); enfim, conhecemos Verónica, a dadivosa e sedutora escrava, quase branca, que lhe chegou à vida de súbito e desapareceu do mesmo jeito, e que talvez lhe tenha dado uma filha. E, como sombra por sobre todos esses amores, a lembrança obsessiva do que terá sido o primeiro, a mulher que, segundo indícios que se acumulam na narrativa, teria morrido no grande terremoto de 1<sup>o</sup> de novembro de 1755, e cuja imagem constantemente lhe retorna em alucinações e pesadelos: “À luz de um luar argênteo e frio, viu o corpo trucidado daquela que amara noutros tempos, noutros espaços, noutra vida: branca, coberta por uma camada de poeira e sangue coagulado, a cara desfeita, irreconhecível” (p. 42).

Romance, então, em que se conjugam e se equilibram enredo e meditação, e que, por conseguinte, destoa de certa prática literária infensa à reflexão, prática aliás objeto de enfática recusa do autor num dos ensaios do seu livro *Entre dois séculos*, em que afirma: “O escritor profissional contemporâneo (da pós-modernidade, se se quiser) assume-se [...] como um não intelectual, um criador que não reflete, mas sente que não emite pensamentos, mas partilha afetos, que não transmite ideias, mas impressões. [...] Faço parte de uma linhagem de autores anterior à profissionalização da escrita surgida nas últimas décadas: homens e mulheres com meios de subsistência noutras áreas e que – do mesmo modo que ainda hoje se passa com os poetas – cultivavam a literatura sem a obrigação da entrega da esforçada obra anual, exigida pela indústria editorial e produzida segundo os critérios definidos pela norma a que se chama mercado.”<sup>6</sup>

Pela pequena amostra contida no trecho citado, pode deduzir-se a congruência entre a ficção de *A cidade do homem* e o ensaio de *Entre dois séculos* (volume que reúne quatro textos sobre questões culturais e políticas da atualidade), bem como é possível entrever-se certa convergência entre o destino do personagem e o do autor, ambos situando-se na encruzilhada de tempos distintos, aquele entre os séculos XVIII e XIX, este entre o XX e o XXI.

---

6- SABINO, Amadeu Lopes. *Entre dois séculos: viagem ao próximo passado*. Lisboa: Bizâncio, 2014. p. 96.

# ARGUMENTAÇÃO, METÁFORA, TEXTUALIDADE E ENUNCIÇÃO. ARGUMENTATION, MÉTAPHORE, TEXTUALITÉ ET ENONCIATION

SOELI MARIA SCHREIBER DA SILVA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR

## RESUMO

Estudo a metáfora na poesia “Coração de poeta”, de Paulo Leminski, recitada pelo autor no filme “Vida e Sangue de Polaco”. Adoto a hipótese da metáfora de Eduardo Guimarães (2011). Analiso a textualidade na relação integrativa e a orientação argumentativa da metáfora na concomitância de enunciadores.

**Palavras-chave:** Argumentação, Metáfora, Textualidade, Enunciação, Determinação;

## Resumé

J'étude la métaphore dans la poésie « Le Coeur du poète », de Paulo Leminski, récitée par l'auteur dans le film « Vie et sang de Polaco », selon l'hypothèse de Eduardo Guimarães (2011). J'analyse la textualité dans la relation intégrative et l'orientation argumentative de la métaphore dans la concomitance d'énonciateurs.

**Mots-clés:** Argumentation, Métaphore, Textualité, Enonciation, Détermination;

Neste artigo, estudo a poesia «Coração de Poeta» de Paulo Leminsky, recitada pelo autor no filme «Vida e Sangue de Polaco» de Silvio Back, conforme a hipótese sobre a metáfora de Guimarães (2011). Esse estudo é parte de uma pesquisa que desenvolvi sobre a Língua Polonesa na relação com a Língua Portuguesa. Proponho-me a tratar da argumentação, metáfora e textualidade do ponto de vista enunciativo.

Orlandi (1998) tratou da relação entre paráfrase e polissemia, segundo a autora «em termos discursivos teríamos na paráfrase a reiteração do mesmo. Na polissemia a produção da diferença»(Orlandi, 1998,p.15). A polissemia vai ser tratada como o diferente, como o deslizamento, o deslocamento de sentido. Dessa forma, Orlandi (1998) fala da «produção de efeitos metafóricos, transferência de sentidos, resignificação» (Orlandi, 1998, p.15). E ainda para ela, a relação com a historicidade, com a memória é que faz apreender a relação entre o processo de paráfrase e polissemia.

Assim, nessa relação entre o movimento de retorno e o inesperado, temos uma tensão entre o estabilizado e não estabilizado; o movimento, o

deslizamento, o deslocamento, os sentidos múltiplos; a língua sujeita a falhas; o silêncio. Enfim o fato de que «o inesperado não só surge do esperado quando incide sobre ele derrubando esse mesmo que o sustenta” (Lemos,2001:p.6). Jakobson também analisou o efeito do inesperado «ao insistir no paralelismo como princípio constitutivo do verso, lembra que *versus* significa «para trás» (Jakobson apud Lemos, 2001, p.6). Além disso se o inesperado ressignifica o esperado, o sentido do movimento que assim se instaura, aponta para outra propriedade do poético que é ao mesmo tempo reveladora do funcionamento da língua. O fato de que na enunciação poética fica suspenso o efeito referencial (..) uma referência interna subverte qualquer semântica baseada em uma teoria de correspondência entre a língua e estados de coisa no mundo (Lemos,2001, p.6).

Na direção da metáfora como figura de linguagem, a metáfora é vista como semelhança. No exemplo de Camões «Amor é fogo que arde sem se ver» (Camões,1963, p.270), a metáfora é vista como sentido figurado por meio da comparação entre amor e fogo.

Localizo meu estudo no modo de tratar a paráfrase e polissemia como uma tensão entre o mesmo e o diferente, uma vez que a metáfora é ressignificação, é deslocamento de sentido e a analiso enunciativamente com base no conceito de relação integrativa de Guimarães (2011).

Para a argumentação, parto de Ducrot (2009) num artigo que mostra que a argumentação linguística não tem relação com a argumentação retórica. Remetendo a esse estudo, Ducrot afirma:

para nós há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições, toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão à argumentação. O que mostra no mínimo que não há elo privilegiado entre a argumentação retórica e a argumentação linguística (Ducrot,2009,p.23).<sup>1</sup>

Trago para meu artigo as palavras de Guimarães (2011) reportando-se à visão enunciativa de Ducrot:

O que funda a significação não é nem uma relação entre a expressão e a coisa, nem a intenção do falante, é o que podemos chamar de relação de argumentação que ela estabelece e que não se apresenta como derivada de uma relação de verdade, mas é o que há de primeiro no sentido. Assim, para ele, a referência seria derivada da argumentação (Guimarães,2011,p360).

---

1- Este artigo foi publicado na Revista Entremeios:Revista de Análise do Discurso v.10, jan. jun/2015 e está disponível em: <http://www.entremeios.inf.br>

Na direção dos trabalhos de Ducrot (1987) vou trabalhar com o conceito de polifonia. Em Guimarães, o conceito de polifonia vai ser tratado a partir de como «os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos»(Guimarães,2002,p.22). A distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento enunciativo tem a ver com o político na enunciação,o agenciamento é «afetado politicamente por se dar segundo os espaços de enunciação» (Guimarães,2012,p.23). Assim a polifonia não se constitui somente de perspectivas do locutor e do enunciador.

Guimarães mostra como funciona a cena enunciativa caracterizando-a como «modos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas» (Guimarães,2002,p.23). Eu diria que a cena enunciativa é fundamental para flagrar o modo como o sujeito é representado e agenciado enunciativamente. Assim, o locutor representa-se enquanto pessoa(ele próprio, a origem do dizer) e enquanto predicado socialmente, segundo a temporalização específica do acontecimento.

Já o lugar do dizer é o enunciador: o enunciador individual representa a individualidade independente da história, mas o enunciador é tomado pela história, pelo modo como se constitui a temporalidade do dizer; o enunciador genérico em que o que se diz parece ser o que todos dizem no sentido de que é diluído e também independente da história (Guimarães, 2002,p.25-26); o enunciador universal , «quando a enunciação representa o locutor como fora da história e submetido ao regime de verdadeiro ou falso» (Guimarães,2002, p26).

Pela metáfora a poesia vai apresentar uma relação de enunciadores. Analiso como a relação de concomitância por meio da metáfora instaura a direção argumentativa. A concomitância é uma característica da polifonia, isto é, há no funcionamento enunciativo dois sentidos assumidos por duas vezes distintas. A concomitância é uma característica das expressões que são ditas por um locutor da perspectiva de dois enunciadores, pelo menos. Os locutores também podem ser predicados de diferentes modos.

Podemos dizer que não há dois sentidos que são assumidos de uma mesma perspectiva, o que significa um conceito que representa enunciações que não são polifônicas e são assumidas por um mesmo enunciador. O sentido de concomitância de Guimarães (2011) é o oposto disso. A posição adotada é tratar como uma divisão do locutor e isto está na ordem do conceito polifônico. Chega-se a um deslizamento entre um e outro (x e y) e não entre (x e ~x). E isto é atribuído ao modo do discurso indireto livre, os dois enunciadores a duas perspectivas. Então, vamos considerar o agenciamento enunciativo aliado aos conceitos que Guimarães formulou, para ver como a metáfora constitui-se na

textualidade. Assim há uma relação transversal(...) o sentido é constituído pela relação do sujeito com o que diz nos enunciados. Esta relação do sujeito marca o modo de sua integração no texto. A relação de integração não é uma relação entre segmentos simplesmente, é uma relação entre segmentos e o sujeito que enuncia (Guimarães,2011,p.361).

A constituição da metáfora dá-se nessa relação integrativa na textualidade, na medida em que os enunciados integram-se num texto e significam uma temporalidade, tendo no modo de dizer dois ou mais enunciadores: « A metáfora se constitui na fusão de uma reescrituração por substituição sinonímica produzida pela sobreposição de enunciadores diferentes na cena enunciativa» (Guimarães,2011,p.363). Um procedimento que vamos adotar é o de reescrituração na metáfora; o modo de redizer desliza para o diferente e desse modo , nessa operação de redizer no texto, vamos interpretar o sentido a partir do funcionamento em que as palavras aparecem e como se estabelecem as relações de determinação, como uma palavra determina a outra na temporalidade que a constitui e as palavras estão num texto numa relação com a história. Também me baseio na paráfrase para interpretar a relação integrativa, numa relação com o memorável. Assim, por exemplo, não é à toa que a poesia que analiso aparece no filme «Vida e Sangue de Polaco».

Vejamos a poesia «Coração de Poeta», recitada no filme «Vida e Sangue de Polaco» a ser analisada:

« Coração de poeta  
 Meu coração de polaco voltou  
 O coração que meu avô  
 trouxe de longe para mim  
 Um coração esmagado  
 Um coração pisoteado  
 Um coração de poeta»  
 Leminski, Vídeo, Youtube em 30/01/2015)

Em

(1a) Meu coração de polaco voltou interessa a metáfora pelo sentido de coração. Encontramos a seguinte reescritura nesse funcionamento

(a) Meu coração de polaco voltou e também as paráfrases, numa relação de integração com o título do filme

(b) Minha identidade de polaco ( paráfrase de sangue de polaco)

(a') Minha vida de polaco (paráfrase de vida de polaco)

O que precisa ser considerado é que (a) meu coração de polaco

reescreve (a') Minha vida de polaco, numa relação de integração com o título do filme(1b)»Vida e Sangue de Polaco». O sentido de (1a) pela relação de paráfrase é que coração é parafraseado por vida - pelo modo de integração do enunciado no texto. A metáfora é que coração de polaco significa a minha identidade, coração é uma determinação de identidade. A passagem de (b) a (a') é produzida pelas paráfrases de  
(1b) Vida e Sangue de Polaco

A reescrituração que leva a (a') determinado por (b), que determina (a), indicado em (1a) em que (a') determinado por (b) é metáfora de (a). Vejamos então como fica esquematicamente a relação de determinação no DSD:

identidade (b)  $\perp$  vida (a')

Coração(a)

Em (1a) temos uma concomitância de b e a'. As duas vezes se dão como indistintas. Assim (a') é concomitante a (b) e (a') determinado por (b), determina (a). Nem (a') nem (b) são comparações. O que temos é uma relação de determinação, modo como se dá o deslizamento. Temos um locutor, cujo lugar social é o de escritor polaco, e pela fusão há dois enunciadores envolvidos. (b) é enunciação de um enunciador individual que se articula ao locutor polaco e que assume essa enunciação; (a') é um enunciador universal determinado por (b). Vida e identidade é uma concomitância que integra o coração de polaco. Vida determinada por identidade integram-se ao coração de polaco.

Nesse sentido podemos falar da argumentação do locutor escritor polaco. A argumentação dá-se na fusão de vida e identidade para a constituição do coração de polaco. A enunciação do locutor escritor polaco funde vida e identidade, sobrepondo dois enunciadores e a orientação argumentativa como futuridade no acontecimento é para o coração do polaco, que diz essa identidade, fundindo vida e sangue.

Na sequência os versos

(c) meu coração esmagado

(d) meu coração pisoteado

(e) um coração de poeta

vamos analisar na relação com o título da poesia

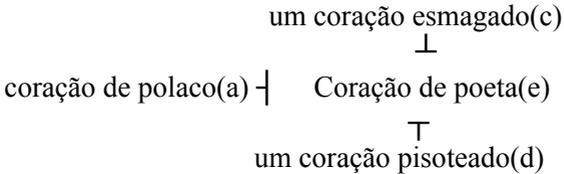
(1c) Coração de poeta

e com o título do filme

(1b)Vida e Sangue de Polaco.

A metáfora desenvolve a identidade em (a') minha vida de polaco: (c) meu coração esmagado (d) meu coração pisoteado (e) um coração de poeta. A primeira metáfora do primeiro verso vai dando sentido às outras. Coração de poeta é determinado por coração de polaco(a') que tem (c) um coração esmagado e (d) um coração pisoteado. Essas determinações integram-se a (1b) e (1c)

Vejamos como fica o DSD:



Nessa metáfora há uma especificação da identidade. Aí um enunciador sobrepõe-se ao outro. A disparidade do lugar social do dizer locutor escritor polaco e locutor poeta no modo de dizer de enunciação individual em (c) e em(d) e uma enunciação universal em (e). Aqui podemos dizer que temos a convivência de três vozes. Os dois modos de dizer individual fundem o percurso de sentidos que se dá a partir de outro modo de dizer,: o do enunciador universal em (e). A fusão de (c), (d) e (e) são as determinações para (a) coração de polaco e para (1c). O locutor escritor polaco e o locutor poeta argumentam na fusão das especificações. O enunciador individual funde coração pisoteado e coração esmagado ao coração de poeta. Nessa relação de determinação e especificação pela metáfora que se dá a argumentação na direção da identidade do coração de polaco e do poeta.

Vamos especificar ainda: (a) coração de polaco é desdobrado em (a') minha vida de polaco e (e) coração de poeta é desenvolvido a partir de coração de polaco. (a) e (e) significam a identidade do polaco e do poeta.

No funcionamento da metáfora não temos um sentido de dominância; o que temos é que tanto (a) como (e) são metáforas para significar a vida e a identidade do polaco desenvolvidas por (c) e (d).

A fusão que se dá pela metáfora, a sobreposição de diferentes vozes e o memorável da identidade orientam para a constituição do coração de polaco e de poeta. A argumentação dá-se na transversalidade, não é segmental, dá-se numa relação de integração com o título do filme (1b) “Vida e Sangue de Polaco” e com o título da poesia (1c) “Coração de poeta”. Esse modo de integração vai se dando pelas relações de determinação e estas estão articuladas a vozes diferentes que se fundem para a orientação argumentativa: a identidade de polaco e de poeta andam juntas.

A relação de determinação que se estabelece na metáfora e a fusão dos enunciadores mostra como a metáfora é um deslizamento de sentido, como concomitância de vozes. Na parte final da poesia encontramos três enunciadores concomitantes, em vez de dois. Pode-se dizer que os sentidos podem tornar-se outros e isso se dá no acontecimento enunciativo. Na análise podemos ver que a orientação argumentativa dá-se pelas relações de sentido metaforicamente, e não necessariamente por algum operador argumentativo e a futuridade do acontecimento tem uma relação com o memorável.

## REFERÊNCIAS

- CAMÕES, L. V. **Obra Completa**. Rio de Janeiro:Aguiar,1963.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito** (diversos tradutores). Campinas, São Paulo,Pontes,1987.
- \_\_\_\_\_. *Argumentação Retórica e Argumentação Linguística*. In.: **Letras Hoje**, Porto Alegre,v.44,n.1,p-20-25, jan./mar.2009
- GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas-SP, Pontes, 2002
- \_\_\_\_\_. *Uma hipótese sobre a metáfora*. In.: **Análise do Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Uma homenagem à Eni Orlandi. Luzia Kátia Andrade Castello Branco; Eduardo Alves Rodrigues; Gabriel Leopoldino dos Santos (orgs).Campinas: Editora RG, 2011
- \_\_\_\_\_. **Análise de Texto- Procedimentos, Análises, Ensino**. Campinas: Editora RG, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A Enumeração: Funcionamento Enunciativo do Sentido*. In.: **Caderno de Estudos Linguísticos**, n.º 51(1), p.49-68, Jan./Jun. Campinas,2009.
- Papa João Paulo II: sua Santidade e o Paraná. Rafael Greca de Macedo (org). Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.
- LEMOS, Claudia T.G. de *Sobre o Paralelismo, Sua Extensão e a Disparidade de Seus Efeitos*. In.: **Revista Brasileira de Letras: Linguística e Literatura**. São Carlos: UFSCAR-Departamento de Letras, n.3/4, v1, 2001-2001.
- ORLANDI, E. *Paráfrase e Polissemia .A Fluidez nos Limites do Simbólico*. In.: **Revista Rua**. UNICAMP-NUDECRI, Campinas, SP, n.4, março,1998.
- Vídeo de Paulo Leminski recitando a poesia « Coração de Poeta» no filme «Vida e Sangue de Polaco». Youtube , 30/01/2015

no Departamento de Letras, e desenvolve pesquisas na Unidade de Pesquisa em Estudos Históricos, Políticos e Sociais da Linguagem (UEHPOSOL) em Semântica do Acontecimento, na área de Linguagem e Discurso. Seu último projeto de pesquisa tratou de política de língua, especificamente a Língua Polonesa do Paraná na relação com a Língua Portuguesa. É professora associada 3.

Email: [xoila@terra.com.br](mailto:xoila@terra.com.br)

# **ARGUMENTAÇÃO, TEXTUALIDADE E POLÍTICA DE LÍNGUAS NA LÍNGUA POLONESA DO PARANÁ: ESTUDO DE SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO**

**Prof. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva**  
(UFSCar/DL/UEHPOSOL-PPGL)  
xoila@terra.com.br

**Resumo.** Este artigo trata de política de língua, especialmente na relação entre Língua Portuguesa e Língua Polonesa do Paraná. Inscreve-se na Semântica do Acontecimento. Articula três conceitos importantes numa semântica enunciativa: argumentação, textualidade e espaço de enunciação, aliados ao político e ao agenciamento enunciativo.

**Palavras-Chave.** Argumentação 1. Textualidade 2. Política de Língua 3.

**Abstract.** This article deals with language political, especially in the relationship between Portuguese and Polish language in Paraná. Articulates three important concepts in semantics of enunciation: Argumentation, textuality and enunciation space, coupled with the political and agency enunciation.

**Keywords.** Argumentation 1. Textuality 2. Language Political 3.

Neste artigo proponho-me a estudar três conceitos importantes para a área da Semântica do Acontecimento: argumentação, textualidade e espaço de enunciação, e refletir como esses conceitos se articulam no estudo da relação entre línguas e da enunciação. Nessa perspectiva teórica, a enunciação é pensada como um acontecimento de linguagem que se dá em um espaço de enunciação. Assim concebida, ela interroga a língua enquanto exposta ao seu real, isto é, enquanto lugar de textualização do político.

A partir dessas considerações, minha hipótese de pesquisa é de que o político é, então, constitutivo tanto da argumentação, quanto da textualidade, quanto do espaço de enunciação, e é seu funcionamento no acontecimento enunciativo que cria as condições para se pensar a articulação entre esses três conceitos. A metodologia pela qual optamos consiste em trabalhar, sobretudo, com os procedimentos de reescrituração, articulação e cena enunciativa e também com a paráfrase, tal como concebidos por GUIMARÃES (2007, 2009). Meu corpus constitui-se de recortes de site e de depoimentos de uma

imigrante Polonesa. Nesses recortes há uma disputa entre a Língua Polonesa dos Imigrantes da Polônia e a Língua Polonesa de imigrantes no Brasil; e também entre a Língua Polonesa e a Língua Portuguesa.

Parte, ainda, de nossos objetivos é não só desenvolver e levar adiante o trabalho com a argumentação, a textualidade e o espaço de enunciação no estudo da relação entre línguas, tal como tratamos no parágrafo anterior, mas também propor um modo de articulação entre esses conceitos pelo político no acontecimento. Com este estudo, proponho-me a estudar o espaço de enunciação e de que modo este espaço determina modos de acesso à palavra aos falantes dessas línguas nesse espaço. Isso permite uma reflexão muito particular sobre a questão política, pois põe em cena a relação hierarquizada que as línguas mantêm entre si. Por outro lado, permite trazer para a reflexão a questão do funcionamento textual como uma questão semântica, e, por isso, política, diretamente articulada ao modo como a língua funciona na enunciação. Nessa direção, pretendemos trabalhar com a argumentação, sobretudo, nos modos de operar com os conceitos de político, memorável e disparidade do sujeito da enunciação.

Vamos tratar da argumentação não só como uma questão de língua, isto é, uma relação de estrutura. Para nós a exterioridade constitui a argumentação. Assim, uma questão teórica que nos interessa do ponto de vista materialista é pensar a enunciação como histórica, de modo a tratá-la não como parte da vontade de um sujeito que enuncia no tempo cronológico, mas sim como um acontecimento, isto é, um processo que coloca em relação a língua com aquilo que está fora dela (relação da língua com sua exterioridade constitutiva).

Com efeito, é fundamental dizer que nos valeremos de importantes estudos sobre o discurso sobre a língua, apoiando-nos, sobretudo, nas pesquisas desenvolvidas pelo professor e pesquisador Patrick Sériot. Outra questão que será trabalhada na pesquisa localiza-se na diferença formulada por Eni Orlandi (2007) entre Política Linguística e Política de Línguas. Segundo a autora,

[...] quando se fala em política linguística, já se dão como pressupostas as teorias e também a existência da língua como tal. E pensa-se na relação entre elas, as línguas, e nos sentidos que são postos nessas relações como se fossem inerentes, próprios à essência das línguas e das teorias. Fica implícito que podemos “manipular” como queremos a política linguística.

Outras vezes fala-se em política linguística apenas quando na realidade trata-se do planejamento linguístico, de organizar-se a relação entre línguas em função da escrita, em práticas escolares, do

uso em situações planejadas. (Orlandi, 2007, p. 7)

No fragmento acima, vemos que a autora põe em cena a Política Linguística enquanto sendo da ordem do Estado, da administração dos sentidos e das relações entre as línguas. No entanto, a partir de sua inscrição teórica na perspectiva da Análise de Discurso, ela propõe pensar a Política Linguística enquanto Política de Línguas, que consiste em [dar] à língua um sentido político necessário. Ou seja, não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político. Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica. Assim, quando pensamos em política de línguas já pensamos de imediato nas formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos. (Orlandi, 2007, p. 8)

Com isso, vemos que na posição da pesquisadora o político é constitutivo das relações entre línguas, isto é, não há língua que não esteja desde sempre afetada pelo político. Assim, em nosso trabalho, essa diferenciação teórica nos será importante, na medida em que pretendemos centrar nossos estudos na política de línguas, e não na política linguística.

Gostaríamos de assinalar que, a partir do que vimos acima, a especificidade do nosso modo de compreender a política de línguas é por meio do conceito de espaço de enunciação da Semântica do Acontecimento. No espaço de enunciação, as línguas são divididas e distribuídas desigualmente entre os falantes, o que quer dizer que eles são sempre já significados por essa deontologia específica do dizer; (cf. GUIMARÃES, 2002). E ainda, “o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. (Guimarães, 2002:16)

Diante disso, este estudo objetiva analisar a relação entre línguas perguntando-se sobre como se dá o sentido na textualidade e como se mobiliza a argumentação pelos sujeitos dispare a si mesmos e pelo memorável, e justifica-se pelo fato de que é um tema relativamente novo na perspectiva de análise que se adota. Também, a demanda das propostas do multilinguismo, move-nos a tratar do tema num projeto que observa os diversos modos de produzir a textualidade.

Com efeito, a discussão acerca do tema “textualidade” e Argumentação, são temas que precisam ser observados por meio de uma semântica enunciativa que vê a língua, o sentido e o sujeito numa perspectiva histórica: a Semântica do Acontecimento. Analisar esses processos por este viés é considerar um

funcionamento sócio-histórico, que gerencia modelos, saberes, modos de acesso à palavra, que determinam o funcionamento das línguas relativamente a seus falantes, e assim, observar de que modo os dizeres significam as línguas, os seus falantes e a nação, mostrando espaços específicos de funcionamento das línguas.

Sendo assim, não mobilizamos categorias empíricas, nas quais esses objetos são observados como relações entre etnias, povos, localização geográfica, mas sim, como espaços políticos de divisão, determinados pela relação língua-sujeito, no acontecimento da enunciação. Ou seja, o funcionamento da língua é parte desse processo sócio-histórico que significa na e pela enunciação, e não é anterior, ou produto da mesma. Dessa forma, trataremos da relação entre a língua portuguesa e a língua polonesa no Paraná do ponto de vista semântico (GUIMARÃES, 2005) e minha pergunta é como essas duas línguas se relacionam entre si em lugares públicos nesse espaço de enunciação, tratando do dispositivo designativo e da distribuição das línguas e como essa distribuição nos constitui e nos afeta enquanto sujeitos de linguagem.

Para ilustrar o que dissemos acima, tomaremos a nomeação publicitária, no espaço de enunciação brasileiro, de um aparelho de barbear “bodygroom”, estudada por Stahlhauer (2010) em sua dissertação de mestrado. Segundo o autor:

Os sentidos desses enunciados são produzidos pelo neologismo (Bodygroom) que significa a língua inglesa pela memória da forma dessa língua, mas não significa na relação com aqueles que falam essa língua como materna, ou mesmo um locutor-falante de inglês fluente, pois, pela estrutura regular da língua inglesa esse nome deveria ser Bodygroomer.

[...] Na especificação do nome do aparelho, em língua portuguesa, pela predicação “Bodygroom é o aparelho perfeito para o homem moderno que prima pelo bem-estar”, o locutor-publicitário falante de português fala de um lugar individual, projetando um locutor consumidor-moderno que se cuida, significando as qualidades do aparelho pela língua de nomeação. Esta língua, por sua vez, é significada pela memória da forma Body + groom que não se caracteriza como inglês e muito menos como português. (STAHLHAUER, 2010, p. 48, grifos nossos)

Por esse recorte, vemos que uma língua não é simplesmente “transportada”, “emprestada” a outras línguas; há um funcionamento próprio

dessa relação que não é nem da língua A e nem da B. Acima vemos isso quando, na enunciação publicitária, temos um modo de distribuição e divisão da língua portuguesa e inglesa que exclui o próprio inglês, visto que nesse enunciado “bodygroom” não corresponde às morfossintaxes do inglês nem do português.

Assim, a dificuldade nas análises da relação entre língua, tal como a estudamos em *Semântica do Acontecimento*, é desconstruir o efeito de evidência de que uma língua esteja funcionando na outra de modos idênticos ao espaço de enunciação que a toma como língua oficial do Estado. Nesse sentido, não há, para nós, a noção de “empréstimo”; ao funcionar em outro espaço de enunciação, os sentidos de uma língua são sempre outros. O desafio está em mostrar analiticamente essa relação.

Para superar essa problemática posta acima, trataremos da relação entre textualidade e argumentação, considerando o sentido como não-referencial, mas simbólico. No exemplo acima, não temos um estudo de Morfologia unicamente, mas um estudo da língua reportada à sua exterioridade, lugar esse em que ela se textualiza. Além disso, os conceitos de articulação e de reescrituração comporão o nosso dispositivo analítico, já que mostrar o modo como alíngua se reescreve é uma questão semântica importante.

Trato do sentido no acontecimento e como se constitui a orientação argumentativa, isto é, “conduzir incessantemente o texto para o seu futuro” (Guimarães,2007:211). Nesse modo de considerar a orientação argumentativa o que sustenta a argumentatividade é a temporalidade, e o memorável (um passado)sustenta uma relação de orientação argumentativa e assim projeta como interpretar o futuro do texto”. (GUIMARÃES,2007:211)

Entre a análise como descrição e a análise como interpretação, tomamos a língua como exposta à exterioridade, enquanto exterioridade histórica. Nesse sentido quando se fala em acontecimento, não estamos tratando de um acontecimento vivido; há aí um gesto de interpretação da história; pensar a língua historicamente já é um gesto de interpretação, cujo dispositivo teórico é da Análise do Discurso, de um ponto de vista do materialismo histórico. Nesse sentido, uma posição pragmática não trata do histórico, mas da situação.

Começo a tratar da relação entre línguas no Polonês do Paraná, mostrando o equívoco da língua de imigrante, num gesto de interpretação.

Vejam os recortes:

(1)Eu falo a língua polonesa mesmo, a língua gramatical; polonês é língua eslava; português vem do latim,nunca falo palavras do polonês.

Em todos os redutos das colônias tem aulas de polonês. Quem mistura a língua são os colonos. Eles falam o polonês arcaico. Eu fiz escola de polonês na Inglaterra, na República Tcheca (Recorte de entrevista com imigrante).

Analiso a fala da imigrante como exposta ao equívoco e isso se dá pela derivação e pelo deslocamento que na descrição vai se dar por meio de relações de predicação, determinação e de paráfrase. *Língua polonesa mesmo*, no recorte escolhido, predica *falo* e *mesmo* determina a língua polonesa. Em *língua gramatical*, nesse sintagma nominal, *gramatical* determina *língua*. Na predicação *língua eslava*, *eslava* determina *língua*. Em *português vem do latim*, *latim* predica *português*. Na relação de integração na textualidade, *língua* é determinada numa relação de antonímia entre *língua eslava* e *língua latina* e nesse sentido, numa relação de integração no texto, *língua polonesa* e *português*, também estão numa relação de antonímia.

Desse modo as duas línguas vão se dividindo no modo de dizer da enunciadora individual. Também a paráfrase “A Língua gramatical , aprendida na República Tcheca e na Inglaterra”, está numa relação de antonímia com a paráfrase “a língua dos redutos dos colonos, uma língua misturada”. Na transversalidade a locutora polonesa predica *colônias* como *redutos*, numa relação de paráfrase entre “a língua polonesa dos colonos é uma língua de reduto”; “a língua polonesa dos colonos é uma língua arcaica”.Nesse espaço de enunciação a língua é distribuída no embate entre a língua gramatical dos imigrantes e a língua do reduto dos imigrantes. Os alocutários imigrantes constituem o espaço de enunciação nessa distribuição de despertencimento da língua polonesa dos colonos, numa relação de antonímia da língua arcaica com a língua da gramática.

O texto orienta para uma futuridade projetada pelo memorável das antonímias: *língua gramatical* está numa relação de antonímia com *polonês arcaico*, *Polonês*, substitui língua na relação de reescritura. O memorável que sustenta a relação entre a locutora imigrante polonesa e os alocutários imigrantes poloneses é o memorável da normatividade e esse memorável projeta uma divisão entre os imigrantes, na medida em que a norma do polonês só se aprende na Inglaterra. O memorável da origem da língua portuguesa e

língua polonesa orienta para a divisão entre a locutora imigrante polonesa e os alocutários imigrantes poloneses do Brasil.

Num outro recorte:

(2)Os convidados se reuniam na casa da noiva para renkowiny, a benção dos pais ou powieszowanie-benção dos noivos ... (site [www.braspol.org.br](http://www.braspol.org.br))

Neste recorte vemos que a cena enunciativa é dividida: o locutor do site expõe o português/polonês . A demanda da língua polonesa dá-se na nomeação e pelo modo universal do dizer. A língua polonesa aparece como um implante porque não se basta pela tradução. Ao reescrever por substituição, o site passa a ser um modo de circulação do polonês. Nesse espaço enunciativo da Língua Polonesa, a Língua Portuguesa é hierarquizada. Mas a demanda da Língua Polonesa nessa distribuição de línguas e falantes determina a presença do polonês numa relação com o memorável da tradição que precisa ser rememorado. Esse memorável orienta para a futuridade - o polonês está circulando e aparecendo no site pelo modo de dizer de implante da tradução.

Uma outra questão é como o léxico dessa língua constitui-se no acontecimento na relação com o português. Nesse sentido considero que é por meio do léxico que se dá a construção de história de língua polonesa no Paraná. Nesse saber importa como a autora do Depoimento Minha Vida Polaca e Meu Amor Brasileiro recorta a memória agenciada como locutora imigrante e locutora brasileira. Como palavras em enunciação na língua polonesa significam o memorável da locutora imigrante. Este estudo também vai mostrar como se dá a subjetivação da imigrante polonesa. O espaço enunciativo configura-se privilegiando a Língua Portuguesa na língua escrita e pela necessidade de escrever e traduzir palavras em polonês, não sendo esta uma simples técnica. Trata-se de uma transferência na prática escrita relacionada a uma prática social, a um saber social. Para Auroux,

A administração dos grandes Estados, a literalização do idioma e sua relação com a identidade nacional constituem-se como causas para o desenvolvimento dos saberes linguísticos. A relação com a literalização dos idiomas e a relação com a identidade nacional vêm agenciados no modo de dizer.(Auroux, 2009: p.31)

Vejamos o recorte abaixo:

(3) Mais de 25 anos se passaram do dia em que recebi o convite inesperado do jovem Diretor da Casa da Memória, Rafael Greca de Macedo, para coordenar o Bosque João Paulo II. Convite esse em conjunto com o da Missão Católica Polonesa no Brasil, responsável pelo Bosque, que então consistia em apenas duas “**chatas**”(casas típicas das aldeias polonesas feita de troncos) dentro da grandiosidade do bosque de árvores centenárias, pinheiros e espessa vegetação. (Abreu, 2005: 117)

O modo de dizer da locutora imigrante DLA, Coordenadora é um modo de dizer universal e rememora a exaltação da identidade polonesa que se distribui num saber linguístico para impulsionar o desenvolvimento do bosque que coordena com a transferência da palavra polonesa “chatas”.

A enunciação da locutora imigrante polonesa, Coordenadora do Bosque recorta um memorável das aldeias polonesas ao enunciar a palavra “chatas” reescrita no modo de tradução expandida como “casas típicas das aldeias polonesas feitas de tronco”. Nesse sentido a imigrante polonesa está subjetivada enquanto polonesa que veio da Polônia. A subjetivação não é sem falhas. É dividida pelo político que significa trazer o modelo do outro- o civilizado - para o Parque João Paulo II. Ao mesmo tempo é um modo de resistência que tem a ver com a identidade polonesa que resiste ao modelo brasileiro, mesmo sendo identificada pelo Estado como locutora coordenadora.

No recorte :

(4) Sonho! Benção! A responsabilidade de participar da experiência inovadora de organizar um “**Skansen**”(Museu ao Ar Livre), como resgate da memória, tradições, folclore, religião, costumes da gente polonesa, era para mim trazer, para o solo da pátria brasileira – agora a minha nova terra – as raízes deixadas na nunca esquecida Polônia. (Abreu, 2005: 117)

a locutora imigrante polonesa coordenadora reescreve “Skansen” como “museu ao ar livre”. O agenciamento articula condensação na língua polonesa à expansão na língua portuguesa. Nesse engajamento da locutora, dividida como enunciativa universal, organizando a exaltação de identidade nacional pela palavra “Skansen” e como enunciativa individual agenciada como locutora coordenadora transfere a cultura polonesa para o Brasil pela expansão

“museu ao ar livre”.

A locutora ainda é dividida pelo lugar social de imigrante e de alguém que tem nova terra na pátria brasileira. Nessa distribuição, a exaltação da identidade nacional de polonesa é hierarquizada. A disparidade expõe a transferência de um saber linguístico constituído por “**chatas**” e “**Skansen**”. Assim o que se tem no Bosque é de um lado uma arquitetura de casas típicas de aldeias polonesas e também um museu ao ar livre que provém de cultura polonesa.

O que representa a transferência de identidade de três modos:

Pela língua

Pela arquitetura

Pela especificidade do museu

Ao transferir a língua (saber linguístico) transfere-se também uma prática de organização. A locutora intercala lugares sociais de dizer de imigrante polonesa, coordenadora e possuidora de nova pátria no modo de dizer universal de transferência da língua e de cultura desconhecendo o modo de organização do Bosque no Brasil, sua nova terra.

No recorte :

(5) Olhando as “**chatas**” ontem como ainda hoje, as lembranças afloraram, vivas, nítidas, e me vejo, criança de três anos, escondida em uma casa semelhante nos arredores de Wilno. A 2ª Guerra Mundial avançava – início dos anos 40 – a Polônia tinha sido invadida e os nazistas caçavam os políticos poloneses e meu pai um deles. Ali a família – meus pais, eu e meu irmão – fomos presos e levados para um “**Campo de Extermínio de Myszagola**”(Abreu, 2005: 118)

Ao escrever do lugar social de imigrante, o modo de dizer constitui-se de lembranças de 2.ª Guerra Mundial. Nessa narração o enunciador é individual e rememora o nazismo que na textualidade vai reescrever como condensação por “**Campo de Extermínio de Myszagola**”, a diferença entre o memorável como transferência e o memorável como lembrança é que, no primeiro, o enunciador é universal e, no segundo, o enunciador é individual.

São lembranças pessoais da época do nazismo que são rememoradas com o léxico em polônês. Nesse sentido, a locutora imigrante Polonesa está se subjetivando enquanto vítima do nazismo.

A permanência do léxico da Língua Polonesa na relação com a Língua Portuguesa, dividindo o espaço de enunciação brasileiro, ressignifica a nova pátria através de cultura e de história polonesas, transferindo um modo de organização e a história sobre o nazismo. Trazer o modelo do civilizado e o modo de ter sido vítima do são memoráveis que sustentam a futuridade do texto.

A locutora imigrante, coordenadora escreve do lugar da identidade polonesa apagando o imigrante polonês no Paraná, o memorável é o do “lá”, da Polônia.

Neste espaço de enunciação há um embate determinado pela cultura polonesa da locutora imigrante e a cultura polonesa no Paraná. Prevaleceu o memorável do modelo civilizado da Polônia de um lado e também o memorável do modo como a locutora polonesa foi vítima do Nazismo na Polônia Pelo léxico e pela condensação do nazismo “chatas” “skansen” e o “Campo de Extermínio de Myszagola “significam o modo simbólico de lembrar.

A textualidade, a argumentação, o espaço de enunciação e o político são pensados no acontecimento enunciativo. Tanto não podemos dizer que se transfere uma língua como no exemplo de Stahlhauer, como podemos dizer que enquanto imigrante polonesa, a locutora no seu modo de dizer expõe o memorável da Polônia. Diferencia-se do polonês do Paraná, na medida em que ele é colono. O que se tem é o despertamento da língua dos colonos numa relação hierarquizada, pelo memorável da normatividade. Tanto o memorável da normatividade como o memorável da origem das línguas projetam uma futuridade para os imigrantes num embate pela língua no Paraná e também num embate entre os imigrantes da Polônia e a Língua Portuguesa. No site, a Língua Polonesa está exposta como um implante pelo procedimento de reescrita na tradução. O memorável da necessidade de circulação da língua no site sustenta a projeção para a circulação da Língua Polonesa num embate com a Língua Portuguesa. E na divisão a Língua Portuguesa é privilegiada. Nos recortes (3) e (4), a locutora-imigrante exalta a identidade nacional de polonesa sobrepondo língua, arquitetura e especificidade do museu no memorável da cultura polonesa. E é nesse memorável que se dá a orientação argumentativa. No recorte (5) o memorável do enunciador individual e universal no modo de dizer da locutora-imigrante sobrepõem-se ressignificando a nova pátria pelo modelo do civilizado e como vítima do nazismo. A argumentação de diferentes lugares sociais da locutora dá-se a partir do memorável do Polonês civilizado da Polônia.

## REFERÊNCIAS

AUROUX, E. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Trad. Brasileira. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1992.

GUIMARÃES, E. *Semântica do Acontecimento*. Campinas-SP, Pontes, 2002.  
 \_\_\_\_\_. *Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*. 4.<sup>a</sup> ed. Pontes, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. *Análise de Texto- Procedimentos, Análises, Ensino*. Campinas, Editora RG, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Enumeração: Funcionamento Enunciativo do Sentido*. In.: Caderno de Estudos Linguísticos, No51(1), p.49-68, Jan./Jun. Campinas, 2009.

MACHADO, J.C. *Um estudo designativo em fronteiras enunciativas: a corrupção pelo prisma da teoria da agitação enunciativa*. Dissertação de Mestrado (mimeo), 2010.

*Papa João Paulo II: sua Santidade e o Paraná*. Rafael Greca de Macedo (org). Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

ORLANDI, E. *Política Linguística no Brasil*. Campinas-SP, Pontes, 2007.

SERIOT, P. Conferências realizadas em Jornada em São Carlos, 2011.  
 Site [www.braspol.org.br](http://www.braspol.org.br).

STAHLHAUER, A.S. *Relação de Línguas no Espaço Enunciativo da Propaganda: A Argumentação, a Enunciação e o Político*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

# UMA LEITURA BARTHESIANA DO CONTO *RETRATOS*, DE ANTONIO CARLOS VIANA

Yvonélio Nery Ferreira<sup>1</sup> (UFAC)

Marília Simari Crozara<sup>2</sup>(UFAC)

**RESUMO:** A fotografia repete mecanicamente o que nunca mais poderá acontecer existencialmente, segundo Barthes. Ele foi um importante filósofo, ensaísta e semiólogo francês que contribuiu para o estudo sobre a linguagem. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*, escrito por volta da década de 1980, está no rol de textos barthesianos que discutem a linguagem e os múltiplos sentidos de manifestações culturais. Nessa obra, o estudioso percebe a presença de três práticas na fotografia: fazer, suportar e olhar, elaboradas, respectivamente, pelo *operator*, o *spectrum* e o *spectator*, bem como a presença de duas técnicas que buscam explicar os desdobramentos das emoções a partir da *câmara clara: o studium e o punctum*. Levando em consideração que, nos Estudos Literários, nossa atitude assemelha-se a um *pentimento*, em outros termos, à procura daquilo que está por baixo da tinta, da letra, buscaremos, no conto intitulado “Retratos”, presente na coletânea *O meio do mundo e outros contos*, de Antonio Carlos Viana (1999), desentranhar, das interpretações dos espectadores das fotografias de Ramiro, as múltiplas percepções dos acontecimentos selecionados pela objetiva da câmera.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fotografia; Conto contemporâneo; Roland Barthes; Antonio Carlos Viana.

**ABSTRACT:** The photo repeats mechanically that will can never happen existentially, according to Barthes. He was an important philosopher, essayist and French semiotician who contributed to the study of language. The *camara lucida: note about the photo*, written around the 1980s, is in the list of barthesians texts that discuss the language and the multiple meanings of cultural events. In this work, the student realizes the presence of three practices on the photo: to do, to support and to look, prepared respectively by the *operator*, the *spectrum* and the *spectator* as well as the presence of two techniques that seek to explain the unfolding of emotions from *camara*

---

1- Professor de Teoria Literária e Literaturas de Língua Portuguesa do Centro de Educação e Letras da Universidade Federal do Acre – *Campus Floresta*, Cruzeiro do Sul-AC. E-mail: yvonery@hotmail.com.

2- Mestranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Uberlândia (FAPEMIG/UFU). E-mail: mariliascrozara@yahoo.com.br.

*lucida*: the *studium* and *punctum*. Taking into account that, in Literary Studies, our attitude is similar to a *pentimento*, in other words, looking for what is beneath the ink, letter, we will seek in the story titled “Pictures”, present in the collection *The middle of the world and other tales*, by Antonio Carlos Viana (1999), unravel, the interpretations of the spectators of Ramiro photographs, the multiple perceptions of events selected by the camera lens.

**KEYWORD:** Photography; Contemporary tale; Roland Barthes; Antonio Carlos Viana.

*O brilho, o esplendor do acontecimento é o sentido. O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera.*

Gilles Deleuze

Antonio Carlos Viana está entre os escritores brasileiros contemporâneos especialistas em elaborar personagens capazes de problematizar o lugar do homem na sociedade, mediante diversos recursos da linguagem, bem como diferentes temáticas. Contista premiado várias vezes no Brasil, o escritor sergipano teve sua primeira obra publicada em 1974, *Brincar de Manja*, elaborando sólidas críticas à humanidade, intensificadas nas demais obras. Assim, podemos perceber em suas narrativas discussões quanto à marginalização do ser humano frente às diferentes relações permeadas pela corrupção e pelo poder.

Desde então, essas características foram acentuadas em obras subsequentes, a saber: *Em pleno castigo* (1981), *No meio do mundo e outros contos* (1993), *Aberto está o inferno* (1994) e *Cine Privê* (2009). Dessa forma, o niilismo e a crueza com que se discutimos complexos sentimentos humanos por meio da expressão dos personagens podem ser percebidos nas histórias do autor. Dentre tais recursos, podemos sugerir os da fotografia, passíveis de serem encontrados na narrativa curta intitulada “Retratos”.

As práticas interpretativas elaboradas por Barthes e percebidas no conto de Viana nos levam a perceber os múltiplos olhares e as leituras possíveis para um mesmo texto, afinal, “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto.” (KRISTEVA *apud* NITRINI, 2010, p. 161). Esse é, grosso modo, um fenômeno polifônico, “multifacetado”: o instante dialógico é composto de “fios” condutores de outras vozes, constituindo um discurso social do qual e no qual se tomam discussões ideológico-filosóficas, por meio do qual o indivíduo elabore sua

identidade a partir da “experimentação”, da leitura do/sobre o outro.

Maria Ivonete Santos Silva, em seu artigo intitulado *As personagens infames de Antonio Carlos Viana e suas Representações*, discute o processo de elaboração do universo das personagens do autor sergipano, marcado por acontecimentos que evidenciem o flagelo de suas vidas. Nesse sentido, concordamos que

Em meio a cenários que quase sempre remontam à precariedade ou à mais absoluta miséria, os narradores-protagonistas de seus contos narram histórias de vidas fadadas ao insucesso, à aniquilação. Mesmo quando alguns deles ainda insistem em manter aceso um fiozinho de esperança no futuro, o resultado alcançado é sempre desastroso ou inexpressivo. Aos olhos do leitor, no entanto, o que mais surpreende são as condições de vida a que são submetidas essas personagens-porta-vozes de pequenas e grandes tragédias que a sociedade faz de tudo para esquecer (SILVA, 2012, p. 162).

No conto, o narrador apresenta ao leitor a história de Miro, o seu irmão mais velho que se apaixonou por Rose e, assim, abandonou o seminário, bem como a mãe e as duas tias, Benzinha, Doquinha, Rosita, respectivamente. Para viver sua vida da maneira que lhe aprouvesse, Ramiro (Miro) partiu do interior do Brasil onde morava a família e passou a viver na Europa. A apresentação desses acontecimentos se dá mediante a chegada das cartas do personagem, sempre acompanhadas de fotografias em que figuram um local turístico, o casal e alguma legenda:

E começaram a chegar as inevitáveis fotos. Rose e a torre Eiffel. Miro sentado às margens do Sena. E o céu sempre escuro, sempre nublado, sugerindo a tia Doquinha gripes dolorosas, abafamentos de peito, coração agoniado. Logo Ramiro, sempre tão franzino, ela dizia à minha mãe também chorosa com saudades do filho. As fotos ficavam sobre a mesa, vindo uma das duas dar uma espiada de vez em quando, olhar mais demoradamente, enxugar uma lágrima a mais. Eu tentava adivinhar a vida que existia por trás daquelas árvores esgalhadas, secas, os perigos, as armadilhas. Ramiro devia estar mesmo perdido em meio a gente tão estranha. Em toda carta ele reclamava, “os franceses malcheirosos”, “os franceses mal-humorados”. Tia Doquinha sempre dizia: “ele devia mais era voltar, largar aquela desgraça fedida”. Mas Miro sempre respondia que estava cumprindo o seu destino, cartas bonitas que um dia eu gostaria de escrever (VIANA, 1999, p.58).

Desde o início do conto podemos perceber articulações com aspectos da teoria barthesiana sobre a fotografia. Barthes realiza uma análise semiológica<sup>3</sup> da fotografia. Nesse estudo, o crítico busca discutir a respeito das sensações traspassadas em uma foto, bem como as individualidades ali encontradas. Na concepção barthesiana, há três práticas ou intenções interpretativas na fotografia: fazer, suportar e olhar, destinadas ao *operator*, o fotógrafo; o *spetrum*, o alvo da cena; e *oespectator*, aquele que recebe a informação da imagem.

Caso consideremos a observação de Barthes quando afirma ter, ao analisar a fotografia, “apenas duas experiências: a do sujeito olhado e a do sujeito que olha”(2012, p. 18), tomaremos como perspectiva de estudo do conto em questão o suportar e o olhar para a fotografia. Nesse sentido, sigamos, portanto, a experiência de saber ser olhado na fotografia e de interpretá-la.

Conforme o pensamento do estudioso, *ospectrum*, correspondente àquela intenção em que se procura o experimentar da imagem, aquele que se torna o referente da fotografia. Nas palavras do crítico francês, o *spectrum* corresponde a “uma relação de espetáculo e a ele acrescenta essa coisa um pouco terrível que há em toda fotografia: o retorno do morto” (BARTHES, 2012, p.18). Seguindo esse pensamento, para ele o *noema* de uma fotografia corresponde à própria essência, a uma micro experiência da morte, haja vista ela converter a experiência apresentada como o *Isso-foi*, como o intratável. Vale aqui mencionar a etimologia latina dessa categoria de práticas elaborada por Barthes: visão, fantasma, imaginação, ou seja, uma espécie de simulacro do objeto.

Enquanto texto, as fotografias de Rose e Miro funcionam como metáfora e metonímia do acontecimento, multiplicando as possibilidades de significados atribuídos a elas. O tom metafórico pode ser percebido haja vista o recorte das cenas nas fotos funcionarem como o espetáculo barthesiano da imagem, fazendo da estada dos personagens na Europa e da ausência da família um processo semelhante ao da morte. Todo o procedimento estético, a seleção da cena, a iluminação do ambiente, o enquadramento, correspondem a uma consciência da emoção e das possíveis comoções desejadas pelos personagens. Como uma expressão metonímica, podemos sugerir que a imagem retratada busca “suprir” a ausência do corpo, da relação de poder que as tias e a mãe

3- Em linhas gerais, a semiologia barthesiana apresenta uma abordagem dialética do signo, buscando abarcar o social e o subjetivo. Nessa perspectiva, procura-se extrapolar os limites do fenômeno linguístico, passando a entendê-lo também como uma manifestação cultural. É dessa aproximação com as noções de polifonia e intertexto, por exemplo, que podemos pensar o estudo da fotografia.

exerciam sobre o personagem. A construção desse processo viabilizará no entendimento da morte e uma “tortura” psíquica.

A terceira prática ou intenção é nomeada por Barthes de *spectator*. Ela corresponde ao leitor da fotografia, independente de ser meio público ou privado em que ela seja veiculada. O interesse é o sentimento construído pela fotografia: “vejo, sinto, portanto, noto, olho e penso” (BARTHES, 2012, p. 28). O *spectator* é responsável pela análise e observação das fotografias. Os sujeitos adquirem essa função a partir do momento em que começam a falar dos lugares em que elas foram realizadas, as roupas, a posição do objeto, a técnica fotográfica utilizada, a cor, o enfoque e assim sucessivamente.

No conto em estudo, percebemos a presença de quatro espectadores: tia Doquinha, tia Rosita, Benzita – a mãe de Miro – e o narrador, também observador das mesmas fotografias. Tia Doquinha não aceitava o fato de Miro ter *abandonado a batina* para se casar com Rose. A personagem passa a narrativa imaginando os possíveis sofrimentos do sobrinho, sempre se lamentando a cada imagem observada. A percepção dessa tia, bem como da mãe, era sempre de comoção, pensando na fragilidade aparente de Ramiro, tal como vimos no fragmento citado. Imaginar o lugar nublado, escuro, sugerindo múltiplas doenças, unido à presença dos franceses malcheirosos e mal-humorados levavam Doquinha e Benzinha a construir um cenário tenebroso em torno de Ramiro.

No que concerne à percepção do narrador desses acontecimentos, sua interpretação beira ao fascínio pelo desconhecido, num misto de admiração do espetáculo e vontade de viver a cena retratada, haja vista sinalizar o desejo de escrever as mesmas cartas que o irmão. Cartas, sob sua ótica, bonitas.

Continuando a observação sobre a análise das personagens acerca do fotografado, percebemos que a atitude de Ramiro altera paulatinamente as interpretações realizadas. Parafraseando Barthes (2012, p. 19), aquele que é fotografado coloca-se a “posar”, fabrica um corpo para o seu espectador, arriscando-se de acordo com o desejo que lhe compete:

Muito pior a outra foto onde ele aparecia só meio rosto, atrás de um castelo sombrio, “Lisboa, uma desgraça”, escrito atrás com uma letra tremida. Minha mãe não conseguia parar de chorar. Rose ria, sempre estava rindo, só podia ser do bestalhão do marido, a loura desgraçada (VIANA, 1999, p. 60).

Refletir sobre as razões do personagem fotografado em se imaginar no processo de leitura de sua família é significativo. Além disso, o pensamento

provinciano das três personagens femininas é entrevisto desde o nome que recebem na narrativa. Nesse sentido, o conhecimento desse olhar é relevante para o fato de o personagem produzir uma foto do recorte de seu rosto. Dois elementos também sobressaem nesse retrato: o castelo sombrio e a escrita tremida da legenda. O primeiro viabiliza aos espectadores a sugestão do sofrimento do personagem, ratificado pela letra que perpassa esse espetáculo, bem como a informação apresentada aos familiares: “Lisboa, uma desgraça”.

Pode-se inferir a existência de uma “aresta irônica” nessas legendas, ou mesmo uma intenção na pose da personagem Ramiro, que constrói/performa uma infelicidade para se “justificar” diante dos familiares. Nesse ínterim, os textos das legendas funcionam como um enlace à mensagem proposta por Ramiro na fotografia, concatenando sentidos. No quadro desenhado, temos o meio rosto, o castelo sombrio, sugerindo ao leitor da narrativa, a presença de um céu nublado, como proposto na imagem do primeiro fragmento.

Rose funciona na imagem como a contradição: a alegria e a felicidade. A dualidade, em outros termos, a copresença de elementos heterogêneos, contraditórios, tal como a insistente imagem introspectiva de Ramiro, contraponto à de Rose. A maneira como um vira o rosto e o outro sorri, pode nos levar a pensar, por exemplo, o primeiro não gosta de fazê-las, enquanto que o segundo personagem deseja o registro do acontecimento. Ao acionar a leitura da legenda, o sentido pode extrapolar a obviedade de ser a função de tais imagens um mero informativo sobre a vida do casal na Europa, questão intensificada a cada carta emitida pelo personagem.

Tal relação nos faz pensar no que Barthes considera por terceiro sentido, em *O óbvio e o obtuso* (1990). Segundo o semiologista, há três níveis de sentidos presentes em um registro dessa natureza: o informativo, que viabiliza a comunicação; o simbólico, em que são elaborados os sentidos; e, por fim o terceiro sentido, o obtuso: “Desconheço seu significado, pelo menos não consigo dar-lhe um nome, mas posso distinguir os traços, os acidentes significantes que compõem esse signo, no momento, incompleto” (BARTHES, 1990, p. 46).

Assim, as legendas que a personagem Ramiro aplicava nas fotos concatenadas às imagens permitem esse jogo de sentidos que extrapola a obviedade da cena: os sentidos que a personagem parece querer imprimir e os outros sentidos que os leitores dessas fotos e legendas (no caso a família, incluindo-se aí o narrador) são conflitantes; polifônicas. Das tias e mãe, uma leitura repleta de sofrimento devido às suposições realizadas; do narrador, uma curiosidade e desejo de quebrar fronteiras tal qual o irmão; e do fotografado, de saber-se analisado pelo olhar familiar, procurando deixar evidente o

sucesso advindo da liberdade, entretanto, apresentando o gosto por instigar o sofrimento alheio. Com efeito, podemos sugerir, nas cartas e fotos elaboradas por Ramiro, nuances de sadismo, uma vez que seu prazer passa pelo desejo de imaginar o sofrimento dos familiares.

O estudioso ainda evidencia dois elementos que buscam explicar os desdobramentos de sentimentos existentes na prática da leitura da fotografia: o *studium* e o *punctum*. O primeiro diz respeito ao gosto em geral. Para ele, a melhor forma de designar aquilo que exerce a atração em uma fotografia sobre um espectador é a aventura. Nas palavras do crítico francês, “(...) é pelo *studium* que me interesso por umas fotografias, (...) pois é culturalmente (essa conotação está presente no *studium*), que participo das figuras, das caras, dos gestos, dos cenários, das ações” (BARTHES, 2012, p. 31).

O segundo elemento intitulado de *punctum* corresponde àquilo que está na cena e ao que *punge* o espectador. O *punctum* pode ser o que atrai, mas, também, o que provoca incômodo em uma fotografia. Esses elementos permitem desdobrar os acontecimentos da narrativa de Viana, tal como podemos perceber na mudança de leitura das fotos provocada pela visita dominical de tia Rosita à família:

Foi tia Rosita quem jogou lenha na fogueira. A visita de domingo se transformando em desgosto e preocupação para toda a vida. Ramiro nunca aparecia de frente nos retratos, “já reparou, Doquinha?”. O olhar sempre distante, nunca encarando de frente, o lado direito do rosto sempre escondido na sombra. As pernas finas saindo do casaco enorme verde-abacate, magro, cada dia mais magro, “um desajeitado o Ramiro”, e minha mãe atalhando, “gosto pela vida ele sempre teve, só que parece que perdeu”. Enquanto isso, Rose sempre risonha, casacos coloridos, “os olhos da cara, coitado”, tendo ao fundo o Arco do Triunfo. As paisagens que tanto me deixava inquieto não existia para elas, às voltas com as descobertas de tia Rosita (VIANA, 1999, P. 59).

Quando tia Rosita “joga lenha na fogueira” é seu interesse pela composição da cena que sobressai, ou seja, o gosto pelo *studium*. Ela chama a atenção da irmã para uma série de elementos: o olhar distante, o fato de nunca Ramiro posicionar-se de frentenas fotos e deixar o lado direito do rosto escondido na sombra. Por sua vez, Rose estabelece um contraste à figura do sobrinho, as roupas coloridas e o riso constante, sugerindo certo abuso financeiro. No cenário, o arco do triunfo fecha essa rede de sentidos proposta por Rosita.

O interesse e a percepção dessa personagem sobre as fotos de Ramiro alteram a visão familiar desses documentos, agora vistos como a eminência do câncer e da morte, pois “Tia Rosita falou em doença maligna que começa com um carocinho e quando a gente vê já é tarde demais” (VIANA, 1999, p. 62). O gosto pelo funesto é o que faz a personagem elaborar a referida leitura e a induzir as demais personagens a tal.

No que concerne ao *punctum*, a sugestão de leitura elaborada por Rosita leva Benzinha a observar a figura do filho com mais vagar e encontrar traços que evidenciem o fato de que ele perdera a vontade de viver: o fato de estar magro e o uso do casaco verde-abacate são alguma dessas características.

Na busca daquilo que punge as leitoras das fotos, Doquinha encontrará, em meio ao monturo guardado na dispensa, uma lupa, objeto agora utilizado para analisar os pormenores das imagens encaminhadas. Agora, detalhes passaram a chamar a atenção da personagem, anunciando a presença da possível morte de Ramiro, tais como o sinal no rosto, perto do olho esquerdo, certamente nascido na Europa, segundo a personagem. Chegadas as fotos de casamento de Ramiro e Rose, as irmãs se distraíram, permitindo ao narrador ter a posse do instrumento:

Aproveitei aquele instante em que as três estavam distraídas, as duas enxugando lágrimas e a outra vaticinando agouros. Peguei a lupa que tanto escondiam de mim com medo de que eu tocasse fogo em tudo. Comecei a olhar as coisas à minha volta ficando gigantes, mais feias do que de costume. Depois passei pelo rosto de cada uma delas. Vi seus narizes disformes, as línguas horríveis, os poros dilatados, e os olhos saltando fora das órbitas, como se já pertencessem a outro mundo (VIANA, 1999, p. 62).

O episódio das personagens distraídas com a informação do casamento é representativo. O narrador toma para si a lupa e começa a analisar os detalhes que fomentam o lugar em que viviam, bem como as características das mulheres. Podemos sugerir que o aspecto triste, o mau agouro, a morte, o mau humor são características constitutivas das figuras femininas, abjetas nesse caso, agora percebidas pelo narrador como “bruxas”, considerando as características observadas.

Ainda podemos realizar uma analogia entre a câmara lúcida e a lupa utilizada pelo narrador ao final do conto. Para Barthes, é possível usar a expressão uma vez que se considera o ponto de vista do olhar. Nas palavras do próprio estudioso (2012, p. 96), “a essência da imagem é estar toda fora, sem

intimidade, e, no entanto mais inacessível e misteriosa do que o pensamento do foro íntimo; sem significação, mas invocando a profundidade de todo sentido possível; irrevelada e toda manifesta”. Quando pensamos na lupa, ela pode assim também ser entendida, pois, a essência das coisas ali detalhadas, a invocação do sentido possível e manifesto depende do olhar do narrador. Da mesma forma que este não percebia razões para “vaticinar agouros” frente aos retratos de Ramiro, ele enxerga tão somente o lado negativo de seus familiares, com poros dilatados e línguas horríveis, motivo agora de perceber o desgaste sentimental nos episódios de domingo.

Tal sentimento é o que nos leva a recordar o desejo do narrador de também poder escrever as mesmas cartas que o irmão: o desejo de liberdade. Mesmo esse fiozinho de esperança insurgindo na constatação do narrador de que as mazelas não lhe pertencem, a condição de vida medíocre, quase banal permanece restando-lhe ocupar sua vida em lançar críticas às tias, bem como desejar sair da condição de subalternidade em que se encontrava.

Tanto em um conto como em uma fotografia a ideia de pequeno ambiente evidencia o fato de termos poucos elementos, porém, múltiplas significações. Quando traspassamos essas duas formas de representação mediante a narrativa “Retratos”, de Antonio Carlos Viana, evidenciam-se ideias caras às Interartes e aos Estudos Literários tais como a presença dos leitores das fotografias e do conto, do processo de feitura de uma obra iconográfica, bem como a presença da polifonia e intertextualidade que perpassam esses processos. Esperamos que os apontamentos aqui realizados colaborem para as reflexões a serem desenvolvidas concernentes ao estudo da obra de Antonio Carlos Viana, bem como ao estudo da literatura.

## REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 2012.
- BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada: história, teoria e crítica*. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- SILVA, Maria Ivonete Santos. ‘Os personagens ‘infames’ de Antonio Carlos Viana e suas representações’. In: *Interdisciplinar – Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 15, Itabaiana-SE: UFS, 2012. p. 159-170.

VIANA, Antonio Carlos. *No meio do mundo e outros contos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

# RESENHA

## **RANAURO, Hilma Pereira**

Para compreender uma gramática filosófica

Uma análise crítica e comparativa da *grammatica philosophica da língua portuguesa* de Jerônimo Soares Barbosa.

Niterói, Editora Alternativa, 2015

## **RESGATE DE UMA GRAMÁTICA FILOSÓFICA OITOCENTISTA ESQUECIDA**

ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO

ABRAFIL E UFRJ

Quando, em meados de 2004, Hilma Ranauro publicou, com o selo da Editora Gráfica Universal, seu ensaio *Significação e Relação - a carga semântica dos elementos conectivos*, confrontando a Gramática Filosófica, de Jerônimo Soares Barbosa com aquilo que se convencionou chamar de gramática tradicional, declarei, alto e bom som, “ser-nos-á mais fácil e seguro apurar o quanto e em que nível de qualidade devem à *Gramática Filosófica* de Jerônimo Soares Barbosa não só os primeiros compêndios gramaticais daquele recém-independente Brasil, mas toda a bibliografia conhecida por gramática tradicional e por gramática científica brasileira.”

Desde então, mergulhada nas lições de J.S.B. nos desdobramentos de sua obra, não só em nosso país, mas também na pátria portuguesa onde foi gerada, Hilma Ranauro produziu uma vasta e variada quantidade de ensaios, que divulgou em vários Congressos Internacionais de Linguística e Filologia. Refletindo, demorada e criticamente, sobre a fortuna crítica de uma obra que experimentou tanta longevidade, lembrou que a *editio princeps* dela mereceu uma bem cuidada edição fac-similada, com eruditos comentários e notas por parte do saudoso e sábio humanista lusitano Amadeu Torres, em 2004, quando ainda este era professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa, edição patrocinada pela Academia das Ciências de Lisboa, cujo presidente Doutor José V. de Pina Martins lhe fez uma breve e elegante apresentação. A recente leitura do prefácio e das duas primeiras partes da competente exegese que a ensaísta Hilma Ranauro preparou da *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, de Jerônimo Soares Barbosa nos leva à convicção de que pouco restará a quem quer que se abalance a estudar a pioneira e modelar obra gramatical portuguesa.

Nesse especializado setor da Filologia Ibero-Românica, convém advertir para o fato de que nossa ensaísta “não é marinheira de primeira viagem”, pois é de 1988 sua obra dialetológica *O falar do Rio de Janeiro - um estudo de caso*, bem como sua importante *Contribuição à historiografia dos Estudos Científicos da Linguagem no Brasil - Sílvio Elia e João Ribeiro*; e o ensaio inaugural de 2004 referido no início desta Apresentação. Escusado dizer que, em todos eles, Hilma Ranauro se houve com muita propriedade e muita lucidez crítica na abordagem dos temas. Em nenhum deles, porém, penetrou tão extensiva e profundamente quanto o fez nos vários anos de dedicação empenhados no estudo da importante gramática de que se ocupou. Esquadrinhou os postulados estabelecidos por J.S.B. examinou a intertextualidade da *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* com suas antecessoras, levantou e situou a fortuna crítica dessa obra na Gramaticografia Luso-brasileira; enfim, não descurou de nada que fosse relevante nessa pioneira obra científica lusitana.

Mostrou-nos, por exemplo, os pontos em que a obra em análise se afastou dos princípios emanados das obras gramático-filosóficas seiscentistas dos pioneiros tratadistas pertencentes à confraria dos Solitários de Port-Royal des Champs. Referimo-nos principalmente à *Grammaire Générale et Raisonnée* [...] escrita por Claude Lancelot em parceria com o teólogo e lógico Antoine Arnauld.

Sobreleva destacar que, a despeito de lembrar esta fonte, Hilma Ranauro, no prefácio de sua obra, adverte o leitor para a importância da atitude crítica de J.S.B., que “por vezes se afasta de algumas das propostas” daquela fonte gramatical francesa. A ensaísta, outrossim, no mesmo prefácio, insiste em que, acertadamente, J.S.B. reflete sobre a questão do método por ele utilizado, a saber: regularmente parte da observação dos usos, normas e fatos ocorrentes tanto na linguagem oral, quanto na escrita.

Mui acertadamente ainda, a filóloga relembra a presença dos postulados de J.S.B. nas primeiras gramáticas brasileiras, como as do latinista, historiador da literatura luso-brasileira e gramático maranhense Francisco Sotero dos Reis, cuja preceptística tanto influenciou as gramáticas brasileiras que lhe foram imediatamente sucessoras. Outra lúcida colocação do ensaio de Hilma Ranauro é sua bem fundamentada e esclarecida crítica à utilização inadequada e discriminatória da expressão “gramática científica”, somente a partir de Júlio Ribeiro, como se as suas predecessoras não se estribassem também, para aquela época, em postulados rigorosamente científicos. Olhar-se com olhos atuais a fatos acontecidos há cerca de três séculos, sobre ser um exercício vão de “discronia”, é também um atentado à verdade científica. Esforço inócuo e inconsequente, de vez que, como nos ensinou o sábio Lineu, “a natureza

não dá saltos”. A menos que se opere um adjutório inesperado da sorte, as conquistas de toda ordem se alcançam, gradativa e penosamente, através dos anos, com muito esforço e dedicação de todos aqueles que se empenham em concretizá-las.

Pelo tanto que somos devedores a seus ensinamentos nestes mais de dois séculos de vida útil, foi mais do que oportuna e enriquecedora de nossa cultura, quer do ponto de vista gramatical, quer do ponto de vista filosófico, a publicação do meticuloso e primoroso ensaio ***Para compreender uma Gramática Filosófica***, de seiscentos e oitenta e oito páginas, da autoria da renomada educadora Hilma Ranauro.

# MEMÓRIA PÓSTUMA

Transcrevemos, abaixo, trechos da atividade de SOUSA DA SILVEIRA na ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA.

O que se transcreve se deve a um trabalho de ANTÔNIO JOSÉ CHEDIAK, tarefa memorável que, infelizmente, não tem sido valorizada.

## **FALAR MELHOR E ESCREVER COM ACERTO**

**Os altos objetivos da Academia Brasileira de Filologia, no terreno da teoria e da prática do idioma.**

**Como o Professor Sousa da Silveira encara as possibilidades culturais da nova entidade.**

**Foi fundada recentemente a Academia Brasileira de Filologia, que já reúne um grupo de valores especializados nos estudos da língua portuguesa, encarada sob vários aspectos. Iniciativa capaz de inscrever entre as melhores trincheiras das batalhas do espírito e da cultura, a nova Academia destina-se exatamente a estabelecer algo como uma vigilância em torno do idioma português, nunca tão descuidado, tratado com tanta indiferença, mesclado de tantas impurezas como nos dias atuais.**

**Em palestra com o Prof. Sousa da Silveira, uma das nossas maiores autoridades no assunto e catedrático de português da Faculdade Nacional de Filosofia, foi-nos dado conhecer o programa da recém-criada entidade cultural. Disse-nos, de início, o Prof. Sousa da Silveira**

-Nós, brasileiros, parece que temos o gosto da filologia. Nota-se, porém, dispersão de esforços, o que reclama a imposição de certa disciplina que oriente e congregue. Daí ser sensível a falta de um centro de estudos coordenador. Há uns 116 ou 17 anos, tentou-se fundar um instituto filológico, mas não deram resultados as providências realizadas. Há uns três anos, mais ou menos, o coronel Altamirano Pereira teve ideia de criar a instituição desejada. Mas só agora parece que chegou o tempo próprio. O mesmo coronel e outros eruditos acabam de fundar a Academia de Filologia, que virá, com certeza, a ser um grêmio cultural de grande alcance para a nossa civilização.

Os entendidos – prossegue o Prof. Sousa da Silva – não confundem linguística e filologia. Linguística é o estudo dos fatos gerais da linguagem articulada. Para a linguística é igualmente interessante o estudo da língua de um povo da velha e profunda civilização e o dialeto rude de uma tribo selvagem. Não raro a língua inculta oferece até melhor campo de observação. A filologia ocupa-se, principalmente, com o estudo e interpretação de textos; A língua escrita e a língua literária têm para o filólogo alta importância.

## OBJETIVOS DA ACADEMIA DE FILOLOGIA

Discorrendo sobre os objetivos da nova instituição, diz-nos o entrevistado:

Está claro que a Academia de Filologia não circunscreverá o seu campo de ação ao significado restrito da palavra filologia. Há de tomá-la num sentido mais largo, num sentido que conglome e case filologia e linguística e que admita, sob o seu manto, ciências subsidiárias e limítrofes, das quais não pode prescindir para tal rigor das suas pesquisas. Se o estudo da nossa língua lhe há de merecer especial atenção, não lhe serão indiferentes os trabalhos de linguística, de história, de mitologia, de religião etc. Há de preocupá-la a publicação de bons textos críticos comentados, a organização de uma revista especializada, de uma biblioteca, bem como de cursos de vulgarização e extensão. Enfim, - concluiu o erudito professor – a Academia de Filologia está fundada. Peçamos a Deus espírito de concórdia e humildade, trabalhem e esperemos que dos nossos modestos começos de hoje provenham mais tarde frutos que apregoem e honrem a cultura nacional.

Rio de Janeiro: O Globo, 23 de setembro de 1944.

## EM DEFESA DO IDIOMA NACIONAL

As finalidades da Academia Brasileira de Filologia – Um vasto campo de investigação científica e ação cultural – O apoio do padre Augusto Magne à novel instituição.

O assunto está sempre na ordem do dia. Os que não sabem a língua, quando atacados, respondem com ênfase que o momento não é de bizantinismo. Escrevem e se fazem compreender. E é tudo. Não lhes importa se o pronome está bem ou mal colocado, se a frase tem a correção pedida pela Gramática primária de Hilário Ribeiro. Não lhes importa a forma. O fundo, o “miolo”, eis tudo. Os gramáticos, da trincheira oposta, se multiplicam em ataques incansáveis, eles não permitem tréguas aos “outros”. E os tratam com aquela sobranceria dos que conhecem e são donos do segredo. Os jornais publicam artigos sobre artigos, de uns e de outros, as revistas, mesmo as de finalidades distantes, têm a “página dos gatinhos”, os livros se editam com ritmo exato. Sempre o eterno tema: a gramática, os pronomes, a concordância, o infinito, a

lua contra o estrangeirismo invasor.

Às vezes, são os próprios filólogos que se desentendem. Então, a luta é mais ferrenha. Aqui e além, muita política tem começado por “ilustre colega”, “luzeiro do saber” e terminado por desaforo grosso. Quando não obriga a uma intervenção de amigos para evitar coisa pior.

(excerto de publicação do jornal A Noite, 29 de setembro de 1944)

Transcrevemos, abaixo, uma biografia de ÁLVARO FERDINANDO DE SOUSA DA SILVEIRA, que se acrescenta ao excelente trabalho de MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA, com que se inicia a homenagem, nesta revista, ao extraordinário filólogo e linguista.

Este resumo da obra de SOUSA DA SILVEIRA se encontra em [instituto-camoes.pt/hlp/biografias/ssilveira.html](http://instituto-camoes.pt/hlp/biografias/ssilveira.html).

SOUSA DA SILVEIRA (Rio de Janeiro, 11-05-1883 - Rio de Janeiro, 05-09-1967)

Em criança foi vizinho de Machado de Assis e muito seu leitor: ao autor de Dom Casmurro dedicaria uma composição de quando poetava, e é de Machado de Assis a epígrafe do tirocínio lírico Ecos (1908); mais foram as vezes em que como gramático coube a Sousa da Silveira reportar-se a trechos machadianos. Adolescente (1897-1902) é aluno do antigo Colégio Pedro II, onde teve como professores, entre outros, Said Ali (Alemão), Ramiz Galvão (Grego), João Ribeiro (História), Silva Ramos (Português), José Veríssimo (Geografia); entre os condiscípulos contavam-se Antenor Nascentes e Manuel Bandeira, este, aliás, seu vizinho.

Sousa da Silveira pertence a uma geração de filólogos que se formaram fora das faculdades de Letras, e, com efeito, estudou para engenheiro geógrafo e para engenheiro civil. Interrompeu este curso para viajar até à Europa (1908-1911): em Lisboa, vive um tremor de terra, assiste à passagem do cometa Halley, cura a neurastenia que trazia; na Galiza, enamora-se de Eva Rivera; em Sevilha, morre-lhe o avô com que viajava, o visconde de Taíde; visitou ainda Paris e Londres. Regressando ao Brasil, casa com a prima Clarice, no preciso último dia de 1912, em vista das superstições de Clarice. Aproveitando o diploma de engenheiro geógrafo, começa por trabalhar na Estrada de Ferro Central. Quando em 1918, quinze anos depois de o iniciar, termina o curso de engenharia civil, já todavia se firmara a vocação do magistério e das letras. Logo em 1917, começaria por reger Português na Escola Normal, e até 1934 foi professor do ensino secundário oficial. No ano seguinte vemo-lo a exercer na Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Extinta a UDF em 1939, torna-se catedrático interino de Língua Portuguesa na então criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde esteve até à aposentadoria, em 1953, sem nunca chegar a efetivar-se (a efetivação obrigaria a concurso, a que, conhecedor das injustiças que podiam envolver

tais atos, nunca se quisera submeter); a mesma cátedra teria como primeiro proprietário, três anos depois, o seu antigo discípulo Celso Cunha. Alunos de Álvaro Ferdinando foram também Othon Garcia, Rocha Lima, Antônio Houaiss, Sílvio Elia. Entre colegas, além dos velhos condiscípulos Nascentes e Bandeira, citem-se José Oiticica, Cecília Meireles, Mário de Andrade (com este trocou bastante correspondência, devendo ter concorrido para decisões de ordem linguística tomadas pelo autor de Macunaíma). Foi presidente da Academia Brasileira de Filologia, de 1944 até 1954, e, a partir daí, presidente honorário. Até 1963 esteve são e operoso, mas os três últimos anos de vida tiveram-no doente.

Como disse Serafim da Silva Neto, “Sousa da Silveira jamais deixou de associar ao magistério das aulas o magistério da pena”. Foi para uma das turmas de 1921 que organizou as Lições de Português, a sua obra de âmbito linguístico sempre mais referida (1921-1923); os Trechos seletos (1919), Algumas fábulas de Fedro (1927), diversa colaboração em periódicos (Revista de Cultura, Jornal do Comércio, Revista de Filologia Portuguesa, etc.) representam o restante magistério da pena mais reportado ao magistério das aulas, a que se juntarão análises de textos literários (Textos quinhentistas, 1945; Dois autos de Gil Vicente (o da Mofina Mendes e o da Alma), 1949). Salientem-se duas defesas com repercussão pública: sempre foi adepto, divulgador e praticante das bases ortográficas aprovadas em 1911, mesmo contra o mau clima que no Brasil se lhes foi formando (sobre ortografia treze peças conta a sua bibliografia); em 1946 foi relator do parecer sobre a designação da “língua brasileira”. Quanto à obra estritamente filológica, ela inclui o texto limpo das Máximas, Pensamentos e Reflexões do Marquês de Maricá (1858), espécie de obsessão de infância, e, sobretudo, as edições de Suspiros poéticos e saudades, de Gonçalves de Magalhães, 1939, e das Obras de Casimiro de Abreu, 1940. Segundo Maximiano de Carvalho e Silva, antigo aluno e seu biógrafo - Sousa da Silveira. O Homem e a a Obra. Sua Contribuição à Crítica Textual no Brasil, que usamos nesta notícia -, Sousa da Silveira teve como modelo filológico principal as edições de Epifânio Dias.

# MEMÓRIA

Nesta seção, transcrevemos documentos históricos que mostram a fundação da ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA. São dados preciosos que recuperam a memória de nossa entidade, que completou 71 anos em 26.8.2015. Nos extratos abaixo, veem-se documentos assinados pelo primeiro presidente da ABRAFIL, o Prof. ALVARO FERDINANDO DE SOUSA DA SILVEIRA.

## REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

### 4º OFÍCIO

Rua do Rosário, 129 – 2.º andar – Tels.: 252-8511, 252-4936

C.G.C. n.º 27.128.826/0001-97

### CERTIDÃO

ADYR HOLLANDA DE OLIVEIRA, RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DO 4º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

### CERTIFICA

Que, revendo o arquivo deste cartório, nele a folhas quarenta e seis do livro número UM do Registro de Sociedades Cívis, consta sob o número de ordem cento e oitenta e dois e apontado sob o número de ordem trinta e quatro mil quinhentos e setenta e cinco do protocolo, em vinte e um de fevereiro de mil e novecentos e quarenta e cinco, o registro da ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA, cujo inteiro teor do processo de registro é o constante das 8 (oito) cópias anexas, devidamente numeradas e autenticadas.

O referido é verdade e dou fé. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1997.

**ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA**  
**EXTRATO DE ESTATUTOS**

Fundada nesta cidade, onde tem sede e foro, a 26 de agosto de 1944, tem por objetivo o trato dos assuntos filológicos e compõe-se de quarenta membros efetivos vitalícios e de membros correspondentes nos Estados e no Estrangeiro, não respondendo seus membros pelas obrigações sociais e sendo ilimitada a sua duração. Representa-se judicial e extra-judicialmente seu presidente, estando a administração do patrimônio a cargo do tesoureiro, e a das publicações sob a superintendência do Diretor da Revista. É de um ano o mandato da Diretoria, permitida a reeleição, de acordo com os Estatutos, para cuja reforma, bem como para admissão de acadêmicos, extinção da Academia, transferência ou alienação de patrimônio, aprovação de contas ou fixação de honorários ou vencimentos, se exige o voto expresso de dois terços dos membros efetivos existentes. São fundadores todos os que assinaram a ata da fundação. Em caso de extinção, o patrimônio deverá cobrir as responsabilidades, sendo o saldo distribuído a associações culturais.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1945.

Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira.

**NOTA** – Em outro documento, lê-se: Autorizo a publicação, Sr. Modesto de Abreu, 1.º Secretário.- Ten.- Cel. Altamirano N. Pereira)

(n.º 11.907 – 30.10.44 – CR\$39,80)

Exm.º Sr. Oficial do 4.º Ofício:

O abaixo-assinado, na qualificação de representante legal da Academia Brasileira de Filologia, requer a V. Ex.<sup>a</sup> o registro de seus Estatutos, nos termos do Decreto 1854 de 24 de dezembro de 1928, para o que junta os documentos exigidos por lei.

P. deferimento.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1945.

Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira.

**ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA**  
**ESTATUTOS**

**Aprovados em sessão de 16 de setembro de 1944**

ART. 1.º - A **ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA**, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, fundada a 26 de agosto de 1944, é uma entidade cultural que tem por objetivo o trato de assuntos concernentes a Filologia sob seus vários aspectos.

§ único – As atividades da Academia serão reguladas por um regimento interno.

ART. 2.º - A Academia se compõe de quarenta membros efetivos e vitalícios, com residência fixa no Distrito Federal ou vizinhanças, e de membros correspondentes nas unidades da Federação e em Estados estrangeiros.

§ único – São fundadores os que assinaram a ata de fundação.

ART. 3.º - Os membros efetivos serão, em princípio, brasileiros natos, podendo também pertencer à Academia, estrangeiros radicados no Brasil e que se tenham distinguido nos estudos filológicos.

§ único – Haverá quarenta patronos perpétuos, filólogos brasileiros ou estrangeiros radicados no Brasil e já falecidos.

ART. 4.º - A Diretoria da Academia será constituída de Presidente, Vice-presidente, 1.º e 2.º Secretários, Tesoureiro e Diretor da Revista, podendo ser conferido o título de Presidente de Honra a brasileiro ilustre que, por sua atuação em favor da cultura nacional, se faça merecedor dessa distinção.

§ 1 – O Presidente dirige os trabalhos, preside as sessões, representa a Academia em juízo e nas suas relações com terceiros.

§ 2 – O vice-presidente substitui o Presidente em seus impedimentos.

§ 3 – Os Secretários dirigem os serviços de expediente, tendo a seu cargo a elaboração das atas e as relações da Academia, e administram o patrimônio.

§ 4 – O Tesoureiro cuida dos bens e valores da academia e administra o patrimônio.

§ 5 – O Diretor da Revista superintende os trabalhos de redação e direção da Revista, boletins e outras publicações.

§ 6 – O mandato da Diretoria será de um ano, podendo seus membros ser reeleitos.

ART. 5.º - A Academia funciona com a presença de dez membros nas sessões ordinárias e delibera com maioria absoluta, salvo nos casos do art. 10.

ART. 6.º - As admissões de membros efetivos serão feitas por escrutínio secreto, podendo os candidatos inscrever-se ou ser apresentados por dez proponentes.

§ único – Para completar-se o efetivo de quarenta membros, a admissão será individual e se processará mediante proposta assinada por dez membros fundadores.

ART. 7.º - As eleições de membros da Diretoria e as admissões de membros correspondentes poderão ser feitas por voto expresso dos membros efetivos.

ART. 8.º - A Academia terá as comissões que se fizerem necessárias à realização de seus objetivos.

ART. 9.º - Os membros da Academia não respondem pelas obrigações assumidas pela Diretoria, devendo o patrimônio, em caso de extinção da Academia, cobrir as responsabilidades e o saldo ser distribuído a associações

culturais.

ART. 10 – Para reforma dos Estatutos, admissão de acadêmicos, extinção da academia, transferência ou alienação de patrimônio, aprovação de contas e fixação de honorários ou vencimentos, a Academia deliberará com o voto expresso de dois terços da totalidade dos membros efetivos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1945.

Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira.

### **NOMINATAS**

Presidente – Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira.

Nacionalidade – Brasileira.

Estado civil – Casado.

Idade – 61 anos (11 de março de 1883).

Residência – Rua Cosme Velho, 3 / tel. 25-6104.

Carteira de Identidade 31.115 (Inst. de Crim. Do Estado do Rio)

Vice-Presidente – Augusto Magne.

Nacionalidade – Brasileira.

Estado Civil – Solteiro.

Residência – Colégio de Stº Inácio.

Carteira de Identidade 45.701 (Min. Da Guerra).

1º Secretário – Modesto Dias de Abreu e Silva.

Nacionalidade – Brasileira.

Estado Civil – Casado.

Idade – 43 anos (15 de junho de 1901).

Res.

Carteira de Identidade 125.754 (Inst. Félix Pacheco).

2º Secretário – Serafim Pereira da Silva Neto.

Nacionalidade – Brasileira.

Estado Civil – Casado.

Idade – 27 anos (6 de junho de 1917).

Residência – Rua Itacuruçá, 68 / tel. 38-2614

Carteira de identidade – 37.1137 (Polícia do Distrito Federal).

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1945.

Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira.

# ENTREVISTA

O editor da revista da ABRAFIL, Prof. Manoel P. Ribeiro, entrevista Hilma Ranauro sobre seu livro *Para compreender uma gramática filosófica*.

## **1. O que despertou seu interesse em pesquisar sobre a Gramática Filosófica?**

Primeira pesquisa realizada em disciplina de Mestrado (PUC/RJ), ministrada pelo saudoso Prof. Dr. Sílvio Elia. Um dos assuntos “Os elementos conectivos na GFLP” veio a ser o tema de meu trabalho final (Dissertação),

No Curso de Doutorado, ao pesquisar ocorrências e coocorrências de POR e PER, na *Crônica de D. João I da Boa Memória*, 1.<sup>a</sup> parte, de Fernão Lopes, retomei e expandi esse assunto. Acabei por descobrir a coocorrência de **para** em vários contextos.

Em 2004 *publiquei Significação e relação – uma análise crítica e comparativa entre a GFLP e as gramáticas ditas tradicionais*

Em publicação facimilada da GFLP. com comentários do saudoso humanista Amadeu Torres que afirmava ter sido meu trabalho, na década de 70, pioneiro, e exatamente no país que mais o rejeitara. Verificou isto em artigo de minha autoria sobre a influência de Soares Barbosa no estudo e ensino da língua portuguesa no Brasil, publicado num dos números da Revista Humanidades (Portugal).

Já estava pesquisando a GFLP com mais profundidade.

Sem abandonar outros estudos, para palestras e publicação em revistas especializadas, fui aprofundando meu estudo da GFLP, sem consultar outras fontes, o que só vim a fazê-lo após minhas conclusões. Essas consultas aperfeiçoaram meu trabalho, ora publicado.

## **2. Seu trabalho é comparativo. Que outras gramáticas serviram como base de comparação?**

Nossas principais gramáticas “tradicionais”, inclusive a sua, o estudo do Prof. Dr. Ricardo Cavaliere sobre as gramáticas do séc. XIX e cópias de gramáticas ditas filosóficas publicadas no Brasil, enviadas pelo Prof. Dr. Antônio Martins

de Araújo, atual Presidente da ABRAFIL

**3. Os conceitos emitidos na gramática sobre os sons vocais ainda têm validade na fase atual da língua portuguesa?**

Creio que muito lhes acrescenta e aperfeiçoa, o que se comprova com opiniões do foneticista Prof. Dr. Luiz Carlos Cagliari; segundo ele, até para a alfabetização (tema no qual muito se aprofundou). Ver citações no meu livro.

**4. Na “etymologia” ou partes da oração, quais as características essenciais? Não há o que salientar, uma vez que trata do que hoje se reporta à morfologia e à sintaxe**

**5. Na seção “DA SYNTAXE E CONSTRUÇÃO, assinale as lições mais importantes.**

Não é tão detalhado, explicado, como nos demais, como saliento no Livro. Não é de fácil compreensão, como também observo, com nossos suportes teóricos atuais. Faltou-nos conhecimento do que era comum na época e esclarecimentos (dele) com os detalhes que apresenta nos demais “livros” em que sua gramática se divide.

**6. O seu livro encerra suas pesquisas sobre Jerônimo Soares Barbosa?**

Como saber?

## NOTICIÁRIO

**HOMENAGEM PÓSTUMA A HORÁCIO ROLIM DE FREITAS**

Em 29.3.2015,0 a **ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA** prestou homenagem póstuma Ao Prof. **HORÁCIO FRANÇA ROLIM DE FREITAS**. A família do Prof. Horácio esteve presente com sua viúva Marlene Coelho Rolim de Freitas, sua filha Letícia Rolim de Freitas, além de seu marido Emilson Leite de Souza, do primogênito (e esposa), neto do Prof. Horácio, Raphael Freitas Woyames, e do neto de Letícia, Lucas Guimarães Woyames, bisneto do Prof. Rolim. O Prof. Manoel P. Ribeiro iniciou sua homenagem ao Prof. Horácio Rolim de Freitas, dizendo “Esta sessão em homenagem ao ilustre Mestre Horácio Rolim de Freitas não será de tristeza pelo falecimento do confrade. Temos, sim, um grande sentimento de saudade, pelos grandes exemplos que ele deixou. Por coincidência, lançamos, hoje, a revista XV em homenagem ao Prof. Olmar, Mestre que ele relembrava a cada momento de sua vida”. Em seguida, o Prof. Manoel relatou toda a trajetória acadêmica do Prof. Horácio. O professor Walmírio Macedo, amigo de Horácio por cerca de sessenta anos, solicitou à sua afilhada Letícia Rolim de Freitas, que lesse sua homenagem. Dentre outros aspectos, ressaltou-se: “Quero falar da figura humana de Horácio com quem convivi 60 anos. Creio que estarei passando uma experiência de vida. Conheci Horácio no primeiro colégio em que trabalhei. Talvez, ele também (Colégio Cardeal Leme, em Ramos). A partir daí, trabalhamos em muitos outros lugares como a Universidade Santa Úrsula. Pude, em toda essa convivência, observar o professor exemplar, competente, pontual”. Também se manifestaram os confrades Antônio Martins de Araújo, Amós Coêlho da Silva. Ricardo Cavaliere recordou os momentos de convivência com o Mestre Rolim nas aulas do Liceu Literário Português, exortando a figura de mestre e amigo de todos. Agradecendo as homenagens, Marlene Coelho Rolim de Freitas leu uma carta que enviou ao seu esposo que, na época, se achava saudoso de seu tempo de professor. Nesse documento, Marlene relembra ao esposo que “Há tempo de semear e há tempo de colher. Há tempo de trabalhar e há tempo de descansar. Compreendo muito intensamente a sua tristeza ao ouvir o professor da novela agradecer a homenagem recebida dos alunos. Isso fez com que você lembrasse as aulas que já não dá mais, a saudade dos alunos, a saudade dos belos momentos vividos em meio a eles que tanto o amaram e que – tenho certeza – ainda o amam

e admiram, estejam onde estiverem”.



**O Prof. Antônio Martins de Araújo e Marlene Coelho Rolim de Freitas na homenagem póstuma a Horácio Rolim de Freitas.**



LETÍCIA ROLIM DE FREITAS na homenagem a seu pai Horácio Rolim de Freitas

## PALESTRA DO PROF. MAURO DE SALLES VILLAR

O Prof. Mauro de Salles Villar em 28.3.2015, na ABRAFIL, ministrou uma palestra (*A médio prazo, os dicionários vão deixar de ser entidades autônomas*), afirmando: “Os dicionários, tal como os conhecemos, vêm sendo obrigados a mudar rápido de organização e estrutura, porque as informações que prestam já começam a ser acedidas pelos usuários de maneira diferente do que anteriormente ocorria. A tendência é que deixem de ser entidades autônomas e passem a fazer parte de outras fontes. As novas necessidades exigirão muito provavelmente que eles se desdobrem em várias plataformas, deixando de ser unidimensionais para se tornarem multidimensionais. Neste momento, as mudanças demandadas em nosso trabalho são tanto de estrutura lexicográfica quanto de modelo de negócio”.



O acadêmico Mauro de Salles Villar disserta sobre o tema *A médio prazo, os dicionários vão deixar de ser entidades autônomas*, na sessão de 28.3.2015. À direita, o Presidente Antônio Martins de Araújo;

## HOMENAGEM PÓSTUMA A JOSÉ GERALDO PAREDES

A sessão de 13.6.2015 foi uma homenagem póstuma ao Prof. JOSÉ GERALDO PAREDES. Compareceram os seguintes membros da família do homenageado: Lytteis Paredes (viúva), Sérgio Paredes (filho), Elizabeth Paredes (nora), Bruno Paredes (neto), Carolina Paredes (neta), Rogério Vidigal (genro), Fernando Paredes (filho), Cristiane Gil (nora), Angela Paredes Brasil (filha), Carlos Brasil (genro), Pedro Paredes Brasil (neto), Gabriela Paredes Brasil (neta), Luísa Paredes Brasil (neta), Humberto Paredes (filho), Mônica Paredes (nora), Yasmim Paredes (neta). De início, o Presidente passou a palavra ao Prof. Manoel P. Ribeiro que fez um relato da vida acadêmica do Prof. Paredes, demonstrando que ele foi membro efetivo da Academia Brasileira de Filologia. Licenciado em Letras Neolatinas pela Universidade do Distrito Federal (UDF), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e licenciado em Pedagogia com especialização em administração escolar, supervisão e inspeção escolar pela UNISUAM. Doutor em Letras e Livre-Docente pela Universidade Santa Úrsula. Lecionou Didática de Latim para professores nos Cursos do CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário), órgão do MEC. Publicou o livro “O Segredo da Redação”, e, pela Imprensa Naval, o “Guia para Elaboração de Ensaios e Monografias” para os cursos da Escola de Guerra Naval, além da *GRAMÁTICA - ao alcance de todos*. Editora Lidador – 3.<sup>a</sup> ed. 2007. Nova edição desse livro foi realizada pela Editora Appris, em 2014. Membro da Banca Examinadora para candidatos à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (UDF) hoje UERJ. Membro da Comissão Examinadora de Concurso de Títulos e Provas para professor universitário (UERJ). Membro da comissão julgadora de prova de habilitação para candidatos ao Título de Livre-Docente e membro de diversos concursos públicos, promovidos pelo Município do Rio de Janeiro. Na área educacional desempenhou diversas atividades administrativo-pedagógicas; Coordenador Geral de Projetos da Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPERJ) - órgão da Secretaria de planejamento do Estado (SECPLAN); e Assessor-Pedagógico do Departamento Geral de Ensino da Subsecretaria de Educação da Secretaria de Estado de Educação (SEE). A íntegra do discurso do Prof. Manoel vai em anexo a esta ata. Em prosseguimento, o Prof. Antônio Martins de Araújo lembrou a época em que trabalhou com o Prof. Paredes, na cadeira de Português na Escola Técnica Comercial Rio Grande do Sul, Estadual, em 1964/65. O acadêmico Claudio Cezar Henriques deu seu testemunho emocionado sobre José Geraldo Paredes, seu ex-professor

no início dos anos 60 no Externato São José, em turmas do antigo curso ginasial. Declarou terem sido suas brilhantes aulas de Sintaxe e de Estilística a primeira inspiração para que viesse a abraçar a carreira do magistério de Língua Portuguesa. Em 1974, Claudio voltaria a encontrar o antigo professor. Foi a sua casa no Grajaú presenteá-lo com seu primeiro livro de Português (publicado pela Editora Livros do Mundo Inteiro). O livro, “ainda que escrito por um aprendiz recém-formado”, era dedicado a José Geraldo Paredes, que ficou muito comovido com aquela homenagem. Passaram-se duas décadas e, já na UERJ, em bancas de concurso e em reuniões da ABRAFIL, ambos puderam saborear belas histórias dos tempos do colégio dos Irmãos Maristas e trocar ideias sobre a publicação da Gramática que Paredes lançou em 2014. Claudio comentou com tristeza que não pôde comparecer ao lançamento do livro, pois ocorreu no horário de sua aula na UERJ: “Perdi o último autógrafa de meu inesquecível mestre”. O Prof. Amós Coelho da Silva realçou, de início, o fato de ter sido apresentado à Academia pelo Prof. Paredes. Desde então, realizaram inúmeros trabalhos juntos, em algumas Bancas de Concurso Público de Professores de Latim na UERJ, Departamento de Letras Clássica e Orientais. Afirmou que aprendeu muito com o Mestre em aspectos didáticos, como, por exemplo, em buscar atitudes simples, mas originais em sala de aula, bem de acordo com sua expressão em “O Segredo da Redação”, p.17: “Escrever bem é ser simples, claro, conciso. É ser original na maneira de dizer as coisas, de externar as ideias”. O inteiro teor da fala do Prof. Amós vai em anexo a esta ata. A viúva Litheis Lacerda Paredes também depôs e relatou o fato de que, em diversos concursos, era reprovada em Língua Portuguesa. O Prof. Paredes preparou-a convenientemente, ela conseguiu aprovação com louvor na matéria. Finalizando as homenagens, o neto mais velho, Bruno Paredes, leu seu discurso. Salientamos o seguinte trecho: “Ele sempre foi homem de fé, e tratava da vida como quem sabia que tudo ia dar certo. E vendo sua espiritualidade parecia mesmo que, por ela, os caminhos se ajustariam. Não se prendia a desventuras e desencontros, levava tudo nas preces. Aos enfermos e idosos foi intercessor incansável. Nunca os deixava sozinhos, se fazendo presente em corpo e oração. De sua enorme bondade nasceu a caridade. Contribuía com muitas instituições, das mais diversas necessidades. Era capaz de dar o pouco que tinha pela educação e futuro dos mais necessitados. A Maurino e Zé Carlos deu casa, estudos, e oportunidade profissional. À Wilma, deu também mais um pai e família”.

Abaixo, na primeira foto, veem-se os professores Manoel P. Ribeiro e Antônio Martins de Araújo, prestando homenagem póstuma ao acadêmico

José Geraldo Paredes, e Litheis Paredes, viúva do homenageado.

Na segunda foto, da direita para a esquerda os professores Manoel P. Ribeiro e Antônio Martins, D. Litheis Paredes, professor Amós Coêlho e Bruno Paredes, neto mais velho que fez a homenagem póstuma em nome da família.



PALESTRA, em 27.6.2015, na ABRAFIL. DA ACADÊMICA HILMA RANAURO: PARA COMPREENDER UMA GRAMÁTICA FILOSÓFICA – uma análise crítica e comparativa da GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUESA de Jerônimo Soares Barbosa.

O tema foi desenvolvido no livro de igual título, lançado pela editora Alternativa, Niterói, 2015. A prof.<sup>a</sup> Hilma Ranauro leu trechos da apreciação de Mauro de Salles Villar, que se encontram na contracapa do livro, em que o autor mostra a importância desse estudo, realçando o avanço desses postulados e da perspicácia de suas análises. A professora afirmou ainda: “Buscamos, com esse estudo, elaborar uma análise crítica e comparativa da Grammatica Philophica da Língua Portuguesa, de Jerônimo Soares Barbosa, num estudo o mais exaustivo possível de seus quatro livros, visando resgatá-la como o melhor modelo de análise e descrição de uma gramática na tradição dos estudos gramaticais do português, opinião partilhada por estudiosos de renome, dentre eles, Malaca Casteleiro (Portugal) e Luiz Carlos Cagliari (Brasil)”. A seguir, a Prof. Hilma leu trechos do sumário do livro, comentando vários itens. Após a palestra, os professores Deonísio da Silva e Claudio Cezar Henriques fizeram indagações à palestrante sobre o conteúdo da Grammatica Philosophica. O Prof. Martins agradeceu a presença de todos e elogiou o trabalho da mestra, repetindo palavras que se encontram em seu prefácio ao importante livro da Mestra Hilma Ranauro. Vários acadêmicos presentes participaram da sessão de autógrafos do livro da prezada confrade.



Da direita para a esquerda, a palestrante Hilma Ranauro (A Gramática Filosófica de Jerônimo Soares Barbosa) e os acadêmicos Antônio Martins de Araújo, Amós Coelho da Silva e Manoel P. Ribeiro, em sessão de 27.6.2015, na ABRAFIL.

DIAGRAMAÇÃO:

DANILO VILLELA  
danilo\_villela@yahoo.com.br  
98149-5478

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:



Telefax: (21) 2218-6026  
e-mail: [orcamento@letraseversos.com.br](mailto:orcamento@letraseversos.com.br)